

RELATÓRIO ANUAL 2018



FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE

Agosto 2019



Unidade de Administração do Fundo Petrolífero
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste





República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças



FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE
RELATÓRIO ANUAL
2018

ÍNDICE

Fundo Petrolífero Num Olhar	1
Investimentos do Fundo Petrolífero	2
Sobre o Fundo Petrolífero	3
Quadro e Características	3
Instituições e Governação	4
Saldo e Fluxos do Fundo Petrolífero	5
Receitas Petrolíferas	5
Levantamentos e Reembolso Fiscal	8
Rendimentos e Despesas de Investimentos	9
Estratégia e Carteira de Investimentos do Fundo	9
Desempenho dos Investimentos em 2018	13
Parecer do CAI e o Futuro do Fundo	15
Fronteiras Marítimas e Desenvolvimento do Greater Sunrise	17
Anexo I A Declaração do Diretor Geral do Tesouro	20
Anexo II As Demonstrações Financeiras Auditadas para o Ano Fiscal de 2018	24
Anexo III A Declaração sobre Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2018	100
Anexo IV A Comparação entre os Rendimentos Obtidos do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero Durante o Ano Fiscal de 2018 com os Rendimentos dos Três Anos Fiscais Anteriores	102
Anexo V A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com os Retornos Reais após Ajustamento a Inflação	104
Anexo VI A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com o Índice de Referência de Desempenho	106
Anexo VII A Comparação entre o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal de 2018 com a soma das Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o mesmo Ano	108
Anexo VIII A Declaração do Tesouro sobre Empréstimos pelo Governo de Timor-Leste durante o Ano Fiscal de 2018	110
Anexo IX A Lista das Pessoas Titulares de Cargos Relevantes para o Operação e o Desempenho do Fundo Petrolífero	112
Anexo X A Comparação entre o Total das Transferências a partir do Fundo Petrolífero com o Total das Transferências Aprovadas pelo Parlamento Nacional para o Ano Fiscal de 2018	116
Anexo XI O Artigo 35 do Relatório da Deloitte Touche sobre as Receitas Petrolíferas Recebidas no Ano Fiscal de 2018	118
Anexo XII Os Pareceres Emitidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero durante o Ano Fiscal de 2018	122
Anexo XIII A Implementação dos Princípios de Santiago	135

Nota: O reconhecimento especial à equipe de Gabinete de Comunicação e Informação do Ministério das Finanças para autorizar o uso da fotografia para a capa deste relatório.

Mensagem de Sara Lobo Brites

Ministra Interina e Vice-Ministra das Finanças



Desde a criação do Fundo Petrolífero em 2005 e até 2018, os investimentos do Fundo Petrolífero geraram retornos de 4,389 mil milhões de dólares. A estratégia de investimento tem como objetivo adicionar valor a longo prazo, sendo que os retornos irão necessariamente oscilar de ano para ano. Existirão anos em que o desempenho será fraco, tal como aconteceu em 2018, quando os mercados de ações estiveram em baixa. Esta quebra nas ações foi parcialmente compensada pelos ganhos na carteira de títulos soberanos, pelo que o Fundo registou um retorno anual de -2,6%.

O Fundo terminou o ano com um saldo de 15,804 mil milhões de dólares, o que está em linha com o saldo final de 2016. Esta redução de valor reflete o retorno negativo dos investimentos de 460 milhões de dólares, os levantamentos por parte do governo no valor de 982,5 milhões de dólares, um reembolso aos operadores do campo *Kitan* por pagamentos fiscais excessivos no valor de 63,3 milhões de dólares e receitas de petróleo e gás no valor de 510,1 milhões de dólares.

O mérito de uma abordagem a longo prazo foi confirmado pela recuperação dos mercados de ações no primeiro trimestre de 2019. Os ganhos registados neste trimestre mais do que compensaram as perdas em 2018, pelo que no final de março o saldo do Fundo Petrolífero tinha regressado aos 16,980 mil milhões de dólares. Ainda assim, os mercados estão cada vez mais voláteis e temos de estar preparados para oscilações significativas no valor do Fundo.

2018 foi um ano importante para Timor-Leste e para o futuro do Fundo Petrolífero. Em março de 2018, Timor-Leste e a Austrália assinaram um tratado para definir pela primeira vez fronteiras marítimas permanentes. As fronteiras assentam no Direito Internacional em vigor e terão efeito assim que o Tratado seja ratificado pela Austrália e por Timor-Leste. O acordo permitirá o desenvolvimento dos campos de *Greater Sunrise*, o que irá aumentar substancialmente as receitas do Fundo Petrolífero.

Outro desenvolvimento significativo foi a decisão do Governo de adquirir uma participação acionista no projeto *Greater Sunrise*. As aquisições foram originalmente incluídas como despesas governamentais no Orçamento de Estado para 2019, porém foram subsequentemente estruturadas como investimento do Fundo Petrolífero. O investimento foi possível devido a uma alteração à Lei das Atividades Petrolíferas em conjugação com a Lei do Fundo Petrolífero. A transação teve lugar em abril de 2019 como um investimento em dívida emitida pela Timor Gap E.P. O investimento do Fundo Petrolífero em ações foi reduzido para acomodar este novo investimento.

O Fundo Petrolífero tem sido bastante benéfico para Timor-Leste ao permitir financiar as necessidades de despesa do governo e criar poupanças para o futuro. O Ministério das Finanças está a rever a estrutura e a estratégia de investimento do Fundo Petrolífero para garantir que continuam a ser as mais adequadas para servir os interesses a longo prazo do nosso país. O Ministério das Finanças irá solicitar o parecer do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero e continuará a trabalhar em estreita colaboração com o BCTL, na qualidade de gestor operacional. O Fundo Petrolífero e o quadro de política orçamental enfrentam o desafio de conseguir um equilíbrio delicado entre promover o desenvolvimento económico e fazer poupanças para as gerações vindouras.

Acreditamos que o presente relatório apresenta uma imagem clara do Fundo Petrolífero e do desempenho dos seus investimentos em 2018.



Sara Lobo Brites

Ministra Interina e Vice-Ministra das Finanças

FUNDO PETROLÍFERO NUM OLHAR

Valor de mercado do Fundo

15,804 mil milhões de dólares
a 31 de dezembro de 2018

16,799 mil milhões de dólares
a 31 de dezembro de 2017

Receitas de petróleo e gás

446,746 milhões de dólares*
(em 2018)

* Líquido de reembolsos fiscais

22,030 mil milhões de dólares*
desde a criação

Transferências para o Orçamento do Estado

982,500 milhões de dólares
(em 2018)

10,616 mil milhões de dólares
desde a criação

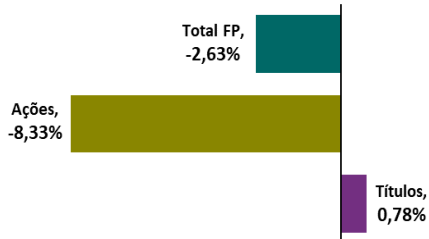
Retorno total dos investimentos

-459,921 milhões de dólares
(in 2018)

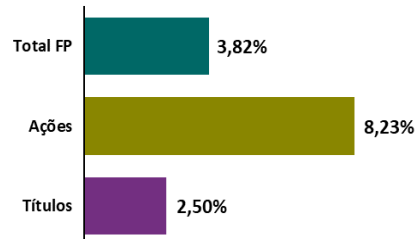
4,389 mil milhões de dólares
desde a criação

INVESTIMENTOS DO FUNDO PETROLÍFERO

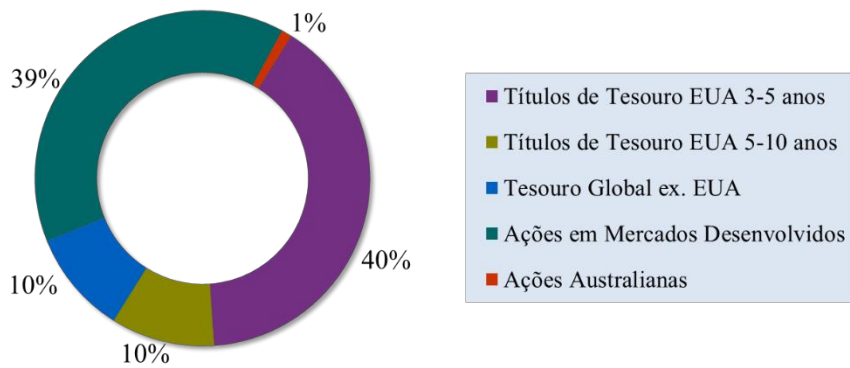
Retorno dos investimentos em 2018



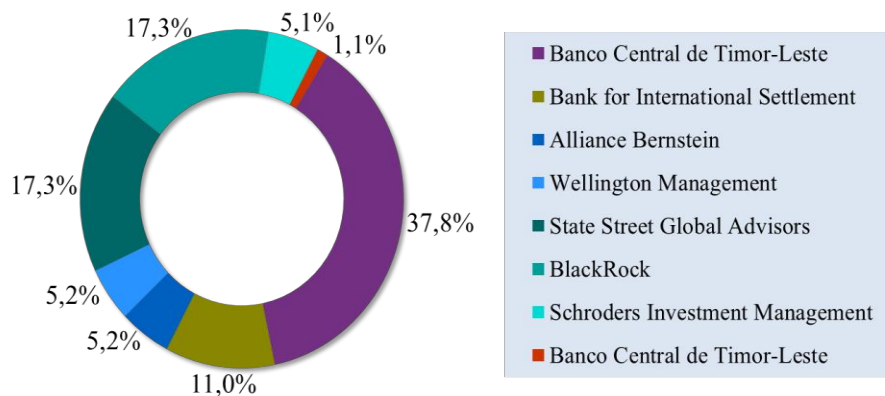
Retorno dos investimentos desde a criação



Alocação alvo de ativos do FP



Alocações concretas dos gestores do FP em dezembro de 2018



Sobre o Fundo Petrolífero

Quadro e características

O Fundo Petrolífero foi criado em 2005, visando cumprir o estabelecido no Artigo 139.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). A Constituição prevê um uso justo e equitativo dos recursos naturais pertencentes ao Estado, de acordo com os interesses nacionais, com as receitas da sua exploração a deverem servir para a constituição de reservas financeiras obrigatórias. O Fundo Petrolífero foi criado segundo a Lei N.º 9/2005, de 3 de agosto – Lei do Fundo Petrolífero, emendada pela Lei N.º 12/2011, de 28 de setembro).

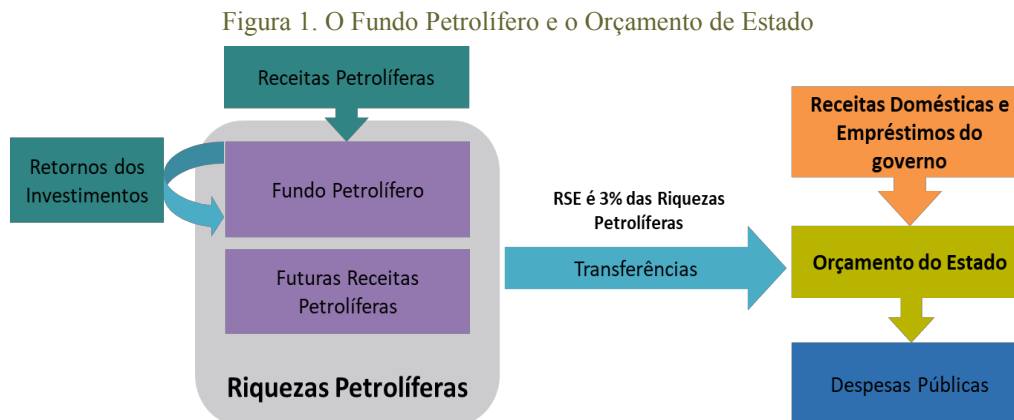
O preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero estabelece que o Fundo Petrolífero deve contribuir para a gestão sensata dos recursos petrolíferos de Timor-Leste, em benefício das gerações atuais e vindouras. O Fundo é uma ferramenta que contribui para uma política fiscal sólida que deve dar a atenção adequada aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses.

A Lei do Fundo Petrolífero define os parâmetros principais para o funcionamento e gestão do Fundo. Ao invés de ser uma entidade separada, o Fundo Petrolífero é constituído como uma conta do Ministério das Finanças (MF) mantida no Banco Central de Timor-Leste (BCTL), o qual é nomeado gestor operacional do Fundo. A estrutura do Fundo Petrolífero é ilustrada na figura 1. A Lei requer que todos os rendimentos

petrolíferos entrem no Fundo antes de serem feitas quaisquer transferências para o Orçamento de Estado. A Lei regula os levantamentos a fim de gerir a riqueza petrolífera de modo sustentável e de distribuir a despesa ao longo do tempo. O montante a levantar é guiado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), definido como 3% do total da Riqueza Petrolífera. A Riqueza Petrolífera engloba o saldo do Fundo Petrolífero e o Valor Atual Líquido das receitas petrolíferas esperadas no futuro. Podem ser feitos levantamentos acima do RSE, porém será necessário o Parlamento aprovar a explicação do Governo em como esses levantamentos servem os interesses a longo prazo do país.

O quadro do RSE é desenhado em torno do que se chama a “hipótese do rendimento permanente”. O poder de compra do Fundo será mantido desde que os levantamentos do Governo correspondam ao retorno real dos investimentos. Ao providenciar o mesmo valor real de levantamentos a cada ano, pode dizer-se que este quadro beneficia por igual as gerações atuais e as gerações vindouras.

Em linha com o RSE de 3%, o objetivo implícito dos investimentos é conseguir um retorno real de 3% a longo prazo. A estratégia de investimento e a alocação estratégica de ativos são descritas de forma mais detalhada na secção “Investimentos do Fundo”.



Instituições e governação

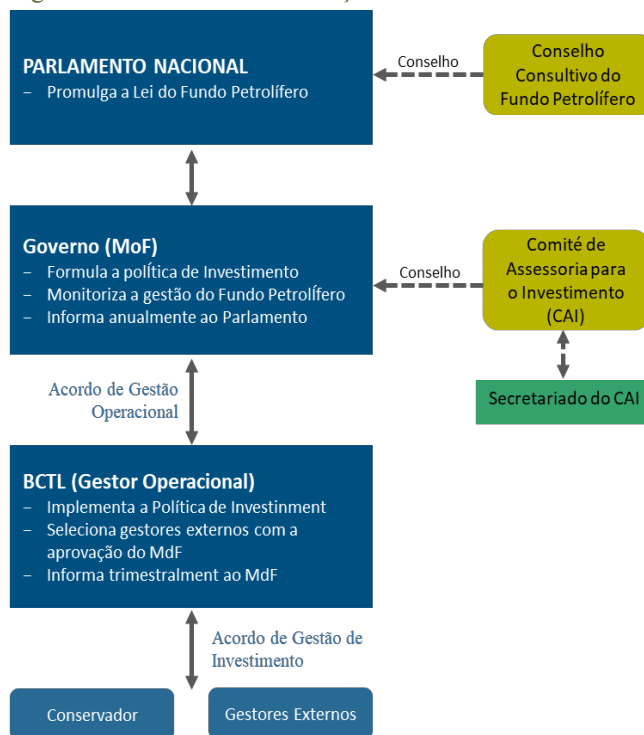
O modelo do Fundo Petrolífero foi desenhado para assegurar um padrão elevado de governação, através de responsabilização e transparência. Isto reduz o risco de gestão indevida e cria confiança entre o público em como as receitas petrolíferas estão a ser bem geridas. A figura 2 mostra as entidades envolvidas na gestão do Fundo Petrolífero. A Lei do Fundo Petrolífero define os papéis e as responsabilidades destas instituições, as quais prestam contas ao Governo e são fiscalizadas pelo MF.

Ao aprovar a Lei do Fundo Petrolífero o Parlamento define os objetivos do Fundo, as diretivas gerais de alocação de ativos e os limites de risco. O MF, em representação do Governo, é responsável pela gestão geral do Fundo Petrolífero, incluindo a definição da política e estratégia de investimento, a definição de diretivas para novos investimentos e o exercício de fiscalização. O Ministro é obrigado a pedir o parecer do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) antes de tomar decisões sobre qualquer matéria relacionada com a estratégia de investimento ou com a gestão do Fundo. A gestão operacional do Fundo é delegada ao BCTL, de acordo com diretivas estabelecidas pelo MF. O BCTL investe o capital do Fundo, tanto diretamente como através da delegação de investimentos a gestores externos selecionados e monitorizados pelo BCTL.

A transparência é essencial, e a Lei do Fundo Petrolífero estabelece requisitos de informação para todas as entidades envolvidas na gestão do Fundo. O MF prepara o Relatório Anual do Fundo Petrolífero e as demonstrações financeiras, assim como a declaração do Orçamento Geral de Estado para o Parlamento Nacional, a qual inclui os cálculos do RSE. O BCTL apresenta relatórios trimestrais ao Ministro sobre o desempenho do Fundo. Para além disto, um auditor externo acreditado a nível internacional emite e publica um relatório anual de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Estes relatórios são partilhados com intervenientes essenciais e disponibilizados ao público através dos sítios eletrónicos do Ministério das Finanças (www.mof.gov.tl) e do Banco Central (www.bancocentral.tl). Na qualidade de membro ativo do Fórum Internacional dos Fundos de Riqueza

Figura 2. Estrutura de Governação do Fundo Petrolífero



Soberana (IFSWF), o Fundo Petrolífero conduziu a sua oitava autoavaliação anual sobre a adesão do Fundo Petrolífero aos Princípios de Santiago, com o objetivo de garantir que o Fundo continua a protagonizar melhor prática internacional no que diz respeito à governação de fundos. O relatório de autoavaliação encontra-se apenas como o Anexo XIII a este relatório. Estes esforços foram refletidos no reconhecimento internacional do alto nível de transparência do Fundo e da boa gestão dos recursos.

Dada a sua importância nacional, o interesse do público no Fundo Petrolífero é considerável. O Ministério das Finanças e o BCTL procuram aumentar a compreensão dos nossos intervenientes em relação à gestão e à estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. Os relatórios trimestrais de desempenho são apresentados em conferências de imprensa com membros das duas instituições. Os nossos elementos fazem também apresentações regulares a intervenientes espalhados por Timor-Leste através de *workshops* coordenados pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero.

Saldo e fluxos do Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo diminuiu 996 milhões de dólares em 2018, terminando o ano com 15.804 milhões (figura 3). O saldo do Fundo é determinado pelo dinheiro que entra, proveniente de receitas petrolíferas e retornos de investimentos, e pelo dinheiro que sai através de levantamentos por parte do governo. Tal como a figura 4 ilustra, as receitas petrolíferas contribuíram com 447 milhões para o Fundo, líquidas de um reembolso fiscal de 63 milhões, ao passo que os investimentos geraram um retorno negativo de 460 milhões durante o ano. Foi levantado um total de 983 milhões para financiar o orçamento do governo. As secções seguintes contêm mais detalhes sobre estes fluxos.

Figura 3. Valor de mercado do Fundo Petrolífero

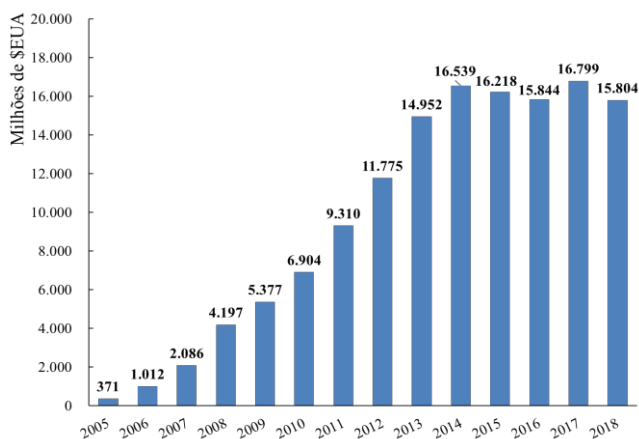
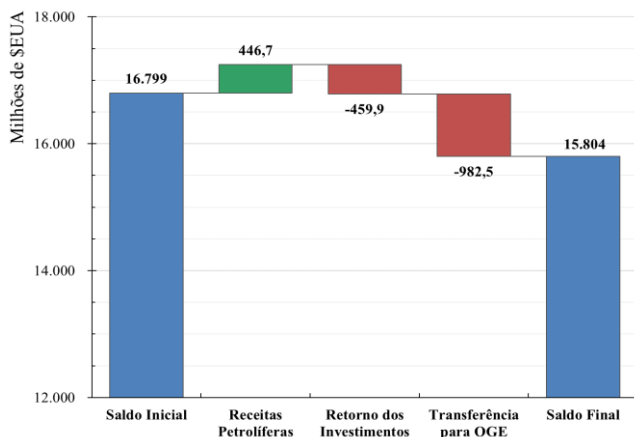


Figura 4. Movimento dos ativos líquidos em 2018



Receitas petrolíferas

As receitas petrolíferas recebidas em 2018 seguiram a estrutura de anos anteriores. Em março de 2018 a Austrália e Timor-Leste assinaram um tratado definindo fronteiras marítimas permanentes, as quais terão efeito assim que o tratado seja ratificado pelos parlamentos de ambos os países. O tratado está delineado na caixa da página 17.

As receitas petrolíferas de Timor-Leste dependem em primeiro lugar da localização geográfica das operações petrolíferas, o que determina o interesse da propriedade de Timor-Leste, e em segundo lugar dos Contratos de Partilha de Produção (CPP) entre o governo e as empresas petrolíferas.

Existem atualmente duas jurisdições – a Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) e a Área Exclusiva de Timor-Leste (AETL). A ACDP foi criada pelo Tratado do Mar de Timor (TMT) em 2002, através do qual Timor-Leste e a Austrália concordaram em gerir conjuntamente a prospeção e a exploração de recursos petrolíferos em benefício de ambos os países. O TMT prevê que as receitas da produção petrolífera na ACDP sejam divididas entre Timor-Leste e a Austrália numa base de 90%-10%. A AETL refere-se ao Território de Timor-Leste tal como definido pela Lei N.º 13/2005 – Lei das Atividades Petrolíferas da RDTL. As receitas provenientes da AETL pertencem exclusivamente a Timor-Leste.

Segundo a partilha de produção a empresa petrolífera adjudicatária aceita cobrir os custos de exploração e desenvolvimento em troca de uma percentagem de qualquer produção que possa resultar. O CPP define como as receitas devem ser partilhadas entre o governo e os adjudicatários. Existem efetivamente 2 tipos de CPPs para a ACDP. Nos campos de Bayu-Undan e do Greater Sunrise aplica-se um CPP mais antigo, em linha com o Anexo F do Tratado do Mar de Timor. Aos contratos mais recentes, como é o caso do contrato para o campo de Kitan, aplica-se um novo regime, referido como “Não Anexo F”. O CPP da AETL é no geral semelhante ao novo regime da ACDP, embora dê ao Governo de Timor-Leste a opção de assumir um interesse de participação.

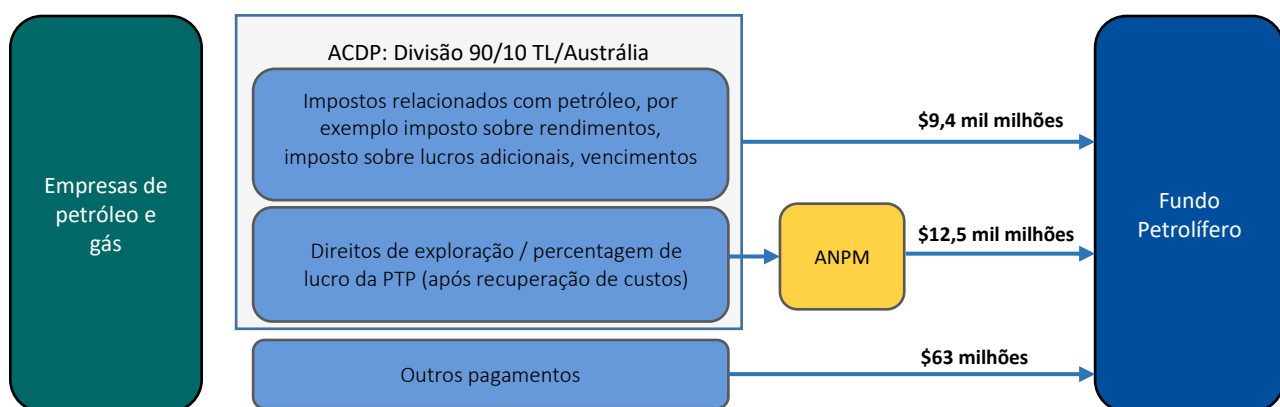
As receitas petrolíferas consistem no seguinte:

- Direitos de exploração, os quais representam a fatia da produção pertencente ao governo antes da recuperação dos custos por parte das petrolíferas. Para projetos baseados no Anexo F, a “Primeira Tranche Petrolífera” (PTP) corresponde a 10% da produção, dividida em partes iguais entre o governo e os adjudicatários. Tanto o Não Anexo F (o novo regime) como a AETL aplicam direitos de exploração de 5% sobre a produção, o que corresponde à fatia do governo. Deve-se notar que, conforme previsto no TMT, os direitos de exploração e a fatia pertencente ao governo da PTP relativa à jurisdição da ACDP são divididos 90% para Timor-Leste e 10% para a Austrália.
- Os 40% (50% no caso de condensado segundo o Anexo F da ACDP) do “lucro de petróleo” pertencentes a Timor-Leste, os quais são calculados após se permitir às empresas petrolíferas recuperar os seus custos com exploração e desenvolvimento.
- Impostos pagos por empresas petrolíferas. Isto inclui impostos sobre rendimentos coletivos de 30%; um imposto sobre lucro adicional ou imposto sobre petróleo suplementar para projetos lucrativos que ultrapassem uma determinada taxa de retorno; e imposto sobre rendimentos de vencimentos aplicado a vencimentos recebidos por emprego em Timor-Leste e na ACDP.

O campo de Bayu-Undan está localizado na ACDP e é operado pela ConocoPhillips em nome dos seus parceiros de empreendimento conjunto. Os pagamentos não-fiscais do operador – direitos de exploração e percentagens de lucro – são cobrados pela Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), na qualidade de Autoridade Designada, a qual transfere então a fatia de 90% pertencente a Timor-Leste para o Fundo Petrolífero. A tributação de Timor-Leste aplica-se a 90% das receitas e custos do empreendimento conjunto, com os restantes 10% a estarem sujeitos às regras de tributação sobre rendimentos da Austrália. Os impostos relacionados com petróleo são pagos diretamente pelo adjudicatário ao Fundo Petrolífero.

Desde a criação do Fundo as receitas petrolíferas totalizam 22.030 milhões de dólares, incluindo a transferência inicial. As receitas fiscais relacionadas com petróleo representam 9.370 milhões, ao passo que os direitos de exploração e a percentagem de lucro totalizam 12.455 milhões (figura 5).

Figura 5. Componentes das receitas petrolíferas da ACDP



As receitas petrolíferas de Timor-Leste dependem da jurisdição e dos Contratos de Partilha de Produção. Até à data a produção tem vindo dos campos de Bayu-Undan e Kitan, sendo que ambos se localizam na ACDP. As receitas da ACDP são divididas 90%/10% entre TL e a Austrália. As receitas petrolíferas referem-se sobretudo a impostos relacionados com o petróleo e a não-impostos (direitos de exploração / PTP e percentagem de lucro) cobrados pela ANP. As receitas indicadas são as receitas obtidas desde a criação do FP. Desde a sua criação foram transferidos mais 205 milhões de dólares de receitas petrolíferas para o Fundo Petrolífero.

Durante 2018 foi cobrado um total de 510 milhões de dólares (447 milhões após um reembolso fiscal), nomeadamente 260 milhões em impostos petrolíferos, 244 milhões em direitos de exploração e lucros de petróleo e gás, e 6 milhões em outras receitas petrolíferas (figura 6. Ver Anexo II – Nota 15 às Demonstrações Financeiras Auditadas). Estas cobranças estão de acordo com as alíneas a), b) e e) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero, respetivamente.

A produção de petróleo e gás reduziu de 41 milhões de barris de equivalentes a petróleo (BOE) em 2017 para 38 milhões de BOE em 2018. O total desde a criação é de 765 milhões de BOE.¹ O preço médio do petróleo em 2018 foi superior do da média do ano transato, pese embora uma descida no quarto trimestre (figura 7).

Figura 6. Receitas petrolíferas anuais

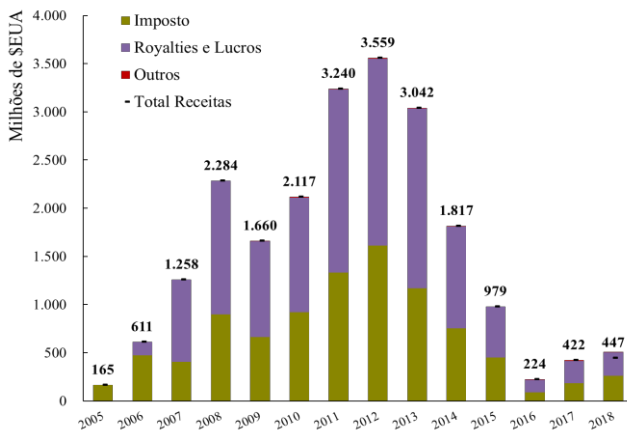
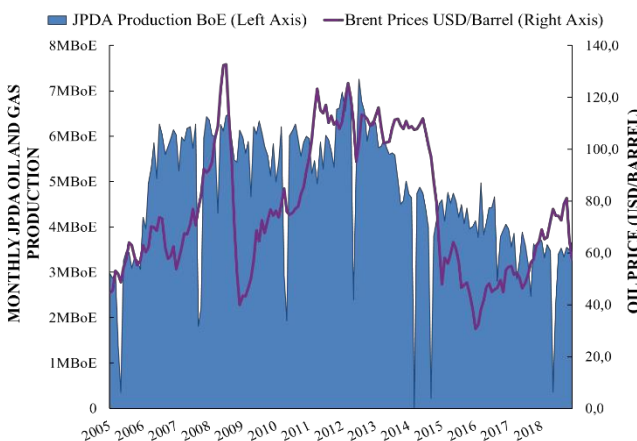


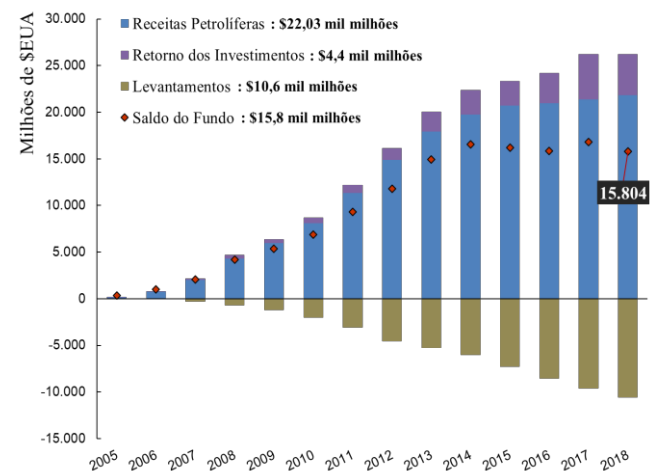
Figura 7. Produção da ACDP e preços do petróleo



As receitas petrolíferas anuais caíram de forma significativa desde o seu pico aproximadamente de 3,6 mil milhões de dólares em 2012 (figura 6). Esta queda reflete a descida do preço do petróleo e a quebra na produção (figura 7). Os preços recebidos pelos produtos petrolíferos de Timor acompanham o preço do crude Brent. O preço internacional do petróleo subiu ligeiramente desde a queda acentuada no segundo semestre de 2014. A produção tem vindo a diminuir, sendo que atualmente o campo Bayu-Undan é o único campo em funcionamento. A produção no Kitan, um campo muito menor, foi iniciada em 2011 e posteriormente suspensa em dezembro de 2015, em resultado da descida do preço do petróleo. A produção no Bayu-Undan tem vindo a cair desde o seu pico em 2011. O CPP referente ao Bayu-Undan terminará em 2021 (ACDP 03-13) e 2022 (ACDP 03-12). A Autoridade Designada acredita que a produção possa continuar para lá de 2022.

A maior parte da Riqueza Petrolífera proveniente do Bayu-Undan já foi transformada em ativos financeiros. O valor atual das receitas petrolíferas futuras provenientes deste campo está atualmente estimado em 1,1 mil milhões de dólares, o que fica muito aquém dos 22,03 mil milhões de receitas petrolíferas recebidos desde a criação do Fundo em 2005 (figura 8). Até que surjam novos projetos o saldo do Fundo Petrolífero será determinado sobretudo pelo rendimento dos investimentos e pelos levantamentos governamentais.

Figura 8. Fluxos acumulados do Fundo Petrolífero



¹[http://web01.anpm.tl/webs/anptlweb.nsf/pgLafaekDataGasList HTML](http://web01.anpm.tl/webs/anptlweb.nsf/pgLafaekDataGasListHTML)

Levantamentos e reembolso fiscal

O Orçamento Geral de Estado do Governo é financiado em grande parte por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero. Durante 2018 o Governo levantou 982,5 milhões a partir do FP. Embora este valor tenha sido inferior ao das transferências registadas nos últimos três anos, superou ainda assim o RSE anual de 550 milhões de dólares (ver figura 9) em 432 milhões.

O RSE está definido em 3% da Riqueza Petrolífera, a qual consiste no saldo do Fundo Petrolífero e no valor atual líquido estimado das receitas petrolíferas futuras. As receitas futuras incluem apenas estimativas dos campos com planos de desenvolvimento aprovados, pelo que não incluem o Greater Sunrise e outras potenciais fontes de receitas. Além das transferências para o Orçamento de Estado, foram levantados 63,3 milhões como reembolso fiscal a empresas produtoras de petróleo e gás, tal como previsto no Artigo 10.º da Lei do Fundo Petrolífero. Esta situação é descrita mais abaixo.

Desde a criação do FP e o final de 2018 o Governo levantou 10.616 milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero. Este valor excede o RSE acumulado referente a esse período em 4.032 milhões. Desde 2009 os levantamentos anuais têm representado em média 5 por cento da Riqueza Petrolífera, ultrapassando assim os 3 por cento do RSE. Este excesso reflete a política governamental de concentrar despesas nos primeiros anos de modo a construir os alicerces para o desenvolvimento económico. Os levantamentos excessivos têm contribuído para a diminuição da Riqueza Petrolífera de Timor-Leste (figura 10). Deve notar-se que a queda em 2014 comparativamente à estimativa de 2013 no valor de 26,2 mil milhões de dólares resultou sobretudo de preços do petróleo e receitas petrolíferas abaixo do esperado.

O Artigo 10.º da Lei do Fundo Petrolífero permite transferências a partir do Fundo para fazer reembolsos fiscais. Após um longo processo de verificação o Governo de Timor-Leste aprovou as reivindicações dos operadores de Kitan em como pagaram mais Imposto sobre os Rendimentos Coletivos (IRC) e Imposto Petrolífero Suplementar (IPS) relativamente aos períodos fiscais de 2011, 2012 e 2013. A Tabela 1 mostra os reembolsos às respetivas empresas.

Figura 9. Transferências para o Orçamento de Estado

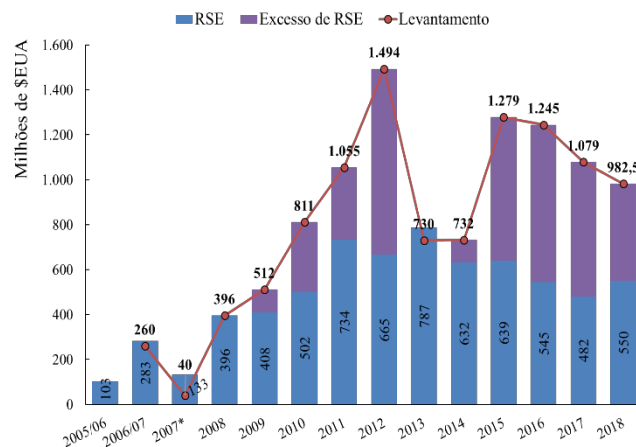


Figura 10. Riqueza petrolífera e o RSE

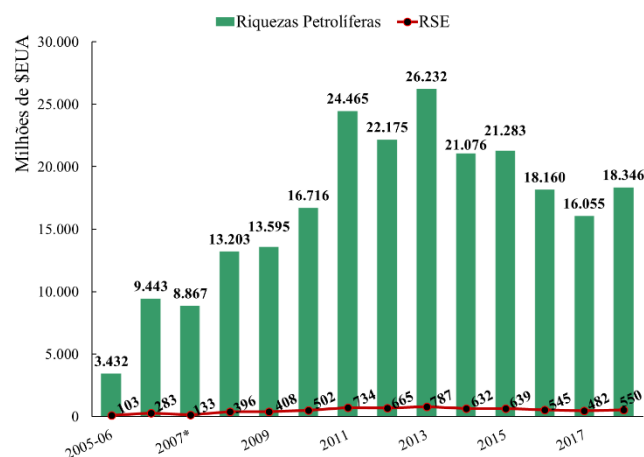


Tabela 1. Reembolso fiscal referente a operações no campo Kitan em 2018 (em milhões de dólares)

	IRC	Imposto suplementar petrolífero	Total
ENI	9,605	3,883	13,488
INPEX	19,933	0,000	19,933
TALISMAN /REPSOL	25,030	4,884	29,914
Total de imposto reembolsado em dez 2018			63,335

Fonte: Autoridade Tributária, Ministério das Finanças, 2018

* O RSE em 2007 (Figura 9 e 10) é apresentado apenas para o segundo semestre de 2007 (julho até dezembro de 2007).

Rendimentos de Investimentos e despesas

Após deduzir as despesas, o Fundo Petrolífero gerou um retorno negativo de 460 milhões de dólares em 2018. Em 2017 tinha havido um retorno positivo de 1.612 milhões. A secção seguinte contém detalhes sobre o desempenho dos investimentos do Fundo.

O acordo de gestão operacional assinado entre o Ministério das Finanças e o BCTL prevê que o BCTL recupere as despesas em que incorre na qualidade de gestor operacional do Fundo Petrolífero.² A Tabela 2 mostra que as despesas administrativas do Fundo Petrolífero em 2018 totalizaram 15,5 milhões de dólares. Este valor incluiu taxas de custódia e de gestão

Tabela 2. Despesas administrativas em 2018

Categoria	Milhões USD
Taxas de custódia e de gestores externos	9,329
Custos de gestão operacional do BCTL	5,073
Despesa do CAI	0,253
Outras despesas	0,839
Total	15,494

externa de 9,3 milhões; despesas operacionais do BCTL de 5,1 milhões; e despesas do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) de 253 mil dólares. Relativamente à dimensão do Fundo, as despesas administrativas em 2018 situaram-se nos 10 pontos base (0,1 por cento).

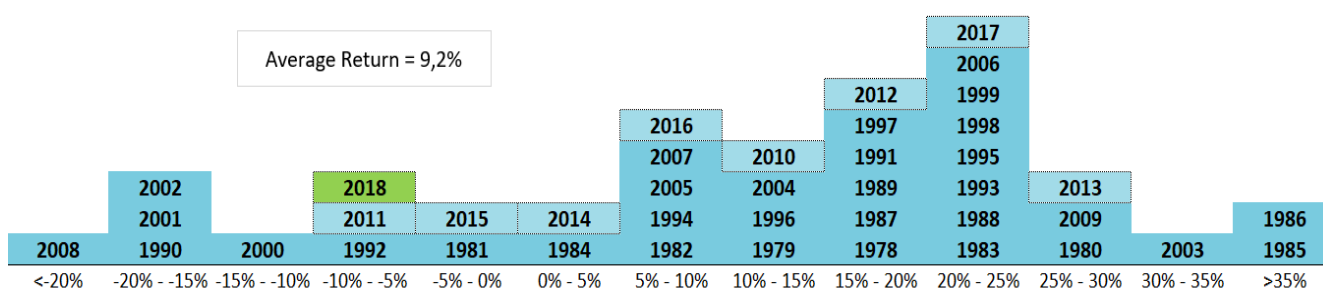
Estratégia e carteira de investimentos do Fundo

A Lei do Fundo Petrolífero define os investimentos elegíveis, diretas para alocação de ativos e limites de risco do Fundo.

A Lei do Fundo Petrolífero requer que a política de investimento do Fundo “aplique os princípios de

diversificação, com o objetivo de maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco”, após levar em conta a finalidade do Fundo, os constrangimentos operacionais e a capacidade de Timor-Leste para suportar riscos.

Figura 11. Retornos anuais de ações em mercados desenvolvidos (1978 a 2018)



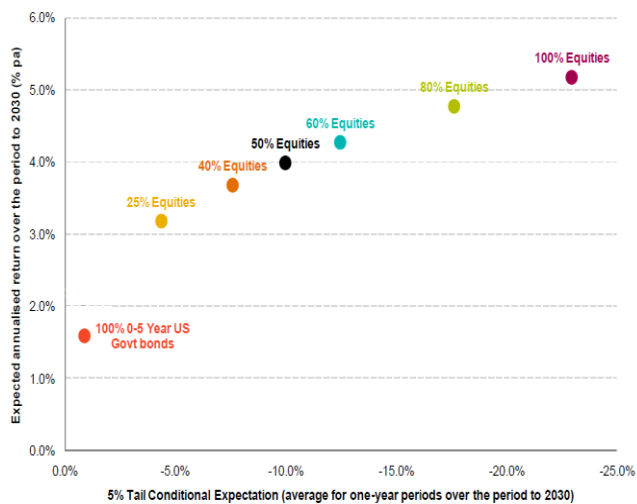
² <https://www.bancocentral.tl/en/go/other-regulatory-instruments>

A Lei do Fundo Petrolífero permite que até metade do Fundo seja investida em ações. Em 2012 foi escolhida uma alocação de 40% em ações e 60% em títulos, com base nas projeções de que isso teria uma probabilidade razoável de poder gerar um retorno real de 3% (figura 12). O retorno de investimento visado foi concebido para compensar os levantamentos do RSE (3%) e manter assim o valor real do Fundo Petrolífero. Foi considerado que a alocação de 40% em ações envolvia um nível de risco aceitável, uma vez que o Fundo Petrolífero tem o benefício de ter um horizonte de investimento a longo prazo. Todos os anos haverá uma variabilidade considerável em torno da expectativa central de retornos, sendo que o objetivo não será atingido todos os anos. O modelo original previa que se poderiam esperar perdas pelo menos a cada cinco anos e que essas perdas poderiam ser consideráveis. A medida de risco contida na figura 12 significa que com uma alocação de 40% em ações pode-se esperar uma perda de 7,3% nos piores cinco anos em 100.

A volatilidade nos retornos das ações é ilustrada pela história dos retornos de referência na figura 11. O fraco desempenho em 2018 seguiu-se um período de forte desempenho em 2017.

Os retornos esperados dos investimentos têm sido revistos com declínio nos últimos anos. Esta situação

Figura 12. Retornos e riscos de estratégias alternativas de investimento



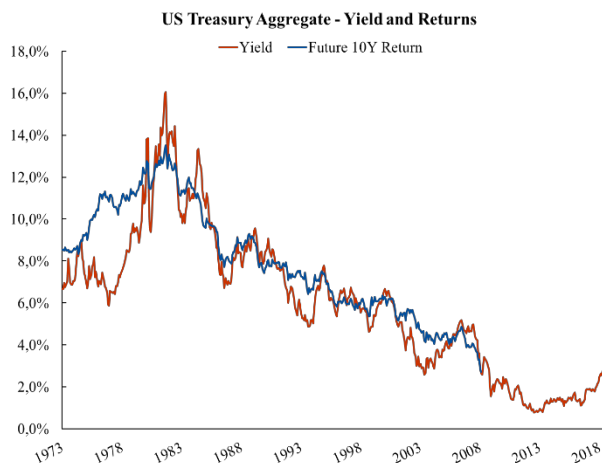
³ Ver a secção “Parecer do CAI e o futuro do Fundo” na página 15.

deve-se primeiramente à descida dos rendimentos dos títulos, o que indica retornos futuros mais baixos (figura 13). O retorno esperado a partir do Fundo Petrolífero ao longo dos próximos 10 anos deverá estar mais perto dos 2 por cento do que dos 3 por cento, após levar em conta a inflação nos EUA. Considerou-se a possibilidade de aumentar a alocação em ações de modo a obter um retorno superior, porém decidiu-se antes manter a alocação de 40% e rever as expectativas de desempenho.³

A estratégia de investimento do Fundo é intencionalmente simples, porém robusta. Segue as crenças subjacentes sobre investimentos que constam do documento “Declaração sobre Crenças e Princípios de Investimento” do Comité de Assessoria para o Investimento, o qual se encontra publicado no sítio eletrónico do Ministério das Finanças.

Pretende-se criar uma carteira de forma eficiente e evitando uma complexidade desnecessária. Os investimentos são feitos em títulos e em ações cotadas. É usada diversificação para eliminar riscos que não resultem em recompensas. As ações são altamente diversificadas através de várias empresas, setores e países. A carteira de títulos soberanos ajuda a mitigar o risco das ações.

Figura 13. Rendimentos e retornos futuros dos títulos



A principal forma de investimento do Fundo é uma gestão passiva. Os gestores passivos acompanham de perto o desempenho do índice de referência, detendo obrigações para que os pesos investidos correspondam aos do índice. A gestão passiva tende a ser preferida já que se acredita que no geral os mercados são eficientes e que o grosso dos retornos de investimento provém de fatores de risco sistémico recompensados. A gestão passiva oferece uma exposição diversificada e com uma boa relação qualidade-custo.

As alocações do Fundo Petrolífero são mantidas próximas das previstas na AEA, com o BCTL a proceder a reequilíbrios periódicos. Acredita-se que a estimativa das movimentações a curto prazo do mercado é propensa a erros. Manter investimentos durante longos períodos em aplicações mais arriscadas e com retornos superiores, incluindo períodos de desempenho adverso, permite aos investidores recolher prémios de risco sistemático, tais como o prémio de risco de ações. Estes prémios serão perdidos caso se tente entrar e sair dos mercados, mas não se consiga fazê-lo nas alturas certas.

A Tabela 3 mostra que a carteira concreta do Fundo no final de dezembro de 2018 corresponde aos pesos da AEA. Os 0,86% extras em ações e a contrapartida em títulos estão dentro dos parâmetros obrigatórios. Deve notar-se que é mantida uma alocação de caixa para financiar levantamentos futuros. O saldo de 725 milhões de dólares no final do ano é excluído dos pesos da AEA.

A composição da carteira de ações está muito próxima do índice de referência, o Índice MSCI Global, uma vez que o grosso da carteira é gerido de forma passiva. O

índice de referência representa empresas com capitalização elevada e média cotadas em mercados desenvolvidos, com uma vasta abrangência em termos de indústrias. No final do ano o Fundo englobava 1.773 empresas. As ações individuais constam do Anexo II – Nota 23 (lista de aplicações financeiras) das demonstrações financeiras anuais.

A Tabela 4 mostra que mais de 60 por cento das ações são em empresas cotadas nos EUA. A Zona Euro, o Japão e o Reino Unido representam em conjunto cerca de um quarto da carteira de ações. Existe também uma alocação separada em ações australianas que é gerida internamente pelo BCTL. Estas ações foram financiadas pelos dois gestores externos passivos, que continuam a gerir os outros mercados globais. O peso de 2,9% em ações australianas na carteira de ações do Fundo está acima do peso da Austrália no Índice MSCI Global, mas apenas de forma muito ligeira.

A composição da carteira de títulos resulta das alocações aos mandatos na Tabela 3. Mais de 80 % da carteira de ações está investida em títulos do governo dos EUA. O mandato interno do BCTL de títulos do tesouro dos EUA de 3 a 5 anos representa cerca de dois terços da carteira de ações, enquanto o mandato do Banco de Compensações Internacionais de títulos do tesouro dos EUA de 5 a 10 anos representa cerca de um sexto da carteira.

A alocação restante destina-se a títulos soberanos fora dos EUA e é gerida por dois gestores externos. De modo a providenciar uma exposição ampla em termos de países foi criado um índice padrão no qual cada país tem um limite de 10% e a Zona Euro um limite de 30%. Os mandatos passivos melhorados relativamente a

Tabela 3. Mandato de investimentos do Fundo Petrolífero

	Gestor	Estilo	Alocação	
			Referência	Final do ano
Títulos do Tesouro dos EUA, 3 a 5 anos	BCTL	Passivo	40%	37,84%
Títulos do Tesouro dos EUA, 5 a 10 anos	BIS	Passivo melhorado	10%	10,95%
Títulos do Tesouro de mercados que não os EUA	Alliance Bernstein	Passivo melhorado	5%	5,16%
	Wellington	Passivo melhorado	5%	5,19%
Ações em mercados desenvolvidos	SSGA	Passivo	34%	34,64%
	BlackRock	Passivo		
	Schroders	Passivo melhorado		
Ações australianas	BCTL	Passivo	1%	1,10%

títulos dão aos gestores alguma margem para se afastarem da carteira de referência. As alocações que constam da Tabela 4 são semelhantes às do índice de referência, com a Zona Euro a representar 4,5% do total da carteira de títulos e com a Austrália, o Canadá, o Japão e o Reino Unido a serem os outros mercados mais representados.

A Tabela 4 representa também a atual exposição do Fundo Petrolífero a moedas. Quase três quartos do total do Fundo estão investidos nos EUA, pelo que são denominados em dólares americanos. Os investimentos fora dos EUA são denominados nas moedas locais e não estão atualmente cobertos. As maiores exposições do Fundo Petrolífero são às principais moedas, nomeadamente o euro, o iene japonês, a libra esterlina, o dólar canadiano, o franco suíço e o dólar australiano.

O valor dos investimentos em ações e títulos que não em dólares americanos flutua consoante as movimentações do dólar americano.

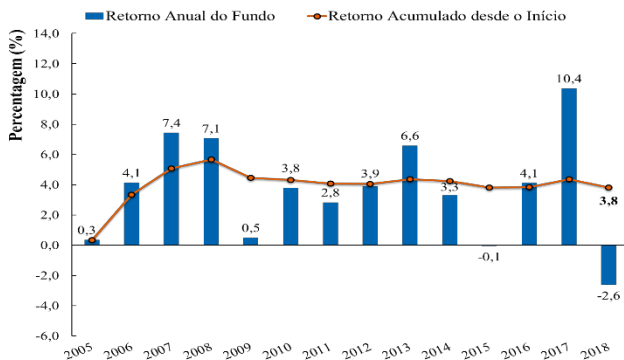
Tabela 4. Alocações do Fundo Petrolífero por país

País	% de títulos	% de ações	% da carteira
Austrália	1,9%	2,9%	2,3%
Canadá	1,9%	3,2%	2,4%
Dinamarca	1,3%	0,6%	1,0%
Zona Euro	4,5%	11,7%	7,4%
Hong-Kong	0,1%	1,2%	0,5%
Israel	0,0%	0,2%	0,1%
Japão	1,9%	8,4%	4,5%
Nova Zelândia	0,5%	0,1%	0,3%
Noruega	0,5%	0,3%	0,4%
Singapura	1,1%	0,5%	0,9%
Suécia	0,9%	1,0%	0,9%
Suíça	1,0%	3,1%	1,9%
Reino Unido	1,9%	5,4%	3,3%
EUA	82,6%	61,3%	74,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Desempenho dos investimentos em 2018

Em 2018 o Fundo Petrolífero teve um retorno negativo de 2,6 por cento. Foi o segundo ano em que o Fundo gerou perda, depois de uma perda ligeira em 2015 (figura 14). O retorno do Fundo desde a sua criação foi de 3,8 por cento ao ano, ou 1,9 por cento em termos reais após levar em conta a inflação nos EUA. As ações atingiram o seu objetivo de crescimento a longo prazo, gerando retornos de 8,2 por cento ao ano desde o primeiro investimento em ações em 2010 (figura 15). No mesmo período a carteira de títulos gerou um retorno anual médio de 1,2 por cento.

Figura 14. Retorno dos investimentos desde a criação



O Fundo adota sobretudo uma abordagem passiva à implementação, o que significa que os retornos concretos ficam muito próximos dos retornos de referência. Os retornos da carteira de títulos em 2018 foram ligeiramente superiores à referência, com os três mandatos a terem um desempenho ligeiramente superior ao previsto durante o ano. As ações também ficaram acima da referência, ainda que de forma muito ligeira. A nível agregado, em 2018 os retornos do Fundo Petrolífero superaram a referência em 0,35 por cento (Tabela 5).

Figura 16. Retornos da referência de ações

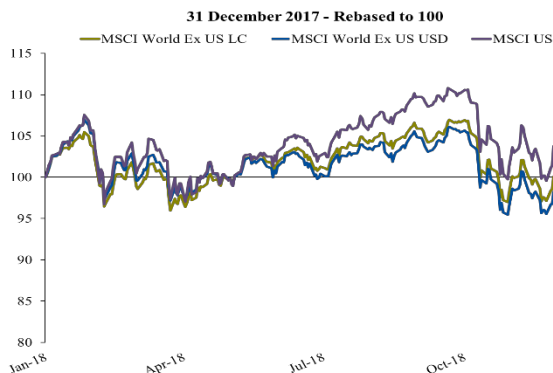


Figura 15. Retorno dos títulos e das ações

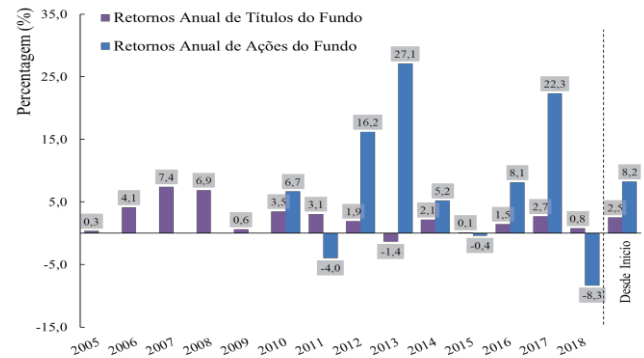


Tabela 5. Retorno dos investimentos em 2018

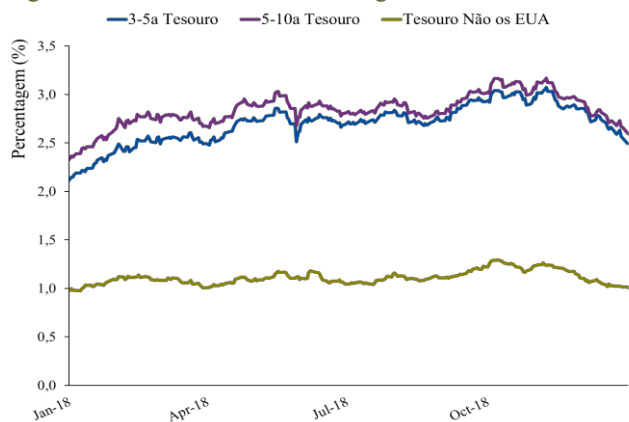
	T1	T2	T3	T4	2018	Inc.
Total do Fundo	-0,47	0,26	1,73	-4,08	-2,63	3,82
Excesso em relação ao índice referência	0,20	-0,01	-0,01	0,17	0,35	0,06
Títulos	-0,32	-0,65	-0,33	2,10	0,78	2,50
Excesso em relação ao índice referência	0,06	0,09	0,08	-0,12	0,11	0,02
Ações	-1,28	1,77	5,09	-13,17	-8,33	8,23
Excesso em relação ao índice referência	0,00	0,03	0,11	0,24	0,38	0,57
	T1	T2	T3	T4	2018	Inc.
Títulos Tesouro EUA, 3 a 5 anos	-0,68	0,01	-0,16	2,38	1,53	1,18
Excesso em relação ao índice referência	0,04	0,02	0,00	0,00	0,06	0,04
Títulos Tesouro EUA, 5 a 10 anos	-1,46	-0,03	-0,55	3,35	1,26	1,66
Excesso em relação ao índice referência	0,02	0,06	-0,02	-0,02	0,04	0,01
Mercados soberanos fora dos EUA	2,08	-4,31	-1,21	0,53	-3,00	-0,74
Excesso em relação ao índice referência	-0,02	-0,03	0,09	0,07	0,11	0,02

As ações tiveram um retorno negativo de 8,3 por cento em 2018 (Tabela 5). Nos primeiros 3 trimestres as ações em dólares americanos tiveram um desempenho melhor do que as noutros mercados desenvolvidos. O crescimento económico foi forte nos EUA, porém mais contido noutros mercados, com sinais de abrandamento na Europa e na China. Todos os mercados registaram um grande volume de vendas no quarto trimestre (figura 16). Vários fatores levantaram incertezas sobre o panorama do crescimento económico, incluindo a velocidade do apertar da

política monetária nos EUA, uma disputa comercial entre os EUA e a China e a incerteza relativamente ao Brexit. Ao longo do ano os índices de ações noutras moedas tiveram um desempenho inferior ao índice de ações em dólares americanos, tanto em termos de moeda local como em termos de dólares americanos.

A carteira de títulos gerou retornos de 0,78 por cento em 2018. A alocação no Tesouro dos EUA teve um desempenho consistente com o seu objetivo defensivo, ajudando a mitigar o fraco desempenho das ações. Em 2018 o mandato de títulos do Tesouro dos EUA obteve retornos de 1,5 por cento para 3 a 5 anos e de 1,3 por cento para 5 a 10 anos (Tabela 5). O rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA subiu nos primeiros três trimestres, com o Banco da Reserva Federal a subir as taxas e o mercado passou a assumir taxas de juro mais altas. No quarto trimestre os títulos do Tesouro dos EUA beneficiaram de uma fuga para ativos seguros e de uma revisão em baixa das expectativas referentes a taxas diretoras. Na sua reunião de dezembro, o Banco da Reserva Federal assinalou aumentos graduais da taxa em 2019, tendo já aumentado a taxa diretora quatro vezes em 2018 e terminando o ano nos 2,25 a 2,50 por cento. Os rendimentos dos mandatos em títulos do Tesouro dos EUA terminaram a níveis semelhantes aos registados no início do ano.

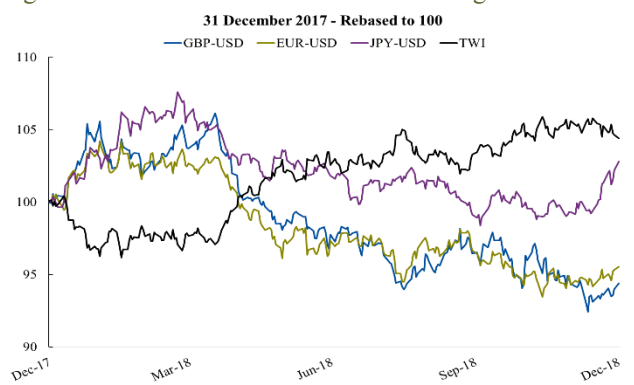
Figura 17. Rendimento dos títulos governamentais



Os rendimentos do mandato em títulos soberanos não denominados em dólares americanos seguiram um padrão semelhante ao do mandato em dólares americanos, subindo nos três primeiros trimestres e caindo um pouco no quarto trimestre (figura 17). O BCE manteve a sua taxa diretora estável enquanto terminava o seu programa de compra de títulos, o qual foi concluído em dezembro. O BCE comprometeu-se a manter a taxas de referência estável até pelo menos

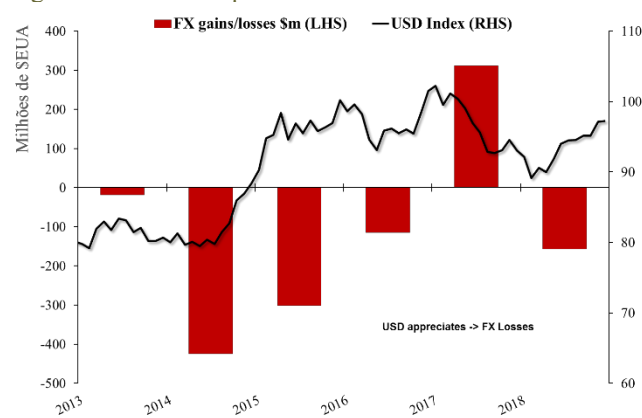
meados de 2019. O Banco de Inglaterra apertou a sua política monetária, subindo o seu índice de referência para 0,75 por cento em agosto. O Banco do Japão manteve a sua política monetária estável em 2018, nos 0,1 por cento, com as compras de ativos a continuarem a visar o rendimento próximo do zero para títulos a 10 anos.

Figura 18. Dólar americano e moedas estrangeiras



A depreciação de moedas estrangeiras foi o principal elemento impulsionador do retorno anual negativo de 3,1 por cento sobre a carteira de títulos soberanos fora dos EUA não cobertos. As taxas favoráveis de crescimento e de juros contribuíram para o fortalecimento do dólar americano em 2018. O dólar valorizou-se contra as principais moedas, fora o iene japonês e o franco suíço (figura 18). O índice do dólar americano teve uma valorização de 4,4 por cento em 2018, tendo um desempenho semelhante contra o euro e contra a libra. Os movimentos cambiais reduziram o Fundo Petrolífero em 157 milhões de dólares em 2018 (figura 19).

Figura 19. Ganhos e perdas cambiais



Parecer do CAI e o futuro do Fundo

O CAI aconselha o Ministro das Finanças sobre matérias relacionadas com a estratégia de investimento e com a gestão do Fundo, conforme previsto no Artigo 16.º da Lei do Fundo Petrolífero. O CAI realizou seis reuniões e dois *workshops* em 2018. A correspondência relevante durante o ano está contida no Apêndice XII e é resumida de seguida.

No seu parecer de 11 de maio de 2018 o Comité fez notar que são esperados retornos mais baixos para o Fundo Petrolífero, sobretudo porque se prevê que os retornos a partir de títulos serão menores. O Comité explicou que é pouco provável que a atual alocação de ativos do Fundo gere retornos reais de 3 por cento. É antes previsto que o retorno da carteira a longo prazo fique mais próximo dos 2 por cento. O quadro do RSE é dificultado pelo cenário de retornos baixos e pelos levantamentos acima do RSE para o Orçamento de Estado.

O CAI considera que a alocação atual de 40 por cento em ações continua a ser adequada com base nas informações disponíveis de momento. É necessário rever regularmente a alocação de ativos para levar em conta quaisquer novas informações relevantes para projeções de levantamentos governamentais e futuras receitas petrolíferas. O CAI recomenda assumir uma perspetiva de riqueza nacional aquando da determinação da política de investimento do Fundo Petrolífero, de modo a ter em conta potenciais novas receitas e passivos públicos.

Em maio de 2018 o Comité recomendou também a modificação dos parâmetros do mandato de caixa para levar em conta questões operacionais. O CAI recomendou a introdução de uma alocação de 5 por cento em caixa, como parte da alocação estratégica de ativos do Fundo. Esta alocação será financiada a partir do mandato de títulos do Tesouro dos EUA a 3 a 5 anos, reduzindo o peso deste para 35 por cento. Isto substituiu os parâmetros atuais em que o saldo de caixa estava fora da alocação estratégica de ativos do Fundo e era representado nas estimativas de levantamentos para os 4 trimestres seguintes. Os novos parâmetros colocam os títulos do Tesouro dos EUA a 3 meses como referência para a caixa, permitindo instrumentos com maturidade até um ano. O mandato continua a ser gerido internamente pelo BCTL. Estas alterações foram implementadas em 2019.

A 14 de agosto de 2018 o Comité aconselhou sobre a implementação do mandato de fatores de ações. É esperado que os fatores de ações melhorem o retorno ajustado ao risco da carteira de ações relativamente aos investimentos atuais, que estão sobretudo em índices de capitalização de mercados. A análise do BCTL apoiou uma combinação de dois gestores para dar exposição aos fatores de Valor, Qualidade e Baixa Volatilidade e, em menor medida, de Dimensão. O parecer do Comité emendou os parâmetros do mandato a fim de fazer referência a estes fatores e não aos 5 fatores indicados inicialmente. O Comité recomenda a alocação inicial de 10 por cento do Fundo em fatores, com o peso a ser revisto assim que o Fundo Petrolífero adquira mais experiência na gestão de fatores. Prevê-se que o novo mandato seja implementado em 2019.

O Comité realizou em novembro um *workshop* com a Ministra Interina das Finanças para rever o quadro governativo do Fundo Petrolífero. Foi reconhecido que havia margem para melhorar o processo de estudo e implementação de alterações aos investimentos do Fundo Petrolífero. O *workshop* discutiu igualmente a questão dos recursos necessários para o CAI, que já havia sido levantada em correspondência anterior. Foi acordado que as instituições do Fundo Petrolífero precisam ter papéis e responsabilidades claros e que esta revisão será dirigida pelo Ministro das Finanças em 2019.

Em 2018 o Parlamento propôs emendas legais para permitir ao Fundo Petrolífero investir em operações petrolíferas. A Lei das Atividades Petrolíferas foi emendada para permitir que a alocação de 5 por cento ao abrigo do N.º 4 do Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero possa ser aplicada a investimentos petrolíferos. Esta mudança está relacionada com a aquisição por parte do governo das participações da ConocoPhillips e da Shell no projeto de desenvolvimento de petróleo e gás no Greater Sunrise. A aquisição foi incluída no Orçamento de Estado inicial para 2019 aprovado pelo Parlamento, porém foi retirada na Lei Orçamental promulgada no seguimento da promulgação das alterações à Lei das Atividades Petrolíferas. Em abril o Fundo Petrolífero investiu na Timor Gap para financiar a aquisição. O próximo Relatório Anual irá conter mais detalhes sobre este investimento.

Relativamente ao futuro, o Comité de Assessoria para o Investimento reuniu-se com intervenientes em maio de

2019 para discutir os levantamentos esperados, a riqueza petrolífera e os objetivos do governo para o Fundo. O foco está em garantir o alinhamento da política de investimento com os objetivos do governo para o Fundo Petrolífero, incluindo a consideração dos levantamentos esperados. Em 2019 as instituições do Fundo Petrolífero preveem implementar cobertura de moedas estrangeiras sobre a alocação em títulos do Tesouro não denominados em dólares americanos. Continuam a ser estudadas maneiras potenciais de melhorar de forma incremental os retornos do Fundo ajustados aos riscos, após considerar os seus respetivos objetivos e condicionalismos.

Fronteiras marítimas e desenvolvimento do Greater Sunrise

A 6 de março de 2018, Timor-Leste e a Austrália assinaram um acordo que estabeleceu pela primeira vez fronteiras marítimas permanentes entre os dois países. O acordo foi consequência do processo de conciliação obrigatória iniciado por Timor-Leste sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O tratado entrará em vigor assim que for ratificado pelos parlamentos da Austrália e de Timor-Leste.

A figura 20 mostra as novas fronteiras. Praticamente toda a Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) passa a pertencer a Timor-Leste. Os campos de petróleo e gás atualmente na ACDP passarão a estar sob a jurisdição exclusiva de Timor-Leste. Por exemplo, os campos de Bayu-Undan e Kitan estarão inteiramente sob a jurisdição de Timor-Leste, pelo que Timor-Leste terá direito à totalidade dos direitos de exploração e dos impostos relacionados com petróleo cobrados nessa área, ao invés de apenas os 90% das receitas especificados no Tratado do Mar de Timor de 2002. Isto aplica-se igualmente ao campo de Buffalo a oeste.

O novo Tratado estabelece o Regime Especial para o Greater Sunrise e determina que a maior parte das receitas irá para Timor-Leste. Timor-Leste receberá 70% das receitas a montante caso o gasoduto siga para uma central de processamento de GNL em Timor-Leste, ou 80% caso o gasoduto siga para a Austrália. Em termos de comparação, a fatia que cabia a Timor-Leste ao abrigo do Tratado sobre Certos Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS), assinado em 2006, era de apenas 50%. O novo tratado inclui fronteiras provisórias a oeste e a leste, que serão ajustadas automaticamente assim que Timor-Leste e a Indonésia acordem uma fronteira marítima entre ambos e que os campos atuais sejam desativados.

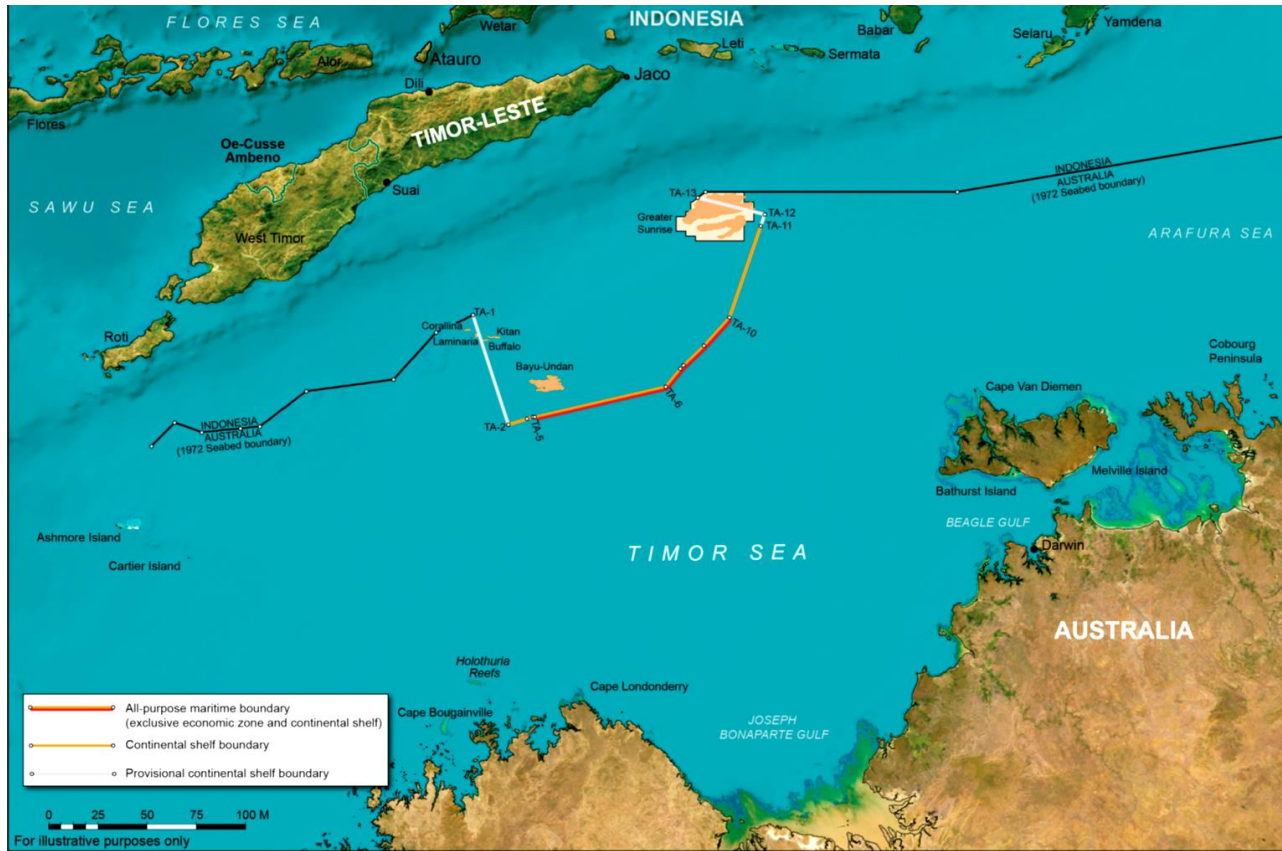
O próximo passo consiste em ambos os países chegarem a acordo sobre o plano de desenvolvimento para o Greater Sunrise. Timor-Leste está empenhado em desenvolver o Greater

Sunrise através de um gasoduto até à costa sul, onde se processará o petróleo para exportação. A colocação das instalações de processamento em Timor-Leste permitirá o desenvolvimento da economia nacional. De modo a facilitar o processamento em terra o governo comprou os interesses da Shell e da Conoco no empreendimento conjunto do Greater Sunrise. Timor-Leste e a Austrália terão de acordar as questões estratégicas relativas ao desenvolvimento com as empresas petrolíferas no empreendimento conjunto. Os contratos de partilha de produção entre os governos e o empreendimento conjunto terão de ser emendados em conformidade.

A Timor Gap E.P., a petrolífera nacional, prevê que a produção no Greater Sunrise arranque em 2025. A fatia pertencente ao governo de Timor-Leste a partir dos direitos de exploração e dos impostos relacionados com petróleo começará então a entrar no Fundo Petrolífero. Para lá disto, o Fundo receberá os dividendos pagos pela Timor Gap na qualidade de participante no empreendimento conjunto. A aquisição de um interesse participativo de 56,56 por cento no empreendimento conjunto do Greater Sunrise por parte da Timor Gap foi financiada por um instrumento de dívida vendido ao Fundo Petrolífero.

Nesta altura não são publicadas estimativas oficiais sobre o valor dos fluxos financeiros provenientes do Sunrise. As projeções referentes ao Sunrise terão de ser incluídas na estimativa do valor atual das receitas petrolíferas aquando da aprovação da proposta de desenvolvimento no terreno por parte da Autoridade Designada, a ANPM.

Figura 20. Fronteiras marítimas de Timor-Leste



Fonte: Gabinete das Fronteiras Marítimas de Timor-Leste

Anexo I

A Declaração do Diretor Geral do Tesouro

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Informações Gerais
31 de dezembro de 2018

Ministra das Finanças	S. Ex. Sara Lobo Brites
Diretor-Geral do Tesouro	Rui Ferreira Magno
Membros do Comité de Assessoria para o Investimento	Olegário de Castro Gualdino da Silva Torres Trovik Prof. Michael Drew
Ex Officio (non-voting)	Venâncio Alves Maria Rui Ferreira Magno (substituto: Ernesto da Conceição Silva)
Governador do Banco Central de Timor-Leste	Abraão de Vasconcelos
Diretor Executivo do Fundo Petrolífero	Venâncio Alves Maria
Gestor Operacional	Banco Central de Timor-Leste Avenida Xavier do Amaral, n.º 9 Díli Timor-Leste
Gestores de Investimento	Banco Central de Timor-Leste Bank for International Settlements Schroders Investment Management Limited State Street Global Advisors BlackRock Investment Management Australia Limited Alliance Bernstein Wellington Management
Membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	Pe. Julio Crispim Ximenes Belo Izilda Imanuela da Luz P. Soares Julio Fernandes Juvinal Dias Zelia Fernandes
Conservador	J P Morgan Chase Bank N.A.
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração do Diretor-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2018

CENÁRIO DE FUNDO

A Lei N.º 9/2005, promulgada a 3 de agosto de 2005 e emendada a 28 de setembro de 2011 (Lei do Fundo Petrolífero N.º 12/2011), estabeleceu o Fundo Petrolífero de Timor-Leste (“Fundo Petrolífero”). O Banco Central de Timor-Leste (“BCTL”) é responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero. Segundo um Acordo de Gestão datado de 12 de outubro de 2005 e emendado a 25 de junho de 2009 entre o Ministério do Plano e das Finanças e o BCTL, este último é igualmente responsável por manter os livros de contas do Fundo Petrolífero em nome do Diretor-Geral do Tesouro.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o Artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As demonstrações são as seguintes:

- Demonstração de rendimentos integrais,
- Demonstração de posição financeira,
- Demonstração de alterações de capital,
- Demonstração de fluxos financeiros, e
- Notas às demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras dizem respeito ao ano que terminou a 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são as mais complexas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o IFRS produzidas em Timor-Leste. Para otimizar a legibilidade das notas para um público amplo, as notas são estruturadas para fornecer ao leitor:

- uma introdução geral ao assunto da nota,
- quadro financeiro elaborando sobre os dados nas demonstrações financeiras,
- uma descrição dos riscos, acordãos importantes ou pressupostos que têm sido feitas em apresentar os dados e
- as respetivas políticas contabilísticas.

CAPITAL DO FUNDO PETROLÍFERO

O Fundo Petrolífero tinha um capital de 16,8 mil milhões de dólares a 1 de janeiro de 2018 (em 2017 tinha 15,8 mil milhões). Durante o período os impostos e outras receitas petrolíferas segundo o Artigo 6.º do Fundo Petrolífero foram de 0,5 mil milhões de dólares (em 2017 haviam sido de 0,4 mil milhões). O Fundo registou perdas de 460 milhões de dólares (em 2017 havia gerado um ganho de 1.612 milhões) durante o período. A “Demonstração de rendimentos integrais” contém um resumo das transações a nível de rendimentos.

Durante o ano transferiram-se 0,98 mil milhões de dólares do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado. O capital do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2018 era de 15,8 mil milhões de dólares (em 2017 era de 16,8 mil milhões). A “Declaração de alterações de capital” contém um resumo das transações.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E DESEMPENHO

Durante 2018 o fundo esteve dividido em 60% de títulos com juro fixo e 40% de ações globais. O Comité considera que este é um nível apropriado em face do horizonte de investimento a longo prazo do Fundo.

O Comité continuará a rever a estratégia de investimento e a alocação de ativos do Fundo para garantir que o nível esperado de retornos está em linha com o Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

Resumo dos Índices de Referência

Índices de Referência	A 31 de dezembro de 2018	A 31 de dezembro de 2017
Juros Fixos		
BOA Merrill Lynch Governo dos EUA 0 a 5 anos	40,0%	40,0%
BOA Merrill Lynch Governo dos EUA 5 a 10 anos	10,0%	10,0%
Barclays Global	10,0%	10,0%
<i>Total de Juros Fixos</i>	<i>60,0%</i>	<i>60,0%</i>
Ações Globais		
MSCI Mundial	40,0%	40,0%
<i>Total de Ações Globais</i>	<i>40,0%</i>	<i>40,0%</i>
Total dos Índices de Referência	100%	100%

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Declaração do Diretor-Geral do Tesouro
31 de dezembro de 2018

Desempenho

De acordo com a alínea a) do número 1 do Artigo 24.º do Fundo Petrolífero e com as provisões do Acordo de Gestão, os ativos do Fundo Petrolífero foram investidos em instrumentos mandatados durante o ano. A nota 23 contém a lista de instrumentos detidos a 31 de dezembro de 2018. A exposição a crédito por notação de crédito consta da nota 13 b) (iii). O desempenho do Fundo Petrolífero durante o período cumpriu com o previsto no Acordo de Gestão.

As perdas líquidas das aplicações financeiras a valor justo nos resultados integrais foram significativos em 643 milhões de dólares em 2018, refletindo o desempenho das ações globais durante o ano. A perda líquida com câmbio externo reflete o enfraquecimento do dólar americano em 2018, sendo que os investimentos estrangeiros são traduzidos para esta moeda.

Durante o período o Ministério das Finanças e o BCTL conseguiram assegurar os papéis fiduciários e de custódia em relação ao Fundo Petrolífero.

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM TERMOS DE SITUAÇÃO

Durante o ano não se registaram quaisquer alterações significativas da situação do Fundo.

APROVAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apensas, referentes ao ano que terminou a 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas em nome do Ministério do Plano e das Finanças por:

[assinatura]

Rui Ferreira Magno
Diretor Geral do Tesouro
Ministério do Plano e das Finanças do Governo de Timor-Leste
30 de abril de 2019

Anexo II

As Demonstrações Financeiras Auditadas para o Ano Fiscal de 2018

Relatório do Auditor Independente para o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste a respeito do Relatório Financeiro Anual do Fundo Petrolífero para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero de Timor-Leste (o 'Fundo Petrolífero'), que englobam a demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018, a demonstração de rendimentos integrais, a demonstração de alterações de capital e a demonstração de fluxos de caixa para o ano que terminou nessa data, assim como notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma correta, a todos os níveis materiais, a posição financeira do Fundo Petrolífero a 31 de dezembro de 2018, bem como o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa para o ano terminado nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs).

Base para o Parecer

Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais sobre Contabilidade (ISAs). As nossas responsabilidades segundo estas normas são descritas em maior detalhe na secção do nosso relatório intitulado *Responsabilidades do auditor pela auditoria às demonstrações financeiras*. Somos independentes em relação ao Fundo Petrolífero, tal como previsto nos requisitos éticos do *Código de Ética para Profissionais de Contabilidade Contabilistas Profissionais do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade* (Código IESBA) com relevância para a nossa auditoria às demonstrações financeiras. Cumprimos igualmente as nossas restantes responsabilidades éticas segundo o Código IESBA. Acreditamos que os elementos de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriados para constituírem uma base para o nosso parecer.

Outras Informações

A administração é responsável pelas outras informações incluídas no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. As outras informações, que não incluem as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditor sobre as mesmas, e que recebemos antes da realização do presente relatório de auditor, consistem nos seguintes documentos:

- O Fundo Petrolífero num Olhar
- Anexo I Declaração do Diretor-Geral do Tesouro
- Anexo III Declaração sobre políticas contabilísticas do Fundo Petrolífero para o ano fiscal de 2018
- Anexo IV Comparação dos rendimentos derivados a partir do investimento dos ativos do Fundo Petrolífero com os três anos fiscais anteriores
- Anexo V Comparação dos rendimentos nominais dos investimentos dos ativos do Fundo Petrolífero com os retornos reais
- Anexo VI Comparação dos rendimentos nominais dos investimentos dos ativos do Fundo Petrolífero com o Índice de Desempenho de Referência
- Anexo VII Comparação do Rendimento Sustentável Estimado com a soma das transferências a partir do Fundo Petrolífero
- Anexo VIII Declaração sobre empréstimos contraídos
- Anexo IX Lista de pessoas com cargos relevantes para as operações e desempenho do Fundo Petrolífero
- Anexo X Declaração sobre o total de levantamentos comparativamente com o montante aprovado de dotações
- Anexo XI Artigo 35.º Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu sobre receitas do Fundo Petrolífero

- Anexo XII Parecer prestado pelo Comité de Assessoria para o Investimento
- Anexo XIII Implementação dos Princípios de Santiago

As outras informações que esperamos que nos sejam disponibilizadas após a data do presente relatório do auditor são as seguintes:

- A Mensagem do Ministro das Finanças

O nosso parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as restantes informações, sobre as quais não expressamos qualquer garantia ou conclusão.

Relativamente à nossa auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler as restantes informações para determinar se estas são materialmente inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o que aprendemos durante a auditoria, ou se parecem de outro modo conter incorreções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos sobre as restantes informações obtidas antes da data do presente relatório de auditor, concluirmos que estas outras informações contêm incorreções materiais, somos obrigados a reportar esse facto. No caso concreto não temos nada a reportar.

Responsabilidades relativamente às demonstrações financeiras por parte da administração e dos indivíduos encarregues da governação

A administração do Fundo Petrolífero é responsável pela elaboração e apresentação correta das demonstrações financeiras segundo as IFRSs e pelo controlo direto que a administração considere necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de erros materiais devidos a fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável por avaliar a capacidade do Fundo Petrolífero para seguir no princípio da continuidade, divulgando, conforme aplicável, matérias relacionadas com o princípio da continuidade e usando a base contabilística de princípio da continuidade exceto caso a administração pretenda liquidar o Fundo Petrolífero ou cessar as operações, ou caso não tenha uma alternativa realista a estas duas opções.

Os indivíduos encarregues da governação são responsáveis por fiscalizar o processo de reporte financeiro do Fundo Petrolífero.

Responsabilidades do auditor pela auditoria às demonstrações financeiras

Pretendemos obter certezas razoáveis em como as demonstrações financeiras no seu todo estão isentas de incorreções materiais devidas a fraude ou a erro, e emitir um relatório de auditor que contenha o nosso parecer. Uma certeza razoável é um nível de certeza elevado, porém não é uma garantia em como uma auditoria conduzida segundo as ISAs detetará sempre uma incorreção material caso esta exista. Uma incorreção pode resultar de fraude ou erro e é considerada material caso, individualmente ou no agregado, se possa esperar de forma razoável que vá influenciar as decisões económicas de utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria segundo as ISAs, utilizamos critérios profissionais e mantemos um ceticismo profissional ao longo da auditoria. Para lá disto:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreções materiais nas demonstrações financeiras, devidos a fraude ou erro, desenhamos e conduzimos procedimentos de auditoria para dar resposta a esses riscos, e obtemos elementos de auditoria suficientes e apropriados para constituírem uma base para o nosso parecer. O risco de não deteção de uma incorreção material resultante de fraude é mais elevado do que o de uma incorreção material resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, representações indevidas ou contorno de controlos internos.
- Adquirimos conhecimentos sobre controlo interno relevantes à auditoria de modo a desenharmos procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com vista a expressarmos um parecer sobre a efetividade do controlo interno do Fundo Petrolífero.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das divulgações relacionadas efetuadas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso da base contabilística do princípio da continuidade por parte da administração e, de acordo com os elementos de auditoria obtidos, sobre se existem incertezas materiais relacionadas com eventos ou condições passíveis de causar uma dívida significativa sobre a capacidade do Fundo Petrolífero para seguir no princípio da continuidade. Caso chegemos à conclusão de que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no nosso relatório de auditor para as divulgações

relevantes nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações sejam inadequadas, a modificar o nosso parecer. As nossas conclusões assentam nos elementos de auditoria obtidos até à data do nosso relatório de auditor. Todavia é possível que no futuro venha a haver eventos ou condições que façam com que o Fundo Petrolífero deixe de seguir no princípio da continuidade.

- Avaliamos a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de uma forma que constitua uma apresentação justa.

Entre outras matérias, comunicamos com a administração relativamente ao âmbito e o calendário planeados da auditoria e sobre as principais constatações da auditoria, incluindo lacunas graves a nível de controlo interno identificadas.

Deloitte Touche Tohmatsu

[assinatura]

Clive Garland
Diretor
Revisores oficiais de contas
Darwin, 30 de abril de 2019

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração de resultados integrais
para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

		<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
		<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>Nota</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Receitas			
Rendimentos de juros	4	201.533.512	169.503.377
Rendimentos de dividendos	5	156.845.144	162.786.768
Rendimentos de fundos fiduciários	5	6.695.664	7.591.401
Outros rendimentos de investimentos		44.100	733.310
Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros através dos resultados	6	(642.694.324)	982.967.577
(Perdas)/ganhos cambiais líquidos	7	(157.388.052)	312.405.389
Total das (perdas)/receitas		<u>(434.963.956)</u>	<u>1.635.987.822</u>
Despesas			
	8		
Taxas de gestão e custódia externas	19	(9.326.043)	(6.630.389)
Despesas do Conselho de Assessoria para o Investimento	19	(256.871)	(246.766)
Taxas de gestão operacional do BCTL	19	(5.073.803)	(6.550.326)
Outras despesas	19	(844.652)	(716.306)
Total das despesas		<u>(15.501.369)</u>	<u>(14.143.787)</u>
(Perdas)/lucros antes dos impostos		<u>(450.465.325)</u>	<u>1.621.844.035</u>
Retenção na fonte	9	(9.455.396)	(9.756.441)
(Perdas)/lucros para o ano		<u>(459.920.721)</u>	<u>1.612.087.594</u>
Outros rendimentos integrais		<u>-</u>	<u>-</u>
Total das (perdas)/rendimentos integrais para o ano		<u>(459.920.721)</u>	<u>1.612.087.594</u>

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas constantes das páginas 32 - 99.

Fundo Petrolifero de Timor-Leste
Demonstração da posição financeira
a 31 de dezembro de 2018

		<i>A</i>	<i>A</i>
		<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>Nota</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Ativos			
Caixa e equivalentes a caixa	11	725.098.971	318.007.230
Outros valores a receber	12	25.799.760	31.422.089
Ativos financeiros segundo o valor justo através dos resultados	13, 14	<u>15.072.095.909</u>	<u>16.462.177.711</u>
Total dos ativos		<u>15.822.994.640</u>	<u>16.811.607.030</u>
Passivos			
Valores a pagar por títulos comprados		16.645.556	10.169.424
Contas a pagar		<u>2.710.962</u>	<u>2.124.915</u>
Total dos passivos		<u>19.356.518</u>	<u>12.294.339</u>
Ativos líquidos		<u>15.803.638.122</u>	<u>16.799.312.691</u>
Capital			
Capital		<u>15.803.638.122</u>	<u>16.799.312.691</u>

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas constantes das páginas 32 - 99.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração de alterações de capital
para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

		<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
		<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>Nota</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Capital no início do ano	15	16.799.312.691	15,844,327,287
Receitas brutas do Fundo Petrolífero	15	510.080.813	421,697,810
<i>(segundo o Artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>		17.309.393.504	16,266,025,097
Transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste	15	(982.500.000)	(1.078.800.000)
<i>(segundo o Artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>			
Transferências para reembolsos tributários			
<i>(segundo o Artigo 10.º da Lei do Fundo Petrolífero)</i>	15	(63.334.661)	-
Total das (perdas)/rendimentos integrais para o ano		(459.920.721)	1.612.087.594
Capital no final do ano		15.803.638.122	16.799.312.691

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas constantes das páginas 32 - 99.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Demonstração de fluxos de caixa
para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

		<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
		<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>Nota</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Fluxos financeiros provenientes de atividades operacionais			
Proveitos da venda de ativos financeiros segundo o valor justo através dos resultados	13	11.126.986.929	10.970.436.785
Compras de ativos financeiros segundo o valor justo através dos resultados	13	(10.522.485.921)	(10.424.618.656)
Juros recebidos		200.785.774	168.909.243
Dividendos recebidos		149.341.720	151.934.989
Distribuições de fundos fiduciários		7.118.526	7.435.669
Taxas externas de gestão e custódia pagas		(14.070.670)	(16.255.572)
Outras receitas operacionais		44.084	733.310
Outros pagamentos operacionais		<u>(844.652)</u>	<u>(716.306)</u>
Dinheiro líquido utilizado em atividades operacionais	16	<u>946.875.790</u>	<u>857.859.462</u>
Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento			
Receitas brutas do Fundo Petrolífero	15	510.080.813	421.697.810
Pagamentos de transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste	15	(982.500.000)	(1.078.800.000)
Reembolsos de receitas fiscais	15	(63.334.661)	-
Fluxos de caixa líquido prestados por atividades de financiamento		<u>(535.753.848)</u>	<u>(657.102.190)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa		411.121.942	200.757.272
Caixa e equivalentes a caixa no início do ano		318.007.230	108.985.160
Efeitos das alterações cambiais na caixa e equivalentes a caixa		<u>(4.030.201)</u>	<u>8.264.798</u>
Caixa e equivalentes a caixa a 31 de dezembro	11	<u>725.098.971</u>	<u>318.007.230</u>

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as políticas e notas constantes das páginas 32 - 99.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

Índice

	Pág.
PARTE I INTRODUÇÃO	12
1. Informações sobre o fundo	12
2. Declaração de conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)	12
3. Base de preparação	12
PARTE II NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INTEGRAIS	13
4. Rendimentos de juros	13
5. Rendimentos de dividendos e fundos fiduciários	13
6. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros segundo o valor justo através dos resultados	14
7. Ganhos ou perdas cambiais	14
8. Despesas	14
9. Tributação	15
PARTE III NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	15
10. Gestão de riscos	15
10.1. Risco financeiro	15
10.2. Risco de liquidez	16
10.3. Risco de liquidação	16
11. Caixa e equivalentes a caixa	16
12. Outros valores a receber	17
13. Ativos financeiros segundo o valor justo através dos resultados	18
14. Passivos financeiros	26
PARTE IV NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL	27
15. Receitas e pagamentos de capital	27
PARTE V NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS	29
16. Reconciliação de fluxos de caixa líquidos	29
PARTE VI ELEMENTOS NÃO FINANCEIROS	29
17. Pessoal	29
18. Ativos e passivos contingentes e compromissos	29
19. Partes relacionadas	30
20. Onerações sobre o Fundo Petrolífero	30
21. Aplicação de IFRS novas e revistas	31
21.1. IFRS novas e revistas aplicadas sem efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras	31
21.2. Adoção de normas de IFRS ainda não efetivas	31
22. Eventos subsequentes	31
PARTE VII LISTA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	32
23. Lista de aplicações financeiras através dos resultados	32

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

PARTE I: INTRODUÇÃO

1. Informações sobre o Fundo

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste (“Fundo Petrolífero”) foi estabelecido pela Lei do Fundo Petrolífero N.º 9/2005, alterada pela Lei N.º 12/2011, de 28 de setembro.

A estratégia de investimento e os índices de referência do Fundo Petrolífero são determinados pelo Ministro das Finanças, com base nos pareceres do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI).

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL), com sede na Avenida Xavier do Amaral, n.º 9, Díli, Timor-Leste, é responsável pela gestão operacional do Fundo Petrolífero e é o titular registado de todos os ativos do Fundo Petrolífero. A gestão do Fundo Petrolífero é feita ao abrigo de um Acordo de Gestão assinado entre o Ministério das Finanças e o BCTL.

O objetivo do Fundo Petrolífero é atingir retornos de referência para o seu capital dentro do limite de risco previsto nos seus mandatos e dentro dos limites estabelecidos nos Artigos 14.º e 15.º da Lei do Fundo Petrolífero relativos a Política de Investimento e Regras de Investimento.

A carteira de investimento do Fundo Petrolífero segundo o valor justo através dos resultados (incluindo caixa e equivalentes a caixa) cumpriu os requisitos legislativos e contratuais durante o período.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Diretor-Geral do Tesouro a 30 de abril de 2019.

2. Declaração de conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

De acordo com o Artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero as demonstrações financeiras foram preparadas segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) (anteriormente “Normas Internacionais Contabilísticas”).

O Fundo Petrolífero adotou as IFRS aplicáveis durante o ano em análise.

A Nota 21 contém informações sobre o impacto de IFRS novas e futuras sobre as presentes demonstrações financeiras.

3. Base de preparação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero são medidos e apresentados em dólares americanos, visto tratar-se da moeda funcional e oficial da República Democrática de Timor-Leste.

As demonstrações são preparadas na base de custos históricos, exceto no que toca à reavaliação de determinados instrumentos financeiros, os quais são medidos segundo o valor justo através dos resultados, conforme se explica nas políticas contabilísticas abaixo.

As políticas contabilísticas têm vindo a ser aplicadas consistentemente pelo Fundo Petrolífero.

Estimativas e pressupostos

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que a gestão elabore pareceres, estimativas e pressupostos que afetem a aplicação de políticas e os montantes reportados de ativos, passivos, rendimentos e despesas. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros fatores que se crê serem razoáveis segundo as circunstâncias, sendo que os seus resultados formam a base para os pareceres relativamente ao transporte de valores e ativos e passivos que não são prontamente aparentes a partir de outras fontes. Tanto quanto possível, as estimativas usam dados observáveis. Todavia há áreas como as potenciais alterações de mercado, riscos de crédito, volatilidades e correlações que requerem que a administração produza estimativas passíveis de afetar o valor justo reportado de instrumentos financeiros. Os resultados concretos podem assim variar em relação a estas estimativas. Este processo envolve um elevado grau de critério ou complexidade.

As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista caso a revisão afete apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos futuros, caso a revisão afete o período atual e períodos futuros.

As notas relevantes contêm pressupostos e estimativas importantes para as demonstrações financeiras, assim como decisões tomadas pela administração com efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

PARTE II: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INTEGRAIS

A demonstração de resultados integrais, também conhecida como conta de lucros e prejuízos, constitui um relatório dos rendimentos, despesas e lucros ou perdas resultantes obtidos pelo Fundo Petrolífero entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

O conceito de rendimentos inclui tanto receitas como ganhos. As receitas surgem no curso das atividades normais do Fundo Petrolífero e são chamadas por diversos nomes, incluindo juros e dividendos. Os ganhos representam aumentos a nível de benefícios económicos e incluem tanto ganhos realizados como ganhos não realizados, incluindo a reavaliação de títulos de mercados e de câmbios externos.

O conceito de despesas engloba perdas e as despesas resultantes do curso das atividades ordinárias do Fundo Petrolífero.

Outros rendimentos integrais incluem itens de rendimentos ou despesas (incluindo ajustes de reclassificação) não reconhecidos como lucros ou perdas conforme requerido ou permitido pelas IFRS.

4. Rendimentos de juros

Os rendimentos de juros são derivados dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos com juro fixo, saldos de caixa e investimentos de caixa a curto prazo.

	<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Juros de títulos de dívida ao valor justo através dos resultados	186.942.102	166.772.887
Juros de caixa e equivalentes a caixa	<u>14.591.410</u>	<u>2.730.490</u>
	<u>201.533.512</u>	<u>169.503.377</u>

Política contabilística

Os rendimentos de juros são acumulados em períodos de tempo, por referência ao montante de capital principal pendente e à taxa de juro aplicável. Os rendimentos de juros são reconhecidos na demonstração de resultados e mostrados em separado das outras movimentações segundo o valor justo.

5. Rendimentos de dividendos e fundos fiduciários

Os dividendos recebidos são distribuições provenientes das ações do Fundo Petrolífero e representam a fatia dos lucros do Fundo Petrolífero paga aos acionistas. Os rendimentos de fundos fiduciários são semelhantes aos dividendos, porém derivam dos investimentos do Fundo Petrolífero em entidades imobiliárias incorporadas como Fundos Fiduciários de Investimento Imobiliário.

	<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Rendimentos de dividendos	156.845.144	162.786.768
Rendimentos de fundos fiduciários	<u>6.695.664</u>	<u>7.591.401</u>
	<u>163.540.808</u>	<u>170.378.169</u>

Política contabilística

Os rendimentos de dividendos provenientes de investimentos são reconhecidos aquando da criação do direito do acionista a receber pagamentos. Os rendimentos de dividendos são apresentados antes de quaisquer impostos de retenção não recuperáveis, os quais são divulgados em separado na demonstração de na demonstração de resultados integrais.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

6. Ganhos ou perdas em ativos e passivos financeiros ao valor justo através dos resultados

Este item inclui alterações no valor justo de ativos e passivos financeiros detidos para serem transacionados ou designados aquando do reconhecimento inicial como 'ao valor justo através dos resultados' e exclui rendimentos e despesas relacionados com juros e dividendos. Estas alterações resultam de alterações no valor de mercado dos investimentos financeiros (ou passivos) detidos pelo Fundo Petrolífero.

	<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
(Perdas)/ganhos líquidos em ativos e passivos financeiros ao valor justo através dos resultados	<u>(642.694.324)</u>	<u>982.967.577</u>

Política contabilística, estimativas, pressupostos, decisões e riscos

A Nota 13 contém informações relativas a este item:

- detalhes das políticas contabilísticas relacionadas com ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros designados como 'ao valor justo através dos resultados',
- as decisões e estimativas importantes realizadas e que possam ser importantes para determinar os ganhos ou perdas reportados em ativos e passivos financeiros,
- os riscos associados com a posse de ativos e passivos financeiros que possam ter impacto nos lucros ou perdas reportados, e
- uma análise da sensibilidade a alterações em condições futuras de mercado que possam dar azo a ganhos ou perdas em ativos e passivos financeiros.

7. Ganhos ou perdas de câmbio externo

Os ganhos e perdas de câmbio externo surgem quando o Fundo Petrolífero investe em aplicações denominadas em moedas que não o dólar americano (a moeda funcional do Fundo Petrolífero). Quando o dólar americano valoriza relativamente a outra moeda na qual o Fundo Petrolífero detenha aplicações o Fundo Petrolífero reporta uma perda de câmbio externo. Em contrapartida, quando o Fundo Petrolífero detém uma aplicação numa moeda que não o dólar americano e essa moeda se valoriza, o Fundo Petrolífero reporta um ganho de câmbio externo.

	<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
(Perdas)/ganhos líquidos com câmbio externo	<u>(157.388,052)</u>	<u>312.405,389</u>

Política contabilística

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (dólar americano) usando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os ganhos e perdas com o câmbio resultantes destas transações são convertidos na moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira.

Os ganhos e perdas com moeda estrangeira resultantes destas transações e da conversão no final do ano das taxas de câmbio de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração de resultados abrangentes na rubrica '*Ganhos / perdas líquidas em ativos e passivos financeiros ao valor justo através dos resultados*'. As diferenças cambiais em outros instrumentos financeiros são incluídas nos ganhos ou perdas na demonstração de resultados integrais como '*Ganhos/(perdas) líquidos de câmbio de moeda estrangeira*'.

8. Despesas

De acordo com as disposições da Lei do Fundo Petrolífero, todas as despesas do Fundo Petrolífero não relacionadas com a compra ou venda de títulos e reconhecidas no preço de compra ou venda são suportadas pelo BCTL e são cobertas por uma taxa de gestão.

Em conformidade com o N.º 3 do Artigo 6.º da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de gestão paga ao BCTL é reconhecida como uma dedução a partir das receitas brutas do Fundo Petrolífero, embora seja contabilizada na demonstração de resultados integrais do Fundo Petrolífero. De acordo com as provisões na Lei do Fundo Petrolífero, todas as despesas do Fundo Petrolífero exceto a taxa de auditoria externa (que é paga através do orçamento do Estado) não relacionadas com a compra ou venda de títulos e reconhecidas ao preço de venda ou compra são pagas pelo BCTL e abrangidas por uma taxa de gestão.

As despesas acessórias à aquisição de um investimento são incluídas no custo desse investimento.

As despesas que sejam acessórias à alienação de um investimento são deduzidas a partir dos proveitos com a alienação do investimento.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

9. Tributação

O Fundo Petrolífero está isento de todas as formas de tributação em Timor-Leste, pelo que o Fundo Petrolífero tem uma taxa tributária de 0%.

Rendimentos de investimentos e ganhos de capital estão sujeitos a retenção na fonte em determinadas jurisdições externas e são os únicos itens sujeitos a tributação.

No presente ano foram retidos impostos a partir de dividendos externos, rendimentos de fundos fiduciários unitários e juros recebidos segundo as leis aplicáveis.

Em algumas destas jurisdições pode ser solicitada dispensa da retenção na fonte.

Política contabilística

Os rendimentos do Fundo Petrolífero gerados em jurisdições estrangeiras estão sujeitos aos impostos (de retenção) aplicados nessas jurisdições. Os rendimentos ou ganhos são registados na demonstração de resultados abrangentes antes dos impostos de retenção. Os impostos de retenção, na medida em que não sejam recuperáveis, são mostrados numa rubrica operacional separada na demonstração de resultados integrais.

Estimativas, pressupostos e decisões essenciais

Existem incertezas em torno da interpretação de normas fiscais complexas e de alterações a nível de leis tributárias sobre retenção na fonte no estrangeiro. Em face da vasta gama de investimentos internacionais, as diferenças que surjam entre os rendimentos de investimentos concretos e aos pressupostos utilizados, bem como alterações futuras a esses pressupostos, podem requerer ajustes futuros às despesas fiscais já registadas. O Fundo Petrolífero estabelece provisões, com base em estimativas razoáveis, sobre consequências possíveis de auditorias por parte das autoridades fiscais dos países respetivos onde investe. Os montantes destas provisões assentam em diversos fatores, tais como a experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes de normas fiscais por parte da entidade tributável e da autoridade fiscal responsável. Estas diferenças de interpretação podem surgir numa vasta gama de questões, dependendo das condições que vigorem no domicílio do respetivo investimento. Não foi reconhecida qualquer obrigação contingente já que o Fundo Petrolífero considera remota a probabilidade de litigação e subsequente dispêndio de dinheiro em termos de impostos.

PARTE III: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A demonstração da posição financeira, também conhecida como folha de balanço, apresenta a posição financeira do Fundo Petrolífero no final do ano financeiro, ou seja, a 31 de dezembro. A demonstração da posição financeira engloba três componentes principais: ativos, passivos e capital.

Um ativo é algo que o Fundo Petrolífero detém ou controla com vista a retirar benefícios económicos do seu uso. Os ativos principais do Fundo Petrolífero são obrigações e ações.

Um passivo é uma obrigação que o Fundo Petrolífero tem para com um terceiro, que em circunstâncias normais é saldada mediante o pagamento de dinheiro ou outros recursos financeiros.

Capital é a riqueza líquida do Fundo Petrolífero que pertence ao seu titular, a República Democrática de Timor-Leste.

A demonstração da posição financeira apresenta ativos e passivos em ordem decrescente de liquidez, não fazendo distinção entre itens correntes e não correntes.

10. Gestão de riscos

O programa de gestão de risco global do Fundo Petrolífero procura maximizar os retornos obtidos para o nível de risco a que o Fundo está exposto e procura minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Fundo. Os riscos específicos são geridos da seguinte forma:

10.1. Risco financeiro

As atividades do Fundo Petrolífero expõem-no a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros ao valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Os riscos financeiros associados ao Fundo Petrolífero são monitorizados pela Divisão de Gestão de Risco do Departamento do Fundo Petrolífero no BCTL, que prepara relatórios de gestão diária para os administradores de topo e relatórios trimestrais para o Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está sujeito a auditoria periódica por parte do Gabinete de Auditoria Interna do BCTL, o qual tem independência operacional em relação à administração do Fundo Petrolífero. O Gabinete de Auditoria Interna fornece relatórios mensais formais ao Governador e relatórios semestrais ao Conselho de Administração do BCTL.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

10. Gestão de riscos (continuação)

10.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Fundo Petrolífero poderá não ser capaz de gerar recursos de dinheiro suficientes para cumprir as suas obrigações na totalidade ou que poderá apenas conseguir fazê-lo em situações materialmente desvantajosas. As obrigações do Fundo Petrolífero consistem sobretudo no financiamento da conta do orçamento do Estado.

Para gerir este risco, o Ministério das Finanças estabeleceu no Acordo de Gestão que dará ao Banco Central uma previsão das necessidades futuras de dinheiro do governo, incluindo em termos de datas estimadas e dos montantes que deverão ser transferidos a partir do Fundo Petrolífero.

As obrigações no final do ano eram no valor de 19,4 milhões de dólares (2017: 12,3 milhões) e consistiam em títulos comprados mas não liquidados no final do ano e em taxas administrativas por pagar. Estas devem ser liquidadas no prazo de 30 dias a contar do final do ano, porém não são consideradas um risco de liquidez para o Fundo Petrolífero em virtude de existir dinheiro em caixa suficiente para cobrir estas obrigações. O Banco Central monitoriza diariamente a posição do Fundo Petrolífero em termos de liquidez. Caso se preveja que possa haver situações de falta de liquidez serão vendidos ativos financeiros para as prevenir. O Fundo Petrolífero investe sobretudo em títulos comercializáveis e noutros instrumentos financeiros que, em condições normais, podem ser rapidamente convertidos em dinheiro.

10.3. Risco de liquidação

As atividades financeiras do Fundo Petrolífero podem dar azo a risco aquando da liquidação de transações. O risco de liquidação é o risco de perdas devido ao incumprimento por parte de uma entidade em produzir dinheiro, títulos ou outros ativos segundo o contrato. Na maior parte das transações o Fundo Petrolífero mitiga este risco exigindo ao conservador que faça as liquidações numa base de entrega contra pagamento, com uma troca a só ser liquidada quando ambas as partes cumprem as suas obrigações contratuais de liquidação entregando os montantes de dinheiro ou ativos financeiros contratados. A liquidação falhará caso qualquer das partes não cumpra a sua obrigação.

11. Caixa e equivalentes a caixa

O Fundo Petrolífero tem várias contas bancárias onde detém dinheiro. O dinheiro excedentário é investido em mercados overnight junto de bancos ou em acordos de recompra invertida, os quais podem ser vistos como depósitos overnight protegidos.

	<i>A</i>	<i>A</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Depósitos bancários	99.098.971	124.907.230
Acordos de recompra overnight	<u>626.000.000</u>	<u>193.100.000</u>
	<u>725.098.971</u>	<u>318.007.230</u>

Política contabilística

A caixa engloba depósitos à ordem em bancos com maturidades inferiores a 90 dias. Os equivalentes a caixa são investimentos a curto prazo altamente líquidos e prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e mantidos para o efeito de satisfazer compromissos de caixa a curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os títulos comprados sob acordos de revenda (acordos de recompra invertida) com um período de maturidade superior a um dia financeiro são reportados não como compras de títulos mas sim como valores a receber, sendo transportados na declaração de posição financeira de acordo com o seu custo amortizado.

Os juros gerados em acordos de recompra invertida e os juros incorridos com acordos de recompra são reconhecidos como rendimentos de juros ou despesas de juros ao longo da vida de cada acordo usando o método do juro efetivo.

Riscos

A caixa e os equivalentes a caixa não estão sujeitos a riscos de mercado ou de taxas de juro. O risco de crédito é gerido mantendo o dinheiro em instituições financeiras de boa reputação – o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque, com uma classificação de AA+ para a Standard & Poor's (capacidade muito forte para cumprir os seus compromissos financeiros), e o JPMorgan Chase Bank N.V., com uma classificação de emissor a curto prazo de A-2 para a Standard & Poor's (suscetível a condições económicas adversas, porém a capacidade do devedor para cumprir o seu compromisso financeiro relativo à obrigação é satisfatória).

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

12. Outros valores a receber

Outros valores a receber são aplicações financeiras classificadas como empréstimos e valores a receber, incluindo saldos de caixa devidos a partir de intermediários financeiros pela venda de títulos, valores a receber de acordos de recompra invertida com maturidade superior a um dia útil, e outros empréstimos e valores a receber a curto prazo, incluindo acumulados de rendimentos de investimentos a receber.

	<i>A</i>	<i>A</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Dividendos a receber	6.893.741	6.697.458
Valores a receber de retenção na fonte	14.638.778	16.486.564
Valores a receber de distribuições de fundos	941.910	982.547
Valores a receber de corretores	2.935.125	7.027.527
Juros a receber	390.197	227.993
Outros valores a receber	<u>9</u>	<u>-</u>
	<u>25.799.760</u>	<u>31.422.089</u>

Política contabilística

Os empréstimos e valores a receber (que não os classificados como detidos para serem comercializados) são medidos inicialmente segundo o seu valor justo mais quaisquer custos incrementais diretamente atribuíveis de aquisição ou emissão, sendo posteriormente medidos segundo o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

O Fundo avalia em cada data de reporte se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros classificados como empréstimos e valores a receber estão mal parados. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros são considerados em imparidade se e apenas se houver provas objetivas resultantes de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo (um 'evento de perda') e se esse evento de perda tiver um impacto no fluxo financeiro futuro desse ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de forma fiável.

As provas de imparidade podem incluir indícios de que o devedor ou um grupo de devedores estão a passar por dificuldades financeiras consideráveis, incumprimento ou falta no pagamento de juros ou de capital principal, e a probabilidade de entrarem em situação de insolvência ou noutro tipo de reorganização financeira, ou se existirem dados observáveis que indiquem uma queda nas estimativas de fluxos de caixa futuros, tais como alterações aos valores em dívida ou das condições económicas relacionadas com situações de incumprimento. Caso haja provas objetivas de que ocorreu uma perda por imparidade, o montante da perda é medido como a diferença entre o montante transportado do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa estimados para o futuro (excluindo perdas de crédito esperadas para o futuro que ainda não tenham ocorrido) usando a taxa de juro efetiva original associada ao ativo. O montante transportado da aplicação é reduzido através do uso de uma conta de abatimento, sendo o montante da perda reconhecido nos resultados como 'despesa de perda de crédito'.

As dívidas malparadas, juntamente com a provisão associada, são canceladas caso não haja perspetivas realistas de virem a ser recuperadas e caso a totalidade da garantia tenha sido convertida em dinheiro ou transferida para o Fundo. Se posteriormente o montante da perda por imparidade estimada aumentar ou diminuir devido a um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é aumentada ou diminuída através do ajuste da conta de provisão. Caso um cancelamento prévio seja recuperado, a recuperação é creditada na demonstração de resultados integrais.

Os rendimentos de juros referentes a ativos financeiros malparados são reconhecidos usando a taxa de juro utilizada para descontar o fluxo de caixa estimado para efeitos da medição da perda resultante da perda por imparidade.

Riscos

Os valores a receber, exceto retenção na fonte recuperável, estão sujeitos a riscos mínimos e por norma são pagos num prazo curto no curso normal dos trabalhos.

A recuperação de valores a receber de retenção na fonte está dependente do processamento e aprovação por parte das autoridades tributárias relevantes.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados

O Fundo Petrolífero investe numa gama de instrumentos financeiros para gerar rendimentos. Os investimentos incluem ações e obrigações a título fixo, bem como um número limitado de instrumentos derivados.

Por norma os contratos de derivados funcionam como componentes da estratégia de investimento do Fundo e são utilizados sobretudo para estruturar e cobrir investimentos, de modo a melhorar o desempenho e a reduzir o risco para o Fundo (o Fundo não designa qualquer derivado como instrumento de cobertura para fins de cobertura contabilística).

O Fundo Petrolífero usa sobretudo instrumentos derivados para cobrir os riscos associados a flutuações de moeda estrangeira. Além disso, o fundo pode também utilizar Instrumentos Financeiros s derivados para fins de comercialização, caso o Gestor de Investimentos acredite que isso seja mais eficaz do que investir diretamente nos instrumentos financeiros subjacentes. Na sua origem, os derivados refletem muitas vezes somente uma troca mútua de promessas com pouca ou nenhuma consideração palpável. No entanto, estes instrumentos envolvem muitas vezes um grau elevado de alavancagem e são muito voláteis. Um movimento relativamente pequeno no pressuposto de um contrato derivado pode ter um impacto considerável no lucro ou perda do Fundo. Os derivados no mercado de balcão ("OTC") podem expor o Fundo aos riscos associados à ausência de um mercado de divisas para fechar uma posição aberta. O Fundo estabelece limites sobre investimentos em derivados com perfil de risco elevado. O Gestor de Investimentos tem instruções para monitorizar de perto a exposição do Fundo Petrolífero sob contratos de derivados, como parte da gestão geral do risco de mercado do Fundo.

O Ministro das Finanças aprovou o uso de futuros sobre índices de ações, futuros sobre títulos e taxas de juro e contratos futuros de moeda de acordo com o Anexo 1, Emenda N.º 9, de 19 de maio de 2017 do Acordo de Gestão entre o Ministro e o BCTL.

De seguida resumem-se as aplicações financeiras detidas na presente data:

	<i>A 31/12/2018</i>		<i>A 31/12/2017</i>	
	<i>USD</i>		<i>USD</i>	
Designados ao valor justo através dos resultados	Valor justo	% apl. líquidas	Valor justo	% apl. líquidas
Títulos de rendimento fixo				
Notas do tesouro dos Estados Unidos	7.399.772.981	49	7.881.288.280	48
Títulos do tesouro da Austrália	170.978.233	1	195.429.108	1
Títulos do tesouro do Japão	167.139.449	1	172.052.719	1
Títulos do tesouro do Reino Unido	167.476.329	1	144.968.761	1
Títulos de governos europeus	404.094.036	3	410.612.531	3
Outros títulos do setor público	644.546.398	4	674.182.722	4
Total de títulos de rendimento fixo	8.954.007.426	59	9.478.534.121	58
Títulos de ações				
Ações dos Estados Unidos	3.771.002.613	25	4.142.894.998	25
Ações da Austrália	178.197.094	1	206.942.195	1
Ações do Japão	514.885.550	4	619.540.864	4
Ações do Reino Unido	373.888.257	3	479.839.946	3
Ações europeias	655.669.691	4	812.991.745	5
Ações de outros países	625.006.050	4	721.280.481	4
Total de títulos de ações	6.118.649.255	41	6.983.490.229	42

Devidos para venda**Derivados**

Futuros de ações dos Estados Unidos	(1.352.983)	-	198.271	-
Forwards em moeda estrangeira	<u>792.211</u>	<u>-</u>	<u>(44.910)</u>	<u>-</u>
Total de derivados	<u>(560.772)</u>	<u>-</u>	<u>153.361</u>	<u>-</u>
Total de títulos	<u>15.072.095.909</u>		<u>16.462.177.711</u>	

Na tabela anterior as ações europeias representam todas as ações denominadas em euros.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

As transações em ativos financeiros resultantes do investimento de novos fundos ou do reequilíbrio periódico da carteira de investimentos são resumidas do seguinte modo:

	<i>A</i> 31/12/2018 <i>USD</i>	<i>A</i> 31/12/2017 <i>USD</i>
Ativos financeiros ao valor justo através dos resultados		
Valor justo inicial	16.462.177.711	15.715.654.040
Compras a preço de custo	10.522.485.921	10.424.618.656
Proveitos de vendas	(11.126.986.929)	(10.970.436.785)
(Perdas)/ganhos líquidos de ativos financeiros ao valor justo através dos resultados	(642.694.324)	982.967.577
(Perdas)/ganhos líquidos com câmbio de moeda estrangeira	(157.388.052)	312.405.389
Ganhos/(perdas) líquidos com rendimentos de juros	<u>14.501.582</u>	<u>(3.031.166)</u>
Valor justo final	<u>15.072.095.909</u>	<u>16.462.177.711</u>

A tabela seguinte faz uma análise dos Instrumentos Financeiros mensurados após o reconhecimento inicial segundo o valor justo, agrupados nos níveis 1 a 3 (as políticas contabilísticas seguintes contêm definições dos níveis) conforme o grau em que o valor justo é observável.

	<i>A 31/12/2018</i> <i>USD</i>			
	Preço de mercado cotado (Nível 1)	Técnica de avaliação: dados de mercado observáveis (Nível 2)	Técnica de avaliação: dados de mercado não observáveis (Nível 3)	Total
Aplicações financeiras				
Instrumentos financeiros (IFs) designados segundo o valor justo através dos resultados				
Derivados	-	792.211	-	792.211
Títulos de ações	6.118.649.255	-	-	6.118.649.255
Títulos de juro fixo	<u>8.954.007.426</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.954.007.426</u>
Total	<u>15.072.656.681</u>	<u>792.211</u>	<u>-</u>	<u>15.073.448.892</u>

Passivos financeiros

IFs designados segundo o valor justo através dos resultados Derivados	<u>(1.352.983)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.352.983)</u>
Total	<u>(1.352.983)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.352.983)</u>

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

A 31/12/2017

USD

	Preço de mercado cotado	Técnica de avaliação: dados de mercado observá- veis	Técnica de avaliação: dados de mercado não observáveis	Total
Aplicações financeiras	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Instrumentos financeiros (IFs) designados segundo o valor justo através dos resultados				
Derivados	198.271	-	-	198.271
Títulos de ações	6.983.490.229	-	-	6.983.490.229
Títulos de juro fixo	<u>9.478.534.121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.478.534.121</u>
Total	<u>16.462.222.621</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.462.222.621</u>
Aplicações financeiras				
IFs designados segundo o valor justo através dos resultados				
Derivados	<u>-</u>	<u>(44.910)</u>	<u>-</u>	<u>(44.910)</u>
Total	<u>-</u>	<u>(44.910)</u>	<u>-</u>	<u>(44.910)</u>

Não houve transferências entre níveis durante o ano findo a 31 de dezembro de 2018 (2017: Zero).

Não houve movimentos em todos os níveis de instrumentos durante o ano findo a 31 de dezembro de 2018 (2017: Zero).

A Nota 23 contém uma lista detalhada das aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados.

A tabela seguinte mostra os valores justos e os valores nominais dos ativos e passivos derivados detidos pelo Fundo Petrolífero à data de reporte.

Instrumentos financeiros derivados	<i>A 31/12/2018</i>		<i>A 31/12/2017</i>	
	<i>Valor justo</i>	<i>Valor nominal</i>	<i>Valor justo</i>	<i>Valor nominal</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Futuros de ações	(1.352.983)	44.815.625	198.271	29.936.713
Contratos futuros em moeda estrangeira	<u>792.211</u>	<u>(9.854.558)</u>	<u>(44.910)</u>	<u>(26.411.050)</u>
Total	<u>(560.772)</u>	<u>34.961.067</u>	<u>153.361</u>	<u>3.525.663</u>

Política contabilística

Reconhecimento

O Fundo Petrolífero reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro quando e apenas quando se torna parte nas disposições contratuais do instrumento.

O Fundo Petrolífero categoriza ativos financeiros como “ativos financeiros segundo o valor justo através dos resultados” caso o ativo seja detido para fins comerciais ou seja um instrumento derivado. Um instrumento financeiro é classificado como sendo detido para fins comerciais caso tenha sido adquirido com a finalidade de ser vendido a curto prazo ou caso seja mantido como parte de uma carteira gerida com vista à obtenção de lucros.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido habitualmente por uma norma ou convenção no mercado (transações regulares) são reconhecidas na data de transação, isto é, na data em que o Fundo Petrolífero se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos e passivos financeiros (mensuração inicial)

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através dos resultados são registados nas demonstrações financeiras ao justo valor. Todos os custos inerentes a estas transações são reconhecidos diretamente nos resultados.

Os derivados incorporados noutros instrumentos financeiros são tratados como derivados separados e registados segundo o valor justo caso as suas características e riscos económicos não estejam relacionados de perto com os do contrato anfitrião, e caso o contrato anfitrião não esteja classificado como detido para negociação ou designado ou registado ao valor justo através dos resultados. Os derivados incorporados separados do anfitrião são transportados ao valor justo, com as alterações ao valor justo a serem reconhecidas nos resultados.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

Reconhecimento inicial

Incluem ativos financeiros que não pretendem ser transacionados mas que podem ser vendidos. São investimentos em instrumentos de dívida e ações negociados em bolsa. Estes instrumentos financeiros são designados através dos resultados aquando do reconhecimento inicial.

A forma como o Fundo Petrolífero é gerido é indicada no Anexo 1 ao Acordo de Gestão entre o BCTL e o Ministério das Finanças, o qual estabelece o índice de referência para o Fundo Petrolífero.

Os ativos financeiros do Fundo Petrolífero são geridos e o desempenho é medido e relatado de acordo com estratégias documentadas de investimento e gestão de risco designadas segundo o valor justo através dos resultados, para fins contabilísticos.

Mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através dos resultados são registados nas demonstrações financeiras ao valor justo. O valor justo é o preço a ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de uma obrigação numa transação ordeira entre participantes no mercado à data da mensuração. O valor justo de um instrumento financeiro assenta no seu preço de mercado constante do balanço, sem qualquer dedução de custos de venda estimados no futuro. Os ativos financeiros detidos ou as obrigações a serem emitidas têm o seu custo de acordo com os preços de oferta correntes, ao passo que as obrigações financeiras detidas e os ativos a adquirir têm os seus custos de acordo com os preços de procura atuais.

Todas as alterações ao valor justo que não sejam rendimentos provenientes de juros ou dividendos são reconhecidas nos resultados como parte dos resultados líquidos de ativos ou passivos financeiros ao valor justo através dos resultados. Os rendimentos provenientes de juros e dividendos acumulados são apresentados separadamente das outras movimentações de valor justo na demonstração de resultados.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou uma parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos a receber fluxos de caixa a partir desse ativo tiverem terminado ou o Fundo Petrolífero tiver transferido os seus direitos a receber fluxos de caixa a partir do ativo ou tiver assumido uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos por inteiro sem atrasos materiais a um terceiro através de um acordo de 'pass-through', e
- Se a) o Fundo Petrolífero tiver transferido substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo; ou b) se o Fundo Petrolífero não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo, mas tiver transferido o controlo sobre o ativo.

Caso o Fundo transfira os seus direitos a receber fluxos de caixa de um ativo (ou tenha feito um acordo de 'pass-through') e não tenha transferido nem retido substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo, nem transferido o controlo sobre o ativo, esse ativo é reconhecido na medida do envolvimento continuado do Fundo Petrolífero no ativo. Neste caso, o Fundo Petrolífero reconhece também uma obrigação associada. O ativo transferido e a obrigação associada são medidos segundo uma base que reflete os direitos e obrigações retidos pelo Fundo Petrolífero.

O FP desreconhece um passivo financeiro quando a obrigação inerente ao passivo é paga, quando é cancelada ou quando caduca.

Descarte

O Fundo Petrolífero descarta ativos e passivos financeiros caso o Fundo Petrolífero tenha um direito aplicável por lei de despoletar os montantes e juros reconhecidos e tencione ou fazer a liquidação numa base líquida ou converter a aplicação em dinheiro e liquidar a obrigação simultaneamente.

Os rendimentos e despesas são apresentados numa base líquida apenas quando tal é permitido pelas IFRSs, como por exemplo no caso de ganhos e perdas resultantes de um grupo de transações semelhantes tais como ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros o valor justo através dos resultados.

Estimativas contabilísticas essenciais

A forma como os ativos são avaliados pode ter um efeito material sobre a posição financeira e sobre os lucros do Fundo Petrolífero. Para avaliar a fiabilidade e objetividade do processo de avaliação o Fundo Petrolífero categoriza o método de avaliação em três níveis, nomeadamente:

- Nível 1 (Preço de mercado cotado) – Medições de valor justo derivadas de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O Fundo Petrolífero não ajusta os preços cotados destes instrumentos.
- Nível 2 (Técnica de avaliação: meios observáveis no mercado) – Medições de valor justo derivadas de meios que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados de preços). Uma vez que os investimentos de nível 2 incluem posições que não são comercializadas em mercados ativos e/ou sujeitas a restrições de transferências, as avaliações podem ser ajustadas de modo a refletir iliquidez e/ou intransferibilidade, que por norma se baseiam em informações disponíveis de mercado.
- Nível 3 (Técnica de avaliação: meios não observáveis no mercado) – Medições de valor justo derivadas de técnicas de avaliação que incluem informações para o ativo ou passivo não baseados em dados de mercado observáveis (meios não observáveis).

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

Riscos

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como por exemplo ao nível de taxas de juro, preços de ações, taxas de câmbio e spreads de crédito (não referentes a alterações na notação de crédito do devedor/emissor), afetem os rendimentos do Fundo Petrolífero ou o valor justo dos instrumentos financeiros detidos por este. O objetivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que se procura maximizar os retornos.

O risco máximo resultante de instrumentos financeiros é equivalente ao valor justo dos mesmos.

A estratégia do Fundo Petrolífero para gerir o risco de mercado é conduzida pelos objetivos de investimento do Fundo, incluindo a diversificação da sua carteira de investimento, especificando índices de referência em mandatos de investimento individuais com limites de risco definidos por desvios de indexação máximos.

O risco de mercado do Fundo Petrolífero é assim gerido regularmente pelos gestores de investimento, em linha com os respetivos mandatos de investimento.

(i) Risco do preço de ações

O risco de preço de ações é o risco de alterações desfavoráveis nos valores justos de ações ou derivados associados a ações em resultado de alterações nos níveis de índices de ações e no valor das participações individuais. A exposição ao risco de preço de ações resulta dos investimentos do Fundo em títulos de capital, de títulos de capital vendidos a descoberto e de derivados associados a ações. O Fundo gere este risco através do investimento em várias bolsas e do limite da exposição a uma única empresa ou entidade emissora, excluindo estados soberanos, a 3% dos ativos líquidos (de modo consistente com a alínea a) do número 5 do Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero). A Lei do Fundo limita os investimentos em ações a até 5% do capital social de um determinado emissor (de acordo com a alínea b) do N.º 3 do Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero).

A tabela seguinte mostra a melhor estimativa da gestão relativamente ao efeito sobre o lucro ou perda num ano devido a uma alteração razoavelmente possível em termos de índices de ações, com todas as outras variáveis a permanecerem constantes. Não há qualquer efeito sobre 'outros resultados abrangentes' uma vez que o Fundo não tem ativos classificados como 'disponíveis para venda' ou instrumentos de cobertura designados. Na prática, os resultados concretos de comercialização podem divergir da análise de sensibilidade abaixo, sendo que a diferença pode ser significativa. Uma redução equivalente em cada um dos índices abaixo resultará num impacto equivalente, mas oposto.

O Fundo Petrolífero gere a sua exposição ao risco do preço de ações através da análise da carteira por setor industrial e país todos os meses, estabelecendo índices de referência para o desempenho de cada setor/país segundo o Índice MSCI World, e considerando o desempenho do Fundo atribuível à alocação de existências, seleção de títulos e efeito de interação.

A tabela seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero ao risco de preço. A análise assenta em movimentos razoavelmente possíveis no índice de referência com todas as outras variáveis a manterem-se constantes e o valor justo da carteira do fundo a movimentar-se de acordo com os movimentos da carteira do índice de referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinadas com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em atenção vários fatores, incluindo níveis históricos de alterações no índice de mercado, preços de títulos e ou retornos do índice de referência e taxas de juro. No entanto, os movimentos concretos nas variáveis de risco podem ser superiores ao previsto, em face de diversos fatores, incluindo choques de mercado invulgarmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, dos mercados e dos títulos a que a variável está exposta. Em resultado disto, as variações históricas às variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras às variáveis de risco. A tabela seguinte mostra o impacto sobre o lucro operacional / ativos líquidos resultante de uma alteração de 10% no preço das ações.

Risco de preços

Impacto sobre lucros/(perdas) para o ano / Ativos líquidos

	(-10,00%)	(+10,00%)
31 de dezembro de 2018	(611.808.848)	611.808.848
31 de dezembro de 2017	(698.364.359)	698.364.359

O Fundo Petrolífero determinou que uma oscilação de 10% nos preços das ações tem uma probabilidade razoável de se verificar dentro de um período de um ano, com base nos movimentos históricos em mercados de ações globais.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

(ii) *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro resulta da possibilidade do valor justo ou dos fluxos financeiros futuros associados relativamente a um investimento sofrerem alterações devido a mudanças no nível absoluto de taxas de juro, no spread entre duas taxas, na forma da curva de rendimento ou em qualquer outro aspeto relacionado com taxas de juro.

A maior parte da exposição a taxas de juro resulta de investimentos em títulos de dívida dos Estados Unidos da América e, de forma menos acentuada, no resto do mundo desenvolvido. A maior parte dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de dívida tem taxas de juro fixas e maturidade a dez anos.

A maior parte da exposição a taxas de juro resulta de investimentos em títulos de dívida dos Estados Unidos da América e, de forma menos acentuada, no resto do mundo desenvolvido. A maior parte dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de dívida tem taxas de juro fixas e maturidade a dez anos.

A 31/12/2018

USD

ATIVOS FINANCEIROS	Demonstração da posição financeira	Não sensível a juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	> 10 anos
Caixa e equivalentes a caixa	725.098.971	-	725.098.971	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	25.799.760	25.799.760	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através dos resultados	15.072.095.909	6.118.088.483	9.765.370	29.671.804	112.816.589	6.324.493.260	2.047.959.819	429.300.584
Total dos ativos	15.822.994.640	6.143.888.243	734.864.341	29.671.804	112.816.589	6.324.493.260	2.047.959.819	429.300.584
Taxa de juro média ponderada			2,63%	0,57%	2,05%	2,22%	2,35%	3,39%

A 31/12/2017

USD

ATIVOS FINANCEIROS	Demonstração da posição financeira	Não sensível a juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	> 10 anos
Caixa e equivalentes a caixa	318.007.230	-	318.007.230	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	31.422.089	31.422.089	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo através dos resultados	16.462.177.711	6.983.643.590	20.461.829	11.105.915	159.689.071	6.925.999.557	1.929.749.389	431.528.360
Total dos ativos	16.811.607.030	7.015.065.679	338.469.059	11.105.915	159.689.071	6.925.999.557	1.929.749.389	431.528.360
Taxa de juro média ponderada			3,04%	2,85%	2,71%	1,88%	2,14%	3,62%

A tabela seguinte resume a sensibilidade do lucro operacional e dos ativos líquidos do Fundo Petrolífero ao risco de taxas de juro. A análise assenta em movimentos razoavelmente possíveis no índice de referência com todas as outras variáveis a manterem-se constantes e o valor justo da carteira do fundo a movimentar-se de acordo com os movimentos da carteira do índice de referência. Os movimentos razoavelmente possíveis nas variáveis de risco foram determinados com base nas melhores estimativas dos gestores de investimento, tendo em atenção vários fatores, incluindo níveis históricos de alterações no índice de mercado, preços de títulos e ou retornos do índice de referência e taxas de juro. No entanto, os movimentos concretos nas variáveis de risco podem ser superiores ao previsto, em face de diversos fatores, incluindo choques de mercado invulgarmente grandes resultantes de alterações no desempenho das economias, dos mercados e dos títulos a que a variável está exposta. Em resultado disto, as variações históricas às variáveis de risco não são um indicador definitivo de variações futuras às variáveis de risco.

Risco de taxas de juro

Impacto sobre o lucro operacional / ativos líquidos

	(-1,00%)	(+1,00%)
31 de dezembro de 2018	446.123.463	(446.123.463)
31 de dezembro de 2017	446.195.306	(446.195.306)

O Fundo Petrolífero determinou que há uma possibilidade razoável de ocorrer uma flutuação de 1% nas taxas de juro ao longo de um determinado período de um ano, em face do cenário económico em que o Fundo Petrolífero opera.

Na determinação do impacto de um aumento/redução nos ativos líquidos resultante do risco de mercado, a gestão do Fundo Petrolífero considerou o período anterior e procurou antecipar os movimentos futuros da carteira com base em informações de mercado.

(iii) Risco cambial

O risco cambial é o risco de perdas resultantes de flutuações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras.

O Fundo Petrolífero investe em ações de rendimento fixo denominadas em moedas que não o dólar americano. Deste modo, os ativos do Fundo Petrolífero podem ser afetados de forma favorável ou desfavorável por flutuações nas taxas de câmbio. Isto faz com que o Fundo Petrolífero esteja necessariamente sujeito a riscos cambiais. 75% (em 2017: 73%) dos ativos do fundo estão em dólares americanos, pelo que a exposição a movimentos de moeda é limitada.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

A tabela seguinte indica os ativos do Fundo Petrolífero com exposição cambial considerável à data do balanço, reportados em equivalentes a dólares americanos:

	<i>A 31/12/2018</i>						
	<i>USD</i>						
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outras moedas	Total
Caixa e equivalentes a caixa	702.152.050	14.848.909	2.417.722	1.196.173	887.904	3.596.213	725.098.971
Títulos de ações	3.771.002.613	655.669.691	178.197.094	373.888.257	514.885.550	625.006.050	6.118.649.255
Títulos rendendo juros	7.399.772.982	404.094.036	170.978.234	167.476.329	167.139.449	644.546.396	8.954.007.426
Valores a receber	6.832.368	5.625.071	628.822	1.060.279	852.001	10.801.219	25.799.760
Valores a pagar	<u>(9.437.890)</u>	<u>(1.280.672)</u>	<u>(987.088)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.650.868)</u>	<u>(19.356.518)</u>
Total da exposição física	11.870.322.123	1.078.957.035	351.234.784	543.621.038	683.764.904	1.276.299.010	15.804.198.894
Futuros	(1.352.983)	-	-	-	-	-	(1.352.983)
Forwards de contratos cambiais							
- compra de moeda estrangeira	98.604.534	91.994.957	9.149.068	16.027.682	22.040.340	60.549.331	298.365.912
- venda de moeda estrangeira	(108.459.091)	(49.949.823)	(26.031.909)	(30.285.273)	(6.624.820)	(76.222.785)	(297.573.701)
Total da exposição a derivados	<u>(11.207.540)</u>	<u>42.045.134</u>	<u>(16.882.841)</u>	<u>(14.257.591)</u>	<u>15.415.520</u>	<u>(15.673.454)</u>	<u>(560.772)</u>
Total da exposição líquida	<u>11.859.114.583</u>	<u>1.121.002.169</u>	<u>334.351.943</u>	<u>529.363.447</u>	<u>699.180.424</u>	<u>1.260.625.556</u>	<u>15.803.638.122</u>
Exposição (% dos ativos líquidos)	75,04%	7,09%	2,12%	3,35%	4,42%	7,98%	100,00%

	<i>A 31/12/2017</i>						
	<i>USD</i>						
	USD	EUR	AUD	GBP	JPY	Outras moedas	Total
Caixa e equivalentes a caixa	273.772.616	2.774.822	18.408.481	9.785.323	5.457.892	7.808.096	318.007.230
Títulos de ações	4.142.894.999	812.991.745	206.942.195	479.839.946	619.540.864	721.280.480	6.983.490.229
Títulos rendendo juros	7.881.288.281	410.612.531	195.429.108	144.968.760	172.052.719	674.182.722	9.478.534.121
Valores a receber	8.389.799	7.774.618	522.186	2.140.193	933.218	11.662.075	31.422.089
Valores a pagar	<u>(3.928.384)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.839.321)</u>	<u>(1.526.634)</u>	<u>(12.294.339)</u>
Total da exposição física	12.302.417.311	1.234.153.716	421.301.970	636.734.222	791.145.372	1.413.406.739	16.799.159.330
Futuros	198.271	-	-	-	-	-	198.271
Forwards de contratos cambiais							
- compra de moeda estrangeira	78.320.424	119.461.539	3.436.591	14.825.620	9.145.003	65.274.481	290.463.658
- venda de moeda estrangeira	(104.731.474)	(40.714.844)	(50.383.550)	(7.274.410)	(17.664.485)	(69.739.805)	(290.508.568)
Total da exposição a derivados	<u>(26.212.779)</u>	<u>78.746.695</u>	<u>(46.946.959)</u>	<u>7.551.210</u>	<u>(8.519.482)</u>	<u>(4.465.324)</u>	<u>153.361</u>
Total da exposição líquida	<u>12.276.204.532</u>	<u>1.312.900.411</u>	<u>374.355.011</u>	<u>644.285.432</u>	<u>782.625.890</u>	<u>1.408.941.415</u>	<u>16.799.312.691</u>
Exposição (% dos ativos líquidos)	73,07%	7,82%	2,23%	3,84%	4,66%	8,38%	100%

O Fundo Petrolífero está exposto sobretudo ao euro, ao dólar australiano, à libra esterlina e ao iene japonês.

A tabela seguinte apresenta detalhes sobre a sensibilidade do Fundo Petrolífero a movimentos de valorização ou desvalorização de 10% na cotação do dólar norte-americano relativamente às principais moedas. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para a elaboração de relatórios do risco de cambial para os principais órgãos de gestão e representa a avaliação dos gestores das alterações razoavelmente possíveis às taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui apenas instrumentos monetários em circulação denominados em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no final do período a uma variação de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui caixa e equivalentes a caixa, juros a receber e instrumentos que se qualificam. Um número negativo indica uma perda nos lucros, com o dólar americano a valorizar 10% relativamente à divisa relevante. Uma depreciação do dólar americano de 10% relativamente à divisa relevante, teria um impacto comparável nos lucros, e os saldos abaixo disso seriam positivos. A análise parte do princípio que todas as outras variáveis, sobretudo as taxas de juro, permanecem constantes.

	<i>A</i>	<i>A</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Impacto do EUR	(112.100.217)	(131.290.041)
Impacto do AUD	(33.435.194)	(37.435.501)
Impacto do GBP	(52.936.345)	(64.428.543)
Impacto do JPY	(69.918.042)	(78.262.589)
Impacto de outras moedas	(126.062.556)	(140.894.142)
Impacto total das moedas	<u>(394.452.354)</u>	<u>(452.310.816)</u>

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

Isto atribui-se sobretudo à exposição às moedas estrangeiras relevantes a elementos de Caixa e equivalentes a caixa, juros a receber e instrumentos que se qualificam no Fundo Petrolífero no final do período em análise.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de que uma contraparte num instrumento financeiro não cumpra uma obrigação ou um compromisso que estabeleceu com o Fundo Petrolífero, causando assim perdas para o Fundo. Resulta sobretudo de títulos de dívida mantidos, bem como de instrumentos financeiros derivados, caixa e equivalentes a caixa, saldos devidos por despachantes e valores a receber provenientes de acordos de recompra invertida. Para efeitos de reporte de gestão de risco, o Fundo Petrolífero considera e consolida todos os elementos da exposição a risco de crédito, refletindo o facto de que a principal concentração à qual o Fundo Petrolífero está exposto resulta dos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos de dívida.

(i) Gestão do risco de crédito

O Artigo 15.º da Lei do Fundo Petrolífero estabelece condicionalismos amplos à extensão do risco de crédito que pode ser assumida pelo Fundo Petrolífero. Para se qualificar como um investimento elegível a dívida precisa ter uma qualidade de crédito igual à notação de investimento, sendo também que só são feitos depósitos em instituições financeiras com uma notação de crédito de pelo menos investimento. A notação de crédito de investimento reflete a avaliação das agências de crédito relativamente à capacidade do emissor em pagar. Notações mais altas refletem riscos de crédito mais baixos associados com as obrigações. O risco de crédito é também gerido através do limite da exposição a uma determinada empresa ou emissor (exceto no caso de estados soberanos) nos 3% do valor total do Fundo Petrolífero. Os limites são refletidos nos mandatos de investimento subjacentes com gestores e são monitorizados pelo BCTL. A exposição máxima do Fundo Petrolífero a risco de crédito aquando da data de reporte relativamente a cada classe de ativos financeiros é o montante em carteira desses ativos, tal como indicado na demonstração da posição financeira.

A alocação dos investimentos é de 40% em ações cotadas em bolsa e 60% em títulos de juro fixo com notação de investimento. Esta alocação foi conseguida em 2017 e mantida durante o ano de 2018. O CAI monitoriza e analisa regularmente a alocação de ativos estratégicos entre classes de ativos, tendo em conta o perfil de risco desejado para o Fundo Petrolífero. A atual alocação de ativos estratégicos é monitorizada e discutida de forma continuada nas reuniões do CAI, sendo que o Comité considera o nível apropriado em face do atual horizonte de investimento do Fundo Petrolífero.

O mandato no Acordo de Gestão Operacional prescreve que o desempenho do Fundo Petrolífero será medido segundo um índice de referência, restringe o universo de investimentos possíveis a instrumentos financeiros com notação elevada e estabelece limites de desvio de indexação que restringem o desvio permissível dos investimentos da carteira em relação ao índice de referência. A perda máxima que o Fundo Petrolífero poderá sofrer com o incumprimento de um só emissor é o montante indicado abaixo relativo a investimentos em notas do tesouro emitidas pelo Governo dos Estados Unidos e a títulos de capital emitidos por mercados de países desenvolvidos.

(ii) Concentração da exposição ao crédito

A concentração do crédito de risco dá-se quando se estabelecem vários contratos ou instrumentos financeiros com a mesma contraparte, ou quando várias contrapartes estão envolvidas em atividades empresariais semelhantes, ou atividades na mesma região geográfica, ou têm características económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais seja afetada de modo semelhante por alterações a nível económico, político ou de outro tipo.

A alocação a cada emissor soberano é monitorizada de forma constante e quaisquer alterações concretas ou antecipadas ao perfil de risco de crédito de cada país emissor serão tidas em conta na alocação. Os títulos emitidos pelo Tesouro dos EUA representaram 49% (2017: 48%) do Fundo Petrolífero. A concentração da exposição de crédito a títulos do Tesouro dos EUA foi sendo reduzida nos últimos anos, com a introdução de títulos soberanos em mercados desenvolvidos não denominados em dólares americanos. A diversificação dentro do mandato de títulos soberanos não denominados em dólares americanos é conseguida através da limitação de cada país a um peso máximo de 10% do índice e da limitação do peso da zona Euro a 30%.

As principais exposições ao crédito do Fundo Petrolífero no final do ano pela indústria ou país do emissor foram as seguintes:

	<i>A</i>	<i>A</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Títulos com juro fixo e títulos no mercado monetário		
Emissores soberanos:		
Governo dos Estados Unidos	7.399.772.981	7.881.288.280
Governo da Austrália	170.978.233	195.429.108
Governo do Japão	167.139.449	172.052.719
Governo do Reino Unido	167.476.329	144.968.761
Governos europeus	404.094.036	410.612.531
Governos de outros países	<u>644.546.398</u>	<u>674.182.722</u>
	<u>8.954.007.426</u>	<u>9.478.534.121</u>

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

13. Aplicações financeiras segundo o valor justo através dos resultados (continuação)

(iii) Exposição ao crédito por notação de crédito

A tabela seguinte apresenta uma análise dos títulos de dívida do Fundo Petrolífero de acordo com a notação da Standard and Poor's. AAA é a notação mais alta possível e indica que a entidade tem uma capacidade extremamente forte em pagar o empréstimo e os juros. AA é uma notação alta, indicando uma capacidade muito forte, e A é uma notação média alta, indicando uma capacidade forte para pagar o empréstimo e os juros. BBB é a notação de investimento mais baixa, indicando uma capacidade média para pagar o empréstimo e os juros. As notações abaixo de AAA podem ser modificadas com sinais de + ou de – de acordo com as posições relativas dentro das principais categorias.

	<i>A</i>	<i>A</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Títulos de rendimento fixo internacionais e títulos de mercados cambiais		
AAA	8.290.913.936	8.750.364.585
AA	323.843.850	371.433.601
A	174.641.011	179.537.600
BBB	<u>164.608.629</u>	<u>177.198.335</u>
Total	<u>8.954.007.426</u>	<u>9.478.534.121</u>

(iv) Exposição a crédito por contrapartes em termos percentuais do capital do Fundo Petrolífero

Excetuando o Governo dos Estados Unidos, não há um único emissor soberano que detenha mais de 1% (2017: 1%) dos ativos do Fundo Petrolífero. Todos estes emissores são nações desenvolvidas. Os ativos detidos pelo Governo dos Estados Unidos totalizam 47% (2017: 47%) do capital do Fundo Petrolífero. Uma alteração nas notações de crédito das contrapartes do Fundo Petrolífero pode ter impacto no desempenho financeiro futuro do Fundo Petrolífero.

(c) Instrumentos financeiros derivados

A Lei do Fundo Petrolífero define os limites de uso de Instrumentos Financeiros derivados, que estabelece que os derivados só podem ser usados para reduzir o risco do Fundo Petrolífero ou para facilitar de forma eficiente a exposição desejada de um ativo, definindo que o risco decorrente do uso de um derivado não pode ser superior ao risco que resultaria da exposição direta ao ativo subjacente. Como tal, o objetivo de utilizar instrumentos derivados é reduzir os riscos e custos financeiros associados com a implementação da estratégia de investimento. O Fundo Petrolífero não adquire ou comercializa instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivados, para fins especulativos. Os mandatos de investimento individuais definidos pelo CAI incluem regras para o uso de derivados dentro destes requisitos legais.

Os contratos a prazo forward (contratos a prazo) e futuros são acordos contratuais para comprar ou vender um instrumento financeiro especificado a um preço e numa data especificados no futuro. Os forwards são contratos feitos à medida transacionados no mercado OTC. Contratos futuros são transacionados em montantes padronizados em trocas regulares e estão sujeitos a requisitos de margem diária de dinheiro. As principais diferenças no risco associado a contratos forward e futuros prendem-se com o risco de crédito e o risco de liquidez. O Fundo tem exposição a crédito no que diz respeito aos congéneres de contratos forward. O risco de crédito relativo a contratos futuros é considerado mínimo, uma vez que a troca garante que estes contratos são sempre honrados. Os contratos forward são liquidados a bruto, pelo que se considera terem um maior risco de liquidez que os contratos futuros, os quais são liquidados numa base líquida. Ambos os tipos de contratos resultam em exposição a risco de mercado forward e futuros.

14. Passivos Financeiros

Passivos financeiros são montantes devidos pelo Fundo Petrolífero a terceiros. Um tipo de passivo financeiro é o montante a pagar por títulos comprados.

Outro tipo de passivo financeiro acontece quando os contratos derivados ficam “sem dinheiro”, ou seja, quando é necessário pagar um montante na data de vencimento do contrato derivado. Uma vez que o Fundo Petrolífero usa muitas vezes derivados como cobertura, um derivado “sem dinheiro” pode indicar que um ativo correspondente aumentou de valor.

Havia passivos de instrumentos financeiros designados ao valor justo através dos resultados a 31 de dezembro de 2018, no valor de 1.352.983 dólares (2017: 44.910 dólares).

Política contabilística

Classificação

Os passivos financeiros do Fundo são categorizados ao valor justo através dos resultados, exceto se indicado de outro modo.

Os passivos financeiros que não são categorizados ao valor justo através dos resultados incluem saldos pagáveis a intermediários financeiros pela compra de títulos e outros valores pagáveis a curto prazo.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

14. Passivos financeiros (continuação)

Riscos

Não houve transferências entre níveis durante o ano findo a 31 de dezembro de 2018 (2017: Zero).

Não houve movimentos em todos os níveis de instrumentos durante o ano findo a 31 de dezembro de 2018 (2017: Zero).

PARTE IV: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL

A demonstração de alterações de capital contém detalhes sobre as alterações na riqueza líquida do Fundo Petrolífero ao longo do ano. Por norma isto inclui contribuições para o Fundo Petrolífero de participantes no setor petrolífero, levantamentos governamentais, reembolsos de tributação e lucros ou perdas líquidos resultantes dos investimentos do Fundo Petrolífero.

15. Receitas e pagamentos de capital

As receitas e pagamentos de capital refletem verbas recebidas pelo Fundo Petrolífero ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero, bem como montantes transferidos para o orçamento do Estado em linha com dotações parlamentares.

As receitas de capital são classificadas na Lei do Fundo Petrolífero da seguinte forma:

- Alínea a) do N.º 1 do Artigo 6.º – Receitas brutas de Timor-Leste, incluindo receitas fiscais, provenientes de quaisquer operações petrolíferas.
- Alínea b) do N.º 1 do Artigo 6.º – Montantes recebidos pela Autoridade Nacional do Petróleo ao abrigo do Tratado do Mar de Timor.
- Alínea c) do N.º 1 do Artigo 6.º – Montantes recebidos a partir de investimentos do capital do Fundo Petrolífero.
- Alínea e) do N.º 1 do Artigo 6.º – Quaisquer outras receitas relacionadas com petróleo.

A tabela seguinte mostra as receitas e pagamentos de capital do Fundo Petrolífero.

<i>Ano findo a 31/12/2018</i>						
<i>USD</i>						
Mês	Artigo 6.1 (a) receitas	Artigo 6.1(b) receitas	Artigo 6.1(e) outras receitas	Para o Fundo Conso- lidado	Reembolsos Fiscais	Total
Janeiro	25.432.090	14.003.488	-	-	-	39.435.578
Fevereiro	15.987.848	26.713.435	-	-	-	42.701.283
Março	23.016.785	33.494.979	-	-	-	56.511.764
Abril	18.676.633	24.071.380	-	-	-	42.748.013

Maio	15.585.368	33.716.370	-	(70.000.000)	-	(20.698.262)
Junho	6.329.905	14.877.797	-	-	-	21.207.702
Julho	17.753.934	-	120.198	-	-	17.874.132
Agosto	15.038.385	3.554.951	5.944.000	(140.000.000)	-	(115.462.664)
Setembro	31.352.917	5.660.018	-	-	-	37.012.935
Outubro	21.247.539	25.926.688	-	(220.000.000)	-	(172.825.773)
Novembro	25.703.069	39.229.877	-	(220.000.000)	-	(155.067.054)
Dezembro	<u>43.908.938</u>	<u>22.734.221</u>	<u>-</u>	<u>(332.500.000)</u>	<u>(63.334.661)</u>	<u>(329.191.502)</u>
Totais	<u>260.033.411</u>	<u>243.983.204</u>	<u>6.064.198</u>	<u>(982.500.000)</u>	<u>(63.334.661)</u>	<u>(535.753.848)</u>
Total N.º 1 Artigo 6.º			<u>510.080.813</u>			

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

15. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

Ano findo a 31/12/2017

USD

Mês	Artigo 6.1(a) receitas	Artigo 6.1(b) receitas	Artigo 6.1(e) outras receitas	Para o Fundo Consolidado	Total
Janeiro	11.754.901	11.554.598	-	-	23.309.499
Fevereiro	17.105.805	12.392.505	-	(100.000.000)	(70.501.690)
Março	24.905.121	26.661.796	-	(80.000.000)	(28.433.083)
Abril	16.647.679	20.743.849	-	(120.000.000)	(82.608.472)
Maio	10.190.101	31.905.031	-	-	42.095.132
Junho	14.922.947	1.243.881	-	(120.000.000)	(103.833.172)
Julho	11.646.533	21.323.384	-	(165.000.000)	(132.030.083)
Agosto	17.049.469	29.883.806	-	-	46.933.275
Setembro	18.295.192	28.323.439	264.345	(150.000.000)	(103.117.024)
Outubro	15.959.420	22.218.163	-	(60.000.000)	(21.822.417)
Novembro	12.816.269	5.061.093	-	(60.000.000)	(42.122.638)
Dezembro	<u>9.737.284</u>	<u>22.680.799</u>	<u>6.410.400</u>	<u>(223.800.000)</u>	<u>(184.971.517)</u>
Totais	<u>181.030.721</u>	<u>233.992.344</u>	<u>6.674.745</u>	<u>(1.078.800.000)</u>	<u>(657.102.190)</u>
Total N.º 1 Artigo 6.º			<u>421.697.810</u>		

Políticas contabilísticas, estimativas, pressupostos, decisões e riscos

Capital

Foram tomadas decisões sobre se determinadas transações devem ser reconhecidas como capital ou como receitas.

Receitas brutas do Fundo Petrolífero

A Lei do Fundo Petrolífero requer que determinadas Partes depositem impostos e outros pagamentos relacionados com o petróleo e pagáveis ao Governo de Timor-Leste diretamente no Fundo Petrolífero. O Fundo Petrolífero reconhece estas e outras transações do seguinte modo:

- Os pagamentos efetuados como receitas do Fundo Petrolífero ao abrigo da alínea a) do número 1 do Artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na demonstração de alterações de capital do Fundo Petrolífero.
- Os pagamentos efetuados pela Autoridade Designada de acordo com a alínea b) do número 1 do Artigo 6.º são reconhecidos como aumentos na demonstração de alterações de capital do Fundo Petrolífero.

- Os rendimentos gerados pelo Fundo Petrolífero a partir do investimento dos seus ativos são reconhecidos na demonstração de resultados abrangentes de acordo com a alínea c) do número 1 do Artigo 6.º.
- Os pagamentos recebidos por Timor-Leste relacionados diretamente com recursos do Fundo Petrolífero não cobertos nas alíneas a) a d) são reconhecidos como aumentos na demonstração de alterações de capital do Fundo Petrolífero de acordo com a alínea e) do número 1 do Artigo 6.º.
- As taxas de gestão pagas a partir das receitas brutas do Fundo Petrolífero segundo o número 2 do Artigo 6.º são reconhecidas na demonstração de resultados e de outros resultados integrais.
- Os reembolsos tributários ao abrigo do Artigo 10.º são reconhecidos como reduções na declaração de alterações de capital do Fundo Petrolífero.

Transferências para o Fundo Consolidado

O Fundo Consolidado do Governo Nacional da República Democrática de Timor Leste (“o Fundo Consolidado”) engloba:

- Ministérios do governo central; e
- Agências autónomas sob controlo significativo do Ministério das Finanças.

As transferências para o Fundo Consolidado são dotações aprovadas pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste. Todas as transferências para o Fundo Consolidado são autorizadas e reconhecidas no momento em que são pagas ao Fundo Consolidado.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

15. Receitas e pagamentos de capital (continuação)

Objetivos da gestão de capital

O Fundo Petrolífero é uma reserva financeira obrigatória estabelecida com o objetivo de garantir que a riqueza financeira obtida a partir de recursos naturais é distribuída de forma justa e equitativa entre gerações atuais e vindouras de cidadãos de Timor-Leste. A estrutura de capital do Fundo consiste apenas em capital derivado de receitas petrolíferas e outras fontes, conforme descrito na Nota 3 c). A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Governo calcule todos os anos o Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o qual é definido na lei do Fundo Petrolífero como o montante máximo que pode ser transferido a partir do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo a deixar recursos suficientes no Fundo Petrolífero para que possa ser transferido um montante igual em todos os anos fiscais posteriores. O cálculo do RSE é entregue com o orçamento anual ao Parlamento, o qual está obrigado a levar o RSE em conta para determinar o montante a transferir do Fundo Petrolífero. São permitidas transferências acima do RSE, desde que sejam cumpridas determinadas provisões na Lei do Fundo Petrolífero.

Não houve qualquer alteração durante o ano no que diz respeito a estes objetivos e políticas para a gestão de capital. O Fundo Petrolífero cumpriu com todos os requisitos legislativos referentes à gestão do capital do Fundo Petrolífero.

PARTE V: NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa apresenta os movimentos dos fluxos de caixa entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, classificados como atividades operacionais e de financiamento.

Fluxo de caixa significa por norma movimentos de caixa nas contas bancárias do Fundo Petrolífero e movimentos em investimentos a curto prazo com elevada liquidez e com riscos muito reduzidos de sofrerem alterações de valor.

O fluxo de caixa de atividades operacionais apresenta o movimento de caixa durante o ano relativamente às atividades geradoras de receitas do Fundo Petrolífero, nomeadamente o investimento em títulos.

O fluxo de caixa de atividades de financiamento inclui o movimento no fluxo de caixa resultante de receitas para o Fundo Petrolífero depositadas por participantes na exploração de recursos petrolíferos e transferências a partir do Fundo Petrolífero para o Fundo Consolidado ou para o reembolso de impostos.

Para efeitos da demonstração de fluxos financeiros, a caixa e equivalentes a caixa englobam os saldos seguintes com maturidades originais inferiores a 90 dias.

16. Reconciliação de fluxos de caixa líquidos

	<i>Ano findo a</i>	<i>Ano findo a</i>
	<i>31/12/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
(Perdas)/lucros para o ano	(459.920.721)	1.612.087.594
Diminuição/(aumento) nos ativos financeiros ao valor justo através dos resultados	1.390.081.802	(746.523.671)
Diminuição/(aumento) nos valores a receber	9.652.530	(11.833.877)
Diminuição/(aumento) nos valores a pagar	586.047	(2.828.092)
Aumento nos valores a pagar relativos a títulos comprados	<u>6.476.132</u>	<u>6.957.508</u>
Caixa líquida utilizada em atividades operacionais	<u>946.875.790</u>	<u>857.859.462</u>

Política contabilística

Os fluxos de caixa recebidos a partir de investimentos são apresentados após os impostos de retenção, quando aplicáveis.

PARTE VI: ELEMENTOS NÃO FINANCEIROS**17. Pessoal**

O Fundo Petrolífero não empregou qualquer elemento durante o ano (em 2017 registou-se situação idêntica).

18. Ativos e passivos contingentes e compromissos

A 31 de dezembro de 2018 não havia quaisquer ativos contingentes, passivos contingentes ou compromissos (2017: Zero).

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

19. Divulgações de partes relacionadas

As partes seguintes são consideradas partes relacionadas do Fundo Petrolífero:

A parte que detém o controlo em última instância sobre o Fundo Petrolífero é a República Democrática de Timor-Leste ('o Governo').

Governo

Tal como está estipulado no número 1 do Artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Governo é o gestor geral do Fundo Petrolífero.

O Fundo Petrolífero recebe receitas em nome do Governo, tal como indicado na nota 3 c). O Governo paga as despesas do Fundo Petrolífero através do orçamento do Estado, incluindo a taxa de auditoria, na medida em que não esteja abrangida pela taxa de gestão.

O Fundo Petrolífero faz transferências para o Fundo Consolidado de Timor-Leste ao abrigo do Artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero, tal como indicado na declaração sobre alterações de capital.

Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

O BCTL é o gestor operacional do Fundo Petrolífero, em conformidade com o número 3 do Artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Isto significa que o gestor operacional é em particular responsável pela fiscalização dos gestores de investimento e prestadores de serviços, pela recolha de dividendos, juros e proveitos de títulos que atinjam a sua maturidade, pelo exercício de opções e, no geral, por quaisquer outras operações que digam respeito à administração diária dos títulos e outros ativos e passivos do Fundo Petrolífero.

A taxa de gestão abrange a gestão operacional do Fundo Petrolífero, a qual é assegurada pelo BCTL segundo as provisões do número 3 do Artigo 11.º da Lei do Fundo Petrolífero. A taxa e as despesas de auditoria incorridas no seio do Ministério das Finanças relativamente à gestão global do Fundo Petrolífero são pagas diretamente a partir do orçamento do Estado. A taxa de gestão paga ao BCTL em relação ao período teve a seguinte composição:

	<i>Ano findo a</i> <i>31/12/2018</i>	<i>Ano findo a</i> <i>31/12/2017</i>
	<i>USD</i>	<i>USD</i>
Serviços de custódia e gestão externa	9.326.043	6.630.389
Despesas do CAI	256.871	246.766
Despesas operacionais do BCTL	<u>5.073.803</u>	<u>6.550.326</u>
Total de taxas de gestão	<u>14.656.717</u>	<u>13.427.481</u>
Outras despesas	<u>844.652</u>	<u>716.306</u>
Total	<u>15.501.369</u>	<u>14.143.787</u>

O Banco Central de Timor-Leste tem direito a receber uma taxa de gestão pelos seus serviços respetivos, em conformidade com os parâmetros do Anexo 2 da Atualização do Acordo de Gestão Operacional datada de 20 de abril de 2015. No presente ano estas taxas representam um total agregado de 0,09% (em 2017 tinham sido de 0,08%) por ano dos ativos líquidos do Fundo. As taxas de gestão são pagas mensalmente. O total das taxas de gestão para o ano foi de 14.656.717 dólares (em 2017 tinha sido de 13.427.481 dólares).

As taxas de gestão pagáveis a 31 de dezembro de 2018 eram de 2.710.962 dólares (a 31 de dezembro de 2017: 2.124.915 dólares).

Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais

A Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais gere as receitas provenientes dos contratos de partilha de produção Timor-Leste e a Austrália e transfere a parte que cabe a Timor-Leste para o Fundo Petrolífero ao abrigo da alínea b) do número 1 do Artigo 6.º, conforme descrito na Nota 15.

20. Direitos hipotecários sobre o Fundo Petrolífero

Direitos hipotecários sobre ativos do Fundo Petrolífero

De acordo com o Artigo 20.º da Lei do Fundo Petrolífero, é possível impor os encargos ou direitos hipotecários, em qualquer das suas formas e mediante contrato ou acordo, sobre os ativos do Fundo Petrolífero até um limite de 10% do valor total do Fundo Petrolífero no momento em que são impostos, desde que este procedimento cumpra com os princípios das regras gerais sobre criação, emissão e gestão de dívida pública.

Durante o ano financeiro de 2018 e até à data do balanço não se registaram encargos ou direitos hipotecários sobre os ativos do Fundo Petrolífero.

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
para o ano findo a 31 de dezembro de 2018

21. Aplicação de IFRS novas e revistas

A presente nota contém informações sobre novas IFRS adotadas e sobre futuras normas que ainda não estão em vigor.

21.1. IFRS novas e revistas aplicadas sem impacto significativo sobre as demonstrações financeiras

Impacto da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

No presente ano o Fundo Petrolífero aplicou a IFRS9 – Instrumentos Financeiros (tal como revista em julho de 2014) e as consequentes emendas relacionadas de outras normas IFRS efetivas para um período anual iniciado a 1 de janeiro de 2018. As provisões transitórias da IFRS 9 isentam uma entidade de reexpressar informação comparativa. Uma vez que o Fundo Petrolífero foi investido exclusivamente em títulos e ações de mercados públicos durante o período de reporte, através de provisões administrativas semelhantes às de anos anteriores, a classificação e a mensuração dos ativos financeiros do Fundo não se alteraram de forma substancial.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para:

- 1) A classificação e mensuração de ativos financeiros e de passivos financeiros,
- 2) A imparidade de ativos financeiros, e
- 3) A contabilidade de cobertura.

O Fundo Petrolífero classifica os seus investimentos com base no modelo de negócios do Fundo Petrolífero para a gestão de ativos financeiros. A carteira dos ativos financeiros é gerida e o desempenho é avaliado segundo o valor justo. O Fundo incide sobretudo em informações de valor justo, utilizando essas informações para avaliar o desempenho dos ativos e para tomar decisões.

A classificação e a mensuração dos ativos financeiros do Fundo Petrolífero segundo o valor justo é consistente com o tratamento anterior dado às mesmas classes de ativos, pelo que não é necessário reexpressar valores comparativos ou as políticas contabilísticas resultantes da adoção da IFRS9.

Impacto da adoção da IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes

No presente ano o Fundo Petrolífero aplicou a IFRS15 Rédito de Contratos com Clientes (tal como emendada em abril de 2016), válida por um período anual com início a 1 de janeiro de 2018.

A IFRS 15 utiliza os termos ‘ativo resultante do contrato’ e ‘passivo resultante do contrato’ para descrever aquilo a que por norma se poderia chamar ‘receita acumulada’ e ‘receita diferida’. O Fundo Petrolífero não está envolvido em atividades que se enquadrem na alçada da IFRS15, pelo que não houve qualquer alteração na mensuração ou reporte destas classes de receitas.

21.2. Adoção de IFRS ainda não em vigor

A Administração ainda não teve oportunidade para considerar o impacto potencial da adoção de normas e interpretações emitidas mas que ainda não entraram em vigor.

A Administração do Fundo Petrolífero prevê que estas emendas venham a ser adotadas nas demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero, da seguinte maneira:

Norma/interpretação	Data de efeito (com início em ou a partir de)	Aplicação inicial prevista para o ano financeiro com início a
IFRS 16 Locações	1 de janeiro de 2019	1 de janeiro de 2019

22. Eventos subsequentes

Não se registaram eventos subsequentes após a data de reporte mas antes da emissão das demonstrações financeiras que tivessem um efeito material sobre as demonstrações financeiras e que requeressem assim ajustes ou divulgação nas demonstrações.

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

PART VII: LISTA DE ATIVOS FINANCEIROS

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados

(a) Títulos com juro fixo – imitados por estados soberanos e supranacionais

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Australia 1.75% 21Nov20	17,055,000	11,996,634	Canada 3.50% 01Jun20	2,380,000	1,788,016
Australia 5.75% 15May21	4,000,000	3,090,476	Canada 0.75% 01Mar21	39,815,000	28,537,130
Australia 5.75% 15Jul22	16,596,000	13,556,930	Canada 0.75% 01Sep21	15,385,000	10,966,716
Australia 2.25% 21Nov22	3,745,000	2,680,588	Canada 1.50% 01Jun23	16,555,000	11,938,408
Australia 2.75% 21Apr24	28,435,000	20,855,803	Canada 2.50% 01Jun24	13,000,000	9,828,614
Australia 3.25% 21Apr25	11,940,000	9,016,607	Canada 2.25% 01Jun25	25,120,000	18,795,977
Australia 4.25% 21Apr26	22,324,000	18,010,960	Canada 1.50% 01Jun26	15,195,000	10,804,578
Australia 4.75% 21Apr27	18,116,000	15,270,727	Canada 2.00% 01Jun28	35,000,000	25,746,026
Australia 2.75% 21Nov27	35,523,000	25,994,765	Canada 5.75% 01Jun33	16,142,000	17,259,782
Australia 2.75% 21Nov28	18,000,000	13,186,610	Canada 5.00% 01Jun37	3,600,000	3,785,452
Australia 3.25% 21Apr29	10,776,000	8,274,685	Canada 4.00% 01Jun41	7,611,000	7,368,799
Australia 4.50% 21Apr33	12,640,000	11,152,209	Canada 3.50% 01Dec45	7,920,000	7,346,969
Australia 3.75% 21Apr37	10,035,000	8,261,673	Canada 2.75% 01Dec48	1,750,000	1,443,183
Australia 3.00% 21Mar47	13,101,000	9,629,566	Canada 2.75% 01Dec64	1,575,000	1,355,543
		170,978,233			168,694,412
Austria 2.10% 20Sep17	124,000	164,876	Denmark 4.00% 15Nov19	20,596,000	3,298,197
Austria 1.95% 18Jun19	202,000	236,011	Denmark 3.00% 15Nov21	124,217,000	21,021,564
Austria 3.90% 15Jul20	673,000	836,080	Denmark 1.50% 15Nov23	127,580,200	21,242,460
Austria 3.50% 15Sep21	1,878,000	2,404,456	Denmark 7.00% 10Nov24	12,882,000	2,826,857
Austria 3.40% 22Nov22	383,000	503,389	Denmark 1.75% 15Nov25	137,193,000	23,611,749
Austria 3.65% 20Apr22	672,000	890,648	Denmark 0.50% 15Nov27	28,890,000	4,537,313
Austria 0.00% 15Jul23	885,000	1,020,131	Denmark 4.50% 15Nov39	138,517,200	37,026,839
Austria 1.75% 20Oct23	274,000	343,609			113,564,979
Austria 0.75% 20Oct26	1,680,000	1,988,920	Finland 3.37% 15Apr20	287,000	352,842
Austria 4.85% 15Mar26	848,000	1,330,065	Finland 0.00% 15Apr22	1,635,000	1,891,448
Austria 6.25% 15Jul27	195,000	339,867	Finland 1.50% 15Apr23	2,275,000	2,821,921
Austria 4.15% 15Mar37	1,642,000	2,910,634	Finland 2.00% 15Apr24	540,000	693,872
Austria 3.15% 20Jun44	1,035,000	1,699,702	Finland 2.62% 04Jul42	250,000	385,421
Austria 3.80% 26Jan62	153,000	311,955			6,145,505
		14,980,342			
Belgium 3.00% 28Sep19	288,000	340,664	France 0.00% 25Feb21	9,050,000	10,450,759
Belgium 3.75% 28Sep20	591,000	733,101	France 0.00% 25May21	11,000,000	12,710,527
Belgium 4.25% 28Sep21	504,000	656,664	France 3.25% 25Oct21	6,160,000	7,814,613
Belgium 4.00% 28Mar22	476,000	638,128	France 0.00% 25Mar24	11,650,000	13,291,683
Belgium 4.25% 28Sep22	1,220,000	1,647,806	France 1.75% 25Nov24	4,374,500	5,490,545
Belgium 0.20% 22Oct23	3,470,000	4,012,464	France 0.50% 25May25	2,702,000	3,153,513
Belgium 2.60% 22Jun24	3,981,343	5,235,146	France 0.75% 25May28	9,130,000	10,578,320
Belgium 0.80% 22Jun25	958,000	1,135,779	France 2.50% 25May30	4,130,000	5,641,305
Belgium 4.50% 28Mar26	1,034,000	1,566,483	France 1.50% 25May31	571,000	701,006
Belgium 0.80% 22Jun27	3,852,497	4,480,547	France 5.75% 25Oct32	1,126,000	2,095,116
Belgium 5.50% 28Mar28	559,000	938,804	France 4.75% 25Apr35	2,364,632	4,259,840
Belgium 3.00% 22Jun34	1,245,000	1,785,745	France 1.25% 25May36	2,412,000	2,775,800
Belgium 5.00% 28Mar35	1,923,800	3,462,355	France 4.00% 25Oct38	798,124	1,353,977
Belgium 4.25% 28Mar41	2,247,400	3,931,008	France 1.75% 25Jun39	3,430,000	4,235,441
Belgium 3.75% 22Jun45	892,000	1,486,548	France 3.25% 25May45	3,642,000	5,800,752
		32,051,243	France 2.00% 25May48	2,615,000	3,279,399
			France 4.00% 25Apr55	900,000	1,684,126
Canada 1.50% 01Mar20	16,000,000	11,729,219			95,316,721

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Germany 0.00% 17Apr20	11,075,000	12,760,682	Japan 1.00% 20Sep21	60,450,000	569,538
Germany 0.00% 14Apr23	11,180,000	12,990,465	Japan 1.10% 20Dec21	1,039,450,000	9,825,609
Germany 0.50% 15Feb28	3,265,000	3,859,186	Japan 1.10% 20Mar21	446,350,000	4,192,107
Germany 4.75% 04Jul34	306,100	578,424	Japan 1.10% 20Sep21	34,800,000	328,864
Germany 2.50% 04Jul44	7,833,039	12,519,138	Japan 1.30% 20Mar21	1,053,400,000	9,941,500
Germany 2.50% 15Aug46	3,400,000	5,502,223	Japan 0.80% 20Sep22	543,500,000	5,137,808
		48,210,117	Japan 0.80% 20Sep23	226,550,000	2,161,322
			Japan 0.30% 20Dec24	1,357,250,000	12,695,405
Hong Kong 1.06% 05Feb20	6,050,000	769,898	Japan 0.40% 20Jun25	643,700,000	6,072,436
Hong Kong 2.93% 13Jan20	15,100,000	1,977,141	Japan 0.10% 10Mar25	776,000,000	7,379,355
Hong Kong 2.46% 04Aug21	10,750,000	1,408,237	Japan 0.10% 10Mar26	1,455,000,000	13,890,041
Hong Kong 2.49% 22Aug28	10,350,000	1,390,874	Japan 0.10% 20Jun27	255,450,000	2,364,681
		5,546,150	Japan 2.10% 20Dec27	915,500,000	9,964,007
			Japan 2.10% 20Mar27	333,600,000	3,607,300
Ireland 5.40% 13Mar25	1,033,000	1,593,632	Japan 0.10% 10Mar28	902,400,000	8,550,180
Ireland 0.90% 15May28	565,000	649,150	Japan 1.60% 20Mar33	240,000,000	2,612,083
Ireland 1.70% 15May37	610,000	717,990	Japan 1.70% 20Jun33	714,500,000	7,849,629
Ireland 2.00% 18Feb45	235,000	287,706	Japan 0.20% 20Jun36	453,350,000	3,985,242
		3,248,477	Japan 2.30% 20Mar39	333,050,000	4,088,501
			Japan 2.00% 20Sep40	43,550,000	515,047
Italia 0.70% 01May20	5,515,000	6,340,126	Japan 2.30% 20Mar40	38,750,000	478,628
Italia 0.05% 15Apr21	12,725,000	14,333,813	Japan 2.20% 20Mar41	540,650,000	6,619,126
Italia 4.75% 01Sep21	838,000	1,066,939	Japan 1.90% 20Sep42	164,350,000	1,930,821
Italia 1.20% 01Apr22	1,700,000	1,948,370	Japan 0.30% 20Jun46	596,200,000	4,905,990
Italia 1.35% 15Apr22	12,130,000	13,954,574	Japan 0.80% 20Sep47	68,750,000	642,601
Italia 0.95% 01Mar23	4,190,000	4,688,514	Japan 2.20% 20Mar51	31,050,000	400,790
Italia 1.45% 15Nov24	3,126,000	3,461,974	Japan 2.00% 20Mar52	91,750,000	1,140,163
Italia 1.85% 15May24	1,700,000	1,940,061	Japan 0.40% 20Mar56	35,650,000	281,287
Italia 2.50% 01Dec24	2,250,000	2,644,727			167,139,449
Italia 3.75% 01Sep24	2,795,000	3,525,530	Netherlands 3.50% 15Jul20	646,000	798,378
Italia 1.50% 01Jun25	1,575,000	1,732,431	Netherlands 3.25% 15Jul21	1,986,000	2,528,154
Italia 2.00% 01Dec25	5,008,000	5,650,935	Netherlands 2.25% 15Jul22	849,000	1,073,810
Italia 2.50% 15Nov25	1,635,000	1,899,357	Netherlands 1.75% 15Jul23	1,868,700	2,352,481
Italia 7.25% 01Nov26	821,000	1,271,935	Netherlands 0.00% 15Jan24	5,995,000	6,910,582
Italia 2.05% 01Aug27	15,398,000	17,104,607	Netherlands 0.75% 15Jul28	695,000	824,259
Italia 2.20% 01Jun27	9,130,000	10,215,345	Netherlands 5.50% 15Jan28	2,444,000	4,249,159
Italia 6.50% 01Nov27	872,000	1,315,549	Netherlands 2.50% 15Jan33	542,000	788,685
Italia 4.75% 01Sep28	840,000	1,150,367	Netherlands 4.00% 15Jan37	461,641	837,954
Italia 6.00% 01May31	1,557,000	2,353,329	Netherlands 3.75% 15Jan42	1,370,000	2,586,538
Italia 4.00% 01Feb37	767,000	987,555			22,950,000
Italia 2.95% 01Sep38	1,985,000	2,182,589	New Zealand 3.00% 15Apr20	5,320,000	3,646,084
Italia 5.00% 01Sep40	1,610,000	2,288,184	New Zealand 6.00% 15May21	9,245,000	6,857,915
Italia 4.75% 01Sep44	4,237,000	5,926,605	New Zealand 5.50% 15Apr23	4,165,000	3,237,245
Italia 3.45% 01Mar48	965,000	1,106,136	New Zealand 2.00% 20Sep25	2,655,000	2,017,835
		109,089,553	New Zealand 4.50% 15Apr27	19,914,000	15,747,500
Japan 0.10% 20Dec19	2,849,300,000	26,032,944	New Zealand 3.00% 20Apr29	10,000,000	7,129,853
Japan 0.10% 20Sep20	299,200,000	2,739,262	New Zealand 3.50% 14Apr33	3,944,000	2,955,522
Japan 1.00% 20Sep20	55,300,000	515,286	New Zealand 2.75% 15Apr37	2,228,000	1,504,894
Japan 1.10% 20Jun20	55,450,000	514,767			43,096,847
Japan 1.30% 20Jun20	31,450,000	292,823			
Japan 1.30% 20Mar20	31,750,000	295,524			
Japan 1.40% 20Mar20	495,500,000	4,618,782			

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo	Títulos	Nominal	Valor Justo
Norway 4.50% 22May19	5,725,000	688,467	Switzerland 2.25% 06Jul20	2,843,000	3,048,338
Norway 3.75% 25May21	83,735,000	10,481,574	Switzerland 2.00% 28Apr21	3,411,000	3,732,986
Norway 2.00% 24May23	153,510,000	18,412,099	Switzerland 2.00% 25May22	11,005,000	12,334,083
Norway 3.00% 14Mar24	17,005,000	2,161,509	Switzerland 4.00% 11Feb23	3,259,000	4,063,888
Norway 1.75% 13Mar25	51,060,000	6,045,221	Switzerland 1.25% 11Jun24	3,481,000	3,903,252
Norway 1.75% 17Feb27	55,290,000	6,506,401	Switzerland 1.50% 24Jul25	6,082,000	7,009,808
		44,295,272	Switzerland 1.25% 28May26	370,000	423,721
			Switzerland 3.25% 27Jun27	3,585,000	4,806,918
Portugal 2.20% 17Oct22	2,765,000	3,422,442	Switzerland 4.00% 08Apr28	7,023,000	10,148,611
Portugal 4.12% 14Apr27	2,228,000	3,132,861	Switzerland 2.25% 22Jun31	4,148,000	5,443,463
		6,555,303	Switzerland 3.50% 08Apr33	3,647,000	5,573,965
			Switzerland 2.50% 08Mar36	3,543,000	5,049,681
Singapore 2.50% 01Jun19	11,997,000	8,840,892	Switzerland 1.25% 27Jun37	5,394,000	6,486,391
Singapore 3.25% 01Sep20	6,950,000	5,267,636	Switzerland 1.50% 30Apr42	4,318,000	5,588,442
Singapore 2.25% 01Jun21	15,843,000	11,757,002	Switzerland 4.00% 06Jan49	5,919,000	12,447,169
Singapore 3.12% 01Sep22	7,946,000	6,154,223	Switzerland 2.00% 25Jun64	922,000	1,536,096
Singapore 2.75% 01Jul23	6,972,000	5,299,487			91,596,812
Singapore 3.00% 01Sep24	8,227,000	6,448,295			
Singapore 2.12% 01Jun26	6,000,000	4,461,830	UK 2.00% 22Jul20	8,450,000	11,066,572
Singapore 3.50% 01Mar27	30,511,000	25,265,639	UK 3.75% 07Sep20	5,930,000	8,020,067
Singapore 2.87% 01Sep30	11,143,000	8,894,797	UK 1.50% 22Jan21	2,565,000	3,339,057
Singapore 3.37% 01Sep33	3,020,000	2,538,804	UK 3.75% 07Sep21	10,176,000	14,147,643
Singapore 2.75% 01Apr42	7,924,000	6,220,611	UK 8.00% 07Jun21	5,843,000	8,790,325
Singapore 2.75% 01Mar46	12,660,000	9,924,566	UK 4.00% 07Mar22	1,550,000	2,197,955
		101,073,783	UK 0.75% 22Jul23	6,595,000	8,369,840
			UK 1.00% 22Apr24	21,495,000	27,477,603
Slovenia 3.12% 07Aug45	245,000	349,833	UK 4.25% 07Dec27	1,050,000	1,691,617
		349,833	UK 1.62% 22Oct28	6,680,000	8,805,069
			UK 6.00% 07Dec28	1,977,000	3,641,801
Spain 1.40% 31Jan20	2,005,000	2,365,829	UK 4.75% 07Dec30	1,316,000	2,299,152
Spain 0.05% 31Oct21	3,005,000	3,444,254	UK 4.50% 07Sep34	832,000	1,496,331
Spain 0.35% 30Jul23	4,735,000	5,423,973	UK 4.25% 07Mar36	5,176,400	9,206,116
Spain 4.40% 31Oct23	10,380,000	14,211,596	UK 4.75% 07Dec38	1,729,800	3,328,760
Spain 4.80% 31Jan24	1,275,000	1,836,446	UK 4.25% 07Sep39	806,000	1,480,776
Spain 1.95% 30Apr26	8,500,000	10,492,868	UK 4.25% 07Dec40	2,083,300	3,847,586
Spain 1.40% 30Apr28	4,615,000	5,347,085	UK 4.50% 07Dec42	1,087,000	2,112,586
Spain 2.35% 30Jul33	7,734,000	9,363,638	UK 3.25% 22Jan44	5,760,000	9,507,336
Spain 4.20% 31Jan37	1,043,000	1,612,088	UK 3.50% 22Jan45	8,155,000	14,097,224
Spain 4.90% 30Jul40	860,000	1,437,250	UK 4.25% 07Dec46	707,000	1,377,592
Spain 4.70% 30Jul41	3,564,000	5,830,444	UK 1.50% 22Jul47	4,111,000	4,894,626
Spain 2.90% 31Oct46	715,000	878,842	UK 3.75% 22Jul52	3,327,500	6,437,840
Spain 2.70% 31Oct48	2,250,000	2,629,133	UK 4.25% 07Dec55	1,479,000	3,171,544
Spain 3.45% 30Jul66	245,000	323,497	UK 2.50% 22Jul65	2,302,000	3,701,939
		65,196,943	UK 3.50% 22Jul68	1,453,900	2,969,369
					167,476,329
Sweden 5.00% 01Dec20	83,815,000	10,473,856	USA 1.37% 30Apr20	10,000,000	9,869,644
Sweden 3.50% 01Jun22	182,915,000	23,670,359	USA 1.75% 31May22	1,399,700,000	1,368,610,510
Sweden 1.50% 13Nov23	146,405,000	17,772,316	USA 1.87% 31Oct22	1,887,700,000	1,851,583,723
Sweden 1.00% 12Nov26	96,825,000	11,524,647	USA 1.37% 30Jun23	34,000,000	32,372,989
Sweden 0.75% 12May28	22,645,000	2,632,855	USA 1.37% 30Sep23	4,000,000	3,811,708
Sweden 2.25% 01Jun32	19,175,000	2,569,042	USA 1.37% 31Aug23	20,000,000	19,105,158
Sweden 3.50% 30Mar39	49,310,000	8,035,067	USA 1.62% 31Oct23	5,000,000	4,812,939
		76,678,142	USA 2.12% 30Nov23	51,000,000	50,174,884

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Nominal	Valor Justo
USA 2.25% 31Dec23	53,000,000	52,332,459
USA 2.75% 30Apr23	2,304,900,000	2,339,435,204
USA 2.75% 31Aug23	25,000,000	25,513,872
USA 2.75% 31Jul23	10,000,000	10,221,722
USA 2.75% 31May23	12,300,000	12,463,787
USA 2.87% 30Nov23	166,600,000	169,923,562
USA 1.87% 31Aug24	30,000,000	29,142,297
USA 2.00% 30Apr24	70,000,000	68,391,342
USA 2.00% 31May24	40,000,000	38,989,080
USA 2.12% 29Feb24	35,000,000	34,581,421
USA 2.12% 30Nov24	100,000,000	97,792,282
USA 2.12% 31Jul24	10,000,000	9,871,349
USA 2.12% 31Mar24	59,000,000	58,156,459
USA 2.25% 15Nov24	20,000,000	19,713,894
USA 2.25% 31Dec24	35,000,000	34,389,640
USA 2.25% 31Oct24	70,000,000	69,102,173
USA 2.00% 15Feb25	12,000,000	11,698,308
USA 2.25% 15Nov25	75,000,000	73,563,822
USA 2.50% 31Jan25	10,000,000	10,065,557
USA 2.62% 31Mar25	20,000,000	20,193,510
USA 2.75% 28Feb25	24,000,000	24,467,067
USA 2.75% 30Jun25	5,000,000	5,050,764
USA 2.75% 31Aug25	25,000,000	25,477,739
USA 2.87% 30Apr25	22,000,000	22,489,891
USA 2.87% 31Jul25	80,000,000	82,362,500
USA 2.87% 31May25	70,000,000	71,382,785
USA 1.50% 15Aug26	40,000,000	37,126,110
USA 1.62% 15Feb26	70,000,000	65,956,216
USA 1.62% 15May26	55,000,000	51,476,586
USA 2.00% 15Nov26	60,000,000	57,430,020
USA 6.50% 15Nov26	10,000,000	12,826,580
USA 2.25% 15Aug27	40,000,000	39,050,883
USA 2.25% 15Feb27	37,000,000	36,242,028
USA 2.25% 15Nov27	40,000,000	38,755,913
USA 2.37% 15May27	40,000,000	39,285,843
USA 6.12% 15Nov27	10,000,000	12,784,602
USA 2.75% 15Feb28	48,000,000	48,746,087
USA 2.87% 15Aug28	60,000,000	61,579,688
USA 2.87% 15May28	88,000,000	89,679,418
USA 3.12% 15Nov28	40,000,000	41,652,918
USA 3.00% 15Aug48	10,000,000	10,066,050
		7,399,772,981
Total de títulos com juro fixo		8,954,007,426

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

(b) Ações

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Australia			Iress Ltd	18,197	131,053
AGL Energy Ltd	182,582	2,635,023	James Hardie Industr	87,090	922,736
Alumina Ltd	458,549	742,483	Lendlease Group	108,697	889,959
Amcor Ltd/Australia	222,796	2,067,262	Macquarie Group Ltd	77,833	5,950,675
Amp Ltd	514,475	887,366	Medibank Pvt Ltd	554,006	1,002,352
Apa Group	226,830	1,338,188	Mirvac Group	666,233	1,050,623
Aristocrat Leisure L	107,912	1,649,310	National Australia B	524,271	8,858,083
Asx Ltd	74,482	3,107,842	Newcrest Mining Ltd	142,802	2,176,531
Aurizon Holdings Ltd	362,982	1,065,599	Oil Search Ltd	245,980	1,236,433
Ausnet Services	271,901	296,698	Orica Ltd	64,047	755,693
Australia & New Zeal	556,714	9,543,414	Origin Energy Ltd	328,740	1,492,743
Bank Of Queensland L	68,109	463,185	Perseus Mining Ltd	288,707	85,365
Bendigo & Adelaide B	91,551	693,502	Qbe Insurance Group	263,740	1,858,586
Bhp Group Ltd	720,137	17,287,897	Ramsay Health Care L	24,991	998,089
Bluescope Steel Ltd	102,683	791,563	Rea Group Ltd	10,578	543,625
Boral Ltd	207,141	718,928	Rio Tinto Ltd	106,363	5,833,117
Brambles Ltd	296,703	2,095,055	Santos Ltd	322,384	1,241,462
Caltex Australia Ltd	46,491	828,715	Scentre Group	1,035,235	2,827,765
Carsales.Com Ltd	72,133	556,059	Seek Ltd	60,148	716,464
Challenger Ltd/Austr	102,380	678,951	Sonic Healthcare Ltd	75,415	1,168,028
Charter Hall Group	52,698	274,906	South32 Ltd	950,611	2,241,921
Cimic Group Ltd	15,809	476,901	Stockland	431,312	1,068,826
Coca-Cola Amatil Ltd	140,900	811,404	Suncorp Group Ltd	248,080	2,193,583
Cochlear Ltd	13,127	1,598,764	Sydney Airport	224,151	1,060,431
Coles Group Ltd	218,032	1,802,026	Tabcorp Holdings Ltd	357,137	1,073,582
Commonwealth Bank Of	337,800	17,146,188	Telstra Corp Ltd	1,227,855	2,463,568
Computershare Ltd	174,784	2,079,510	Tpg Telecom Ltd	59,081	266,195
Crown Resorts Ltd	65,005	540,010	Transurban Group	504,593	4,134,918
Csl Ltd	86,905	11,318,507	Treasury Wine Estate	132,132	1,358,106
Dexus	201,985	1,507,293	Vicinity Centers	622,929	1,131,438
Domino'S Pizza Enter	10,616	302,683	Washington H Soul Pa	20,433	353,867
Duluxgroup Ltd	112,228	514,345	Wesfarmers Ltd	218,032	4,942,524
Flight Centre Travel	8,547	257,531	Westpac Banking Corp	658,740	11,603,099
Fortescue Metals Gro	296,592	870,699	Woodside Petroleum L	235,985	5,201,638
Goodman Group	307,754	2,300,917	Woolworths Group Ltd	249,019	5,134,812
Gpt Group	325,373	1,214,032	Worleyparsons Ltd	62,478	501,863
Harvey Norman Holdin	108,266	240,853			178,197,094
Incitec Pivot Ltd	289,386	668,227	Canada		
Insurance Australia	449,809	2,213,492	Agnico Eagle Mines L	30,720	1,235,503
Iph Ltd	38,793	142,013	Alacer Gold Corp	147,100	270,333

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Alimentation Couche-	68,102	3,375,183	Franco-Nevada Corp	25,765	1,801,551
Altagas Ltd	25,246	255,085	Genworth Mi Canada I	21,677	635,804
Arc Resources Ltd	52,722	312,673	George Weston Ltd	10,565	695,103
Argonaut Gold Inc	124,100	139,928	Gildan Activewear In	27,970	845,571
Atco Ltd/Canada	7,284	205,486	Goldcorp Inc	156,731	1,527,376
Aurora Cannabis Inc	80,941	401,209	Great Canadian Gamin	6,100	213,085
Bank Of Montreal	92,651	6,044,227	Great-West Lifeco In	48,177	991,195
Bank Of Nova Scotia/	188,228	9,363,167	H&R Real Estate Inve	27,208	410,172
Barrick Gold Corp	174,495	2,350,790	Husky Energy Inc	82,215	846,349
Bausch Health Cos In	50,783	934,381	Hydro One Ltd	38,538	570,819
Bce Inc	40,290	1,589,712	Igm Financial Inc	33,705	763,286
Birchcliff Energy Lt	78,100	173,263	Imperial Oil Ltd	99,017	2,501,887
Blackberry Ltd	79,051	560,847	Industrial Alliance	16,434	522,813
Bombardier Inc	238,069	352,101	Intact Financial Cor	22,614	1,636,858
Bonavista Energy Cor	184,400	159,315	Inter Pipeline Ltd	53,579	755,551
Brookfield Asset Man	129,483	4,948,758	Keyera Corp	29,898	562,804
Cae Inc	39,659	723,607	Kinross Gold Corp	174,644	561,347
Cameco Corp	65,626	743,326	Linamar Corp	12,800	424,074
Canadian Imperial Ba	70,505	5,238,577	Lgermanyaw Cos Ltd	27,307	1,220,398
Canadian National Ra	134,791	9,946,982	Lundin Mining Corp	133,815	548,663
Canadian Natural Res	238,828	5,742,505	Magna International	68,274	3,086,777
Canadian Pacific Rai	20,611	3,647,143	Manulife Financial C	350,374	4,969,063
Canadian Tire Corp L	8,274	862,779	Medical Facilities C	11,700	128,582
Canadian Utilities L	12,897	294,805	Methanex Corp	18,507	889,442
Canopy Growth Corp	16,400	439,239	Metro Inc	35,688	1,233,847
Ccl Industries Inc	20,032	732,610	National Bank Of Can	49,344	2,023,184
Cenovus Energy Inc	203,690	1,430,215	Norbord Inc	12,900	341,060
Centerra Gold Inc	56,100	238,234	Nutrien Ltd	90,312	4,219,366
Cgi Group Inc	56,069	3,426,212	Obsidian Energy Ltd	229,300	85,622
Ci Financial Corp	143,006	1,808,255	Onex Corp	13,387	727,768
Constellation Softwa	3,196	2,035,093	Open Text Corp	41,434	1,345,134
Dollarama Inc	41,289	978,868	Pembina Pipeline Cor	71,666	2,125,634
Eldorado Gold Corp	22,020	62,555	Power Corp Of Canada	60,493	1,085,579
Emera Inc	7,325	234,102	Power Financial Corp	39,579	748,518
Empire Co Ltd	25,566	537,414	Prairiesky Royalty L	34,681	445,637
Enbridge Inc	297,980	9,239,607	Restaurant Brands In	40,142	2,096,155
Encana Corp	131,612	758,374	Riocan Real Estate	26,325	457,960
Fairfax Financial Ho	3,993	1,754,137	Rogers Communication	51,380	2,629,191
Finning Internationa	23,098	400,300	Royal Bank Of Canada	216,878	14,810,525
First Capital Realty	24,382	335,079	Saputo Inc	39,546	1,133,567
First Quantum Minera	93,952	751,176	Seven Generations En	43,095	350,238
Fortis Inc/Canada	59,700	1,985,338	Shaw Communications	69,855	1,259,723

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Shopify Inc	12,454	1,719,013	A2A Spa	163,134	293,250
Smartcentres Real	13,248	297,978	Abn Amro Group Nv	57,801	1,351,239
Snc-Lavalin Group In	25,305	847,823	Accor Sa	28,188	1,188,711
Sun Life Financial I	102,292	3,381,523	Acs Actividades De C	34,826	1,343,235
Suncor Energy Inc	281,620	7,849,814	Adidas Ag	28,749	5,997,758
Teck Resources Ltd	98,713	2,121,268	Aegon Nv	327,181	1,521,876
Telus Corp	33,349	1,104,146	Aena Sme Sa	9,315	1,445,526
The Stars Group In C	31,633	517,180	Aeroports De Paris	4,377	828,091
Thomson Reuters Corp	33,323	1,603,691	Ageas	36,219	1,621,371
Toronto-Dominion Ban	274,654	13,634,167	Aib Group Plc	102,114	426,537
Tourmaline Oil Corp	38,228	474,701	Air Liquide Sa	66,224	8,176,031
Transalta Renewables	40,600	307,666	Airbus Se	89,012	8,542,257
Transcanada Corp	141,225	5,031,491	Akzo Nobel Nv	35,279	2,821,431
Transcontinental Inc	38,100	536,156	Allianz Se	63,675	12,787,765
Turquoise Hill Resou	153,137	246,670	Alstom Sa	25,011	1,003,842
Vermilion Energy Inc	26,723	560,757	Amadeus It Group Sa	64,863	4,511,174
West Fraser Timber C	20,358	1,000,759	Amundi Sa	12,320	649,114
Westshore Terminals	17,100	256,538	Andritz Ag	10,770	491,484
Wheaton Precious Met	60,288	1,171,948	Anheuser-Busch Inbev	117,203	7,714,606
Wsp Global Inc	12,872	550,486	Aperam Sa	5,397	141,900
Yamana Gold Inc	97,000	226,556	Arcelormittal	96,355	1,996,988
		194,686,093	Arkema Sa	9,625	822,351
Denmark			Aroundtown Sa	109,936	906,733
Ap Moller - Maersk A	1,568	1,917,251	Asml Holding Nv	62,809	9,843,798
Carlsberg A/S	14,886	1,578,458	Asr Nederland Nv	16,226	641,416
Chr Hansen Holding A	12,758	1,123,761	Assicurazioni Genera	177,768	2,966,947
Coloplast A/S	15,759	1,457,140	Astm Spa	22,309	445,784
Danske Bank A/S	100,501	1,979,861	Atlantia Spa	73,807	1,524,611
Dsv A/S	28,973	1,896,930	Atos Se	13,959	1,140,623
Genmab A/S	8,361	1,360,210	Axa Sa	362,857	7,810,686
H Lundbeck A/S	8,830	384,963	Axel Springer Se	6,251	353,290
Iss A/S	24,649	685,707	Banco Bilbao Vizcaya	963,364	5,104,937
Novo Nordisk A/S	353,606	16,106,861	Banco De Sabadell Sa	731,760	836,512
Novozymes A/S	46,453	2,066,492	Banco Espirito Santo	247,871	34,002
Orsted A/S	27,977	1,865,148	Banco Santander Sa	2,522,465	11,449,162
Pandora A/S	29,024	1,178,665	Bank Of Ireland Grou	124,418	692,937
Tryg A/S	19,345	483,925	Bankia Sa	127,371	372,747
Vestas Wind Systems	31,404	2,370,713	Bankinter Sa	100,081	801,082
William Demant Holdi	33,445	947,309	Basf Se	173,552	11,997,008
		37,403,394	Bayer Ag	140,853	9,765,630
Europe			Bayerische Motoren W	56,040	4,455,890
l&l Drillisch Ag	6,424	325,028	Beiersdorf Ag	13,166	1,374,432

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Biomerieux	5,492	357,229	Enagas Sa	24,128	651,209
Bnp Paribas Sa	204,378	9,221,565	Endesa Sa	46,746	1,075,701
Bollore Sa	155,362	616,990	Enel Spa	1,481,682	8,540,066
Bolsas Y Mercados Es	18,127	503,542	Engie Sa	263,522	3,753,516
Bouygues Sa	34,039	1,218,325	Eni Spa	442,887	6,953,338
Brenntag Ag	20,309	875,020	Erste Group Bank Ag	40,280	1,330,732
Bureau Veritas Sa	77,729	1,573,194	Essilorluxottica Sa	41,538	5,188,005
Caixabank Sa	516,017	1,863,447	Eurazeo Se	7,703	544,191
Capgemini Se	22,893	2,264,764	Eurofins Scientific	1,639	609,677
Carrefour Sa	79,558	1,353,742	Eutelsat Communicati	27,016	531,348
Casino Guichard Perr	10,451	434,156	Evonik Industries Ag	24,125	602,866
Cerved Group Spa	29,643	242,118	Exor Nv	14,001	756,088
Cie De Saint-Gobain	83,903	2,795,886	Faurecia Sa	10,804	407,199
Cie Generale Des Eta	30,151	2,975,202	Ferrari Nv	18,672	1,850,603
Cnh Industrial Nv	157,921	1,416,418	Ferrovial Sa	69,791	1,411,736
Cnp Assurances	25,963	549,073	Fiat Chrysler Automo	160,678	2,329,051
Coca-Cola European P	30,767	1,408,963	Fortum Oyj	62,175	1,352,209
Colruyt Sa	11,166	790,373	Fraport Ag Frankfurt	5,921	422,360
Commerzbank Ag	180,747	1,192,616	Fresenius Medical Ca	32,487	2,098,270
Continental Ag	20,949	2,882,125	Fresenius Se & Co Kg	59,166	2,861,664
Convivio Sa	5,946	572,322	Fuchs Petrolub Se	12,302	504,582
Covestro Ag	54,812	2,706,214	Galp Energia Sgps Sa	189,416	2,983,797
Credit Agricole Sa	168,522	1,812,991	Gaztransport Et Tech	6,346	487,135
Crh Plc	123,999	3,241,811	Gea Group Ag	23,239	597,728
Daimler Ag	135,192	7,093,606	Gecina Sa	7,223	933,038
Danone Sa	94,053	6,580,023	Getlink Se	69,271	928,865
Dassault Aviation Sa	288	395,731	Grifols Sa	39,524	1,031,954
Dassault Systemes Se	26,782	3,173,333	Groupe Bruxelles Lam	11,680	1,011,814
Davide Campari-Milan	81,719	689,885	Hannover Rueck Se	8,644	1,158,099
Delivery Hero Se	14,207	523,601	Heidelbergcement Ag	20,410	1,249,646
Deutsche Bank Ag	398,009	3,171,239	Heineken Holding Nv	18,162	1,519,771
Deutsche Boerse Ag	29,202	3,490,117	Heineken Nv	43,159	3,801,927
Deutsche Lufthansa A	36,570	822,723	Henkel Ag & Co Kгаа	40,786	4,303,445
Deutsche Post Ag	156,588	4,279,977	Hermes International	4,516	2,492,439
Deutsche Telekom Ag	498,015	8,439,962	Hochtief Ag	3,716	497,435
Deutsche Wohnen Se	49,859	2,281,563	Hugo Boss Ag	10,394	638,534
E.On Se	313,669	3,094,825	Iberdrola Sa	961,913	7,710,474
Edenred	36,284	1,331,861	Icade	6,498	492,860
Edp - Energias De Po	389,291	1,350,630	Iliad Sa	4,287	597,394
Eiffage Sa	10,884	904,786	Imerys Sa	5,527	264,606
Electricite De Franc	80,573	1,271,077	Industria De Diseno	156,983	4,010,823
Elisa Oyj	19,009	782,503	Infineon Technologie	162,332	3,236,339

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Ing Groep Nv	595,407	6,404,820	Nn Group Nv	68,251	2,702,653
Ingenico Group Sa	8,164	461,408	Nokia Oyj	810,544	4,651,400
Innogy Se	22,284	945,084	Nokian Renkaat Oyj	63,221	1,936,143
International Consol	102,116	805,464	Omv Ag	49,103	2,142,001
Interpump Group Spa	12,980	384,307	Orange Sa	284,167	4,598,190
Intertrust Nv	12,022	201,472	Orion Oyj	15,704	543,229
Intesa Sanpaolo Spa	2,305,081	5,107,262	Osram Licht Ag	13,734	598,799
Ipsen Sa	5,379	692,993	Paddy Power Betfair	7,190	584,800
Jcdecaux Sa	11,442	320,720	Pernod Ricard Sa	30,865	5,027,875
Jeronimo Martins Sgp	37,866	446,284	Peugeot Sa	116,867	2,486,232
Kbc Group Nv	36,410	2,358,308	Pirelli & C Spa	82,883	531,535
Kering Sa	11,601	5,455,858	Porsche Automobil Ho	26,967	1,593,773
Kerry Group Plc	23,247	2,270,818	Poste Italiane Spa	85,009	677,137
Kingspan Group Plc	27,235	1,146,343	Prosiebensat.1 Media	77,404	1,374,605
Kion Group Ag	9,306	469,781	Proximus Sadp	23,608	634,206
Klepierre	29,853	920,050	Prysmian Spa	36,809	708,387
Kone Oyj	49,598	2,352,966	Publicis Groupe Sa	79,462	4,520,050
Koninklijke Ahold De	189,525	4,782,672	Puma Se	1,126	545,767
Koninklijke Dsm Nv	26,926	2,188,491	Qiagen Nv	32,577	1,101,944
Koninklijke Kpn Nv	418,778	1,223,624	Raiffeisen Bank Inte	35,670	902,377
Koninklijke Philips	147,876	5,223,475	Randstad Nv	17,639	802,528
Koninklijke Vopak Nv	13,033	590,882	Recordati Spa	65,862	2,280,539
Lanxess Ag	13,231	611,807	Red Electrica Corp S	194,992	4,344,422
Legrand Sa	39,517	2,227,072	Relx Plc	155,402	3,192,332
Leonardo Spa	61,384	538,213	Remy Cointreau Sa	3,487	393,634
Linde Plc	21,670	3,437,124	Renault Sa	26,291	1,639,477
L'Oreal Sa	37,992	8,725,201	Repsol Sa	519,219	5,184,609
Lvmh Moet Hennessy L	50,095	14,786,111	Rexel Sa	46,772	495,857
Mapfre Sa	272,301	720,927	Royal Dutch Shell Pl	58,636	1,719,649
Mediaset Espana Comu	79,798	498,615	Rtl Group Sa	14,642	778,652
Mediobanca Banca Di	184,767	1,556,665	Rwe Ag	82,548	1,796,705
Merck Kgaa	18,575	1,905,965	Ryanair Holdings Plc	13,329	163,036
Metro Ag	26,740	408,386	Safran Sa	50,968	6,111,903
Metropole Television	30,148	483,870	Sampo Oyj	62,380	2,727,597
Metso Oyj	16,933	442,887	Sanofi	187,990	16,222,864
Moncler Spa	40,037	1,322,704	Sap Se	188,573	18,799,624
Mtu Aero Engines Ag	7,132	1,293,873	Sartorius Ag	5,015	628,326
Muenchener Rueckvers	22,126	4,815,853	Sartorius Stedim Bio	4,753	472,434
Natixis Sa	166,188	780,049	Schaeffler Ag	76,248	653,199
Naturgy Energy Group	44,889	1,142,269	Schneider Electric S	133,495	9,113,562
Neopost Sa	11,217	304,924	Scor Se	25,703	1,150,321
Neste Oyj	17,209	1,321,990	Seb Sa	2,186	280,380

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Ses Sa	54,107	1,031,389	Volkswagen Ag	33,734	5,357,518
Siemens Ag	115,796	12,946,005	Vonovia Se	77,487	3,526,342
Siemens Gamesa Renew	33,941	412,828	Wartsila Oyj Abp	63,630	1,008,521
Siemens Healthineers	20,836	872,478	Wendel Sa	4,237	503,727
Siltronic Ag	1,959	162,180	Wirecard Ag	16,883	2,563,979
Smurfit Kappa Group	28,078	740,165	Wolters Kluwer Nv	40,913	2,400,222
Snam Spa	325,579	1,418,772	Zalando Se	14,732	379,762
Societe Bic Sa	13,770	1,400,965	Zardoya Otis Sa	109,038	762,839
Societe Generale Sa	146,824	4,666,844			655,669,691
Sodexo Sa	12,958	1,320,426	Hong Kong		
Software Ag	24,382	879,650	Aia Group Ltd	1,848,800	15,348,915
Solvay Sa	11,170	1,113,711	Asm Pacific Technolo	39,800	382,274
Stmicroelectronics N	92,957	1,326,173	Bank Of East Asia Lt	198,954	631,471
Stora Enso Oyj	85,080	976,483	Boc Hong Kong Holdin	540,000	2,007,064
Suez	61,431	807,235	Ck Asset Holdings Lt	653,348	4,769,087
Symrise Ag	19,176	1,415,223	Ck Hutchison Holding	395,240	3,796,235
Technipfmc Plc	18,446	371,229	Ck Infrastructure Ho	105,000	795,277
Telecom Italia Spa/M	2,447,038	1,274,281	Clp Holdings Ltd	332,500	3,758,455
Telefonica Deutschla	103,654	405,717	Galaxy Entertainment	335,000	2,122,271
Telefonica Sa	741,901	6,224,238	Hang Lung Group Ltd	130,000	331,088
Telenet Group Holdin	6,585	303,665	Hang Lung Properties	472,000	899,467
Teleperformance	8,097	1,289,373	Hang Seng Bank Ltd	147,800	3,316,810
Tenaris Sa	78,240	843,778	Henderson Land Devel	177,735	885,344
Terna Rete Elettrica	360,519	2,039,207	Hk Electric Investme	471,154	475,406
Thales Sa	15,147	1,757,503	Hkt Trust & Hkt Ltd	528,040	759,416
Thyssenkrupp Ag	67,094	1,142,808	Hong Kong & China Ga	1,397,360	2,891,330
Total Sa	434,250	22,924,354	Hong Kong Exchanges	170,557	4,931,969
Ubisoft Entertainmen	12,265	988,182	Hysan Development Co	97,000	461,501
Ucb Sa	16,607	1,346,366	Kerry Properties Ltd	207,000	707,243
Umicore Sa	32,402	1,283,448	Lifestyle Internatio	380,000	575,629
Unibail-Rodamco-West	19,647	3,035,057	Link Reit	308,000	3,119,596
Unicredit Spa	365,069	4,129,051	Mgm China Holdings L	164,400	275,493
Unilever Nv	291,534	15,796,865	Minth Group Ltd	56,000	180,245
Uniper Se	26,329	676,603	Mtr Corp Ltd	219,397	1,153,121
United Internet Ag	18,342	802,013	New World Developmen	927,992	1,227,944
Upm-Kymmene Oyj	134,427	3,397,650	Nws Holdings Ltd	248,251	507,958
Valeo Sa	33,331	971,610	Pccw Ltd	838,000	482,720
Veolia Environnement	80,178	1,638,801	Power Assets Holding	173,500	1,203,299
Verbund Ag	11,717	495,589	Sands China Ltd	733,600	3,190,442
Vinci Sa	80,411	6,620,213	Shangri-La Asia Ltd	208,000	307,111
Vivendi Sa	153,810	3,731,069	Sino Land Co Ltd	498,523	854,500
Voestalpine Ag	17,060	509,396	Sjm Holdings Ltd	374,000	348,236

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Sun Hung Kai Propert	324,500	4,625,443	Asahi Group Holdings	53,200	2,068,068
Swire Pacific Ltd	61,500	649,221	Asahi Intecc Co Ltd	13,900	587,217
Swire Properties Ltd	183,923	646,016	Asahi Kasei Corp	172,200	1,771,990
Techtronic Industrie	187,000	993,595	Asics Corp	26,600	339,910
Wh Group Ltd	1,269,408	977,671	Astellas Pharma Inc	554,500	7,078,134
Wharf Holdings Ltd/T	336,000	873,329	Awa Bank Ltd/The	9,800	256,712
Wharf Real Estate In	337,000	2,016,573	Bandai Namco Holding	28,200	1,264,586
Wheelock & Co Ltd	157,000	897,361	Bank Of Kyoto Ltd/Th	18,600	768,819
Wynn Macau Ltd	257,200	559,120	Benesse Holdings Inc	9,700	247,108
Xinyi Glass Holdings	492,000	544,199	Bridgestone Corp	89,100	3,436,826
Yue Yuen Industrial	115,500	368,805	Brother Industries L	51,800	769,576
		75,848,247	Calbee Inc	12,600	395,060
Israel			Canon Inc	144,700	3,955,957
Azrieli Group Ltd	6,612	315,847	Casio Computer Co Lt	35,200	417,402
Bank Hapoalim Bm	239,808	1,516,469	Central Japan Railwa	41,300	8,708,707
Bank Leumi Le-Israel	227,217	1,374,217	Chiba Bank Ltd/The	158,000	881,338
Bezeq The Israeli Te	329,096	321,104	Chubu Electric Power	75,000	1,066,400
Elbit Systems Ltd	3,111	356,911	Chugai Pharmaceutica	37,800	2,191,205
International Flavor	463	61,729	Chugoku Electric Pow	48,300	628,211
Israel Chemicals Ltd	96,369	544,933	Coca-Cola Bottlers J	13,100	391,036
Mizrahi Tefahot Bank	20,357	343,973	Concordia Financial	137,400	528,486
Nice Ltd	7,754	834,592	Credit Saison Co Ltd	26,800	314,375
Phoenix Holdings Ltd	44,880	228,198	Cyberagent Inc	10,700	413,020
Teva Pharmaceutical	69,653	1,093,236	Dai Nippon Printing	48,400	1,011,100
		6,991,209	Daicel Corp	132,700	1,366,732
Japan			Daifuku Co Ltd	14,700	671,258
ABC-Mart Inc	19,300	1,069,535	Dai-Ichi Life Holdin	163,500	2,554,246
Acom Co Ltd	67,600	220,579	Daiichi Sankyo Co Lt	86,400	2,755,445
Aeon Co Ltd	91,300	1,787,888	Daikin Industries Lt	39,900	4,245,843
Aeon Financial Servi	21,300	379,154	Daito Trust Construc	9,900	1,353,958
Aeon Mall Co Ltd	19,690	313,705	Daiwa House Industry	118,300	3,768,479
Agc Inc/Japan	31,300	978,527	Daiwa House Reit Inv	171	382,632
Aica Kogyo Co Ltd	17,200	576,129	Daiwa Securities Gro	378,900	1,919,452
Aichi Bank Ltd/The	1,900	65,547	Dena Co Ltd	18,400	306,904
Air Water Inc	25,000	379,164	Denso Corp	68,300	3,042,266
Aisin Seiki Co Ltd	29,300	1,017,482	Dentsu Inc	30,000	1,338,468
Ajinomoto Co Inc	66,600	1,187,649	Disco Corp	3,800	444,023
Alfresa Holdings Cor	27,800	709,221	Don Quijote Holdings	18,800	1,166,915
Alps Alpine Co Ltd	29,300	568,294	East Japan Railway C	45,500	4,026,844
Amada Holdings Co Lt	51,600	464,196	Eisai Co Ltd	36,100	2,789,554
Ana Holdings Inc	18,800	674,789	Electric Power Devel	19,000	450,604
Aozora Bank Ltd	24,200	721,269	Familymart Uny Holdi	9,000	1,136,126

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Fanuc Corp	34,600	5,241,327	Japan Real Estate	197	1,106,066
Fast Retailing Co Lt	8,900	4,541,869	Japan Retail Fund	402	804,257
Fuji Electric Co Ltd	20,500	605,387	Japan Tobacco Inc	156,300	3,727,467
Fujifilm Holdings Co	57,200	2,225,647	Jfe Holdings Inc	68,800	1,100,524
Fujitsu Ltd	27,500	1,714,192	Jgc Corp	36,000	507,278
Fukuoka Financial Gr	24,600	501,350	Jsr Corp	28,500	429,650
Goldcrest Co Ltd	10,900	156,871	Jtekt Corp	34,600	386,004
Hachijuni Bank Ltd/T	96,000	392,873	Jxtg Holdings Inc	584,200	3,069,693
Hakuhodo Dy Holdings	34,900	499,412	Kajima Corp	116,700	1,571,034
Hamamatsu Photonics	22,000	739,917	Kakaku.Com Inc	36,300	642,194
Hankyu Hanshin Holdi	33,300	1,106,308	Kamigumi Co Ltd	19,500	400,078
Hikari Tsushin Inc	2,600	406,654	Kanamoto Co Ltd	6,900	181,250
Hino Motors Ltd	43,700	413,839	Kaneka Corp	8,200	293,725
Hirose Electric Co L	5,291	518,901	Kansai Electric Powe	94,800	1,424,398
Hisamitsu Pharmaceut	10,400	574,434	Kansai Paint Co Ltd	34,300	660,896
Hitachi Chemical Co	14,000	211,694	Kao Corp	76,400	5,669,681
Hitachi Construction	14,200	331,849	Kawasaki Heavy Indus	22,800	488,772
Hitachi High-Technol	10,900	342,752	Kddi Corp	381,200	9,101,342
Hitachi Ltd	167,200	4,472,028	Keihan Holdings Co L	16,200	659,281
Hitachi Metals Ltd	36,000	377,341	Keikyu Corp	29,600	484,543
Honda Motor Co Ltd	238,200	6,280,935	Keio Corp	18,100	1,052,527
Horiba Ltd	10,600	432,348	Keisei Electric Rail	21,500	672,151
Hoshizaki Corp	7,700	466,709	Keyence Corp	15,480	7,854,640
Hoya Corp	84,500	5,093,954	Kikkoman Corp	24,100	1,293,798
Hulic Co Ltd	40,500	363,232	Kintetsu Group Holdi	28,500	1,236,477
Hyakugo Bank Ltd/The	22,900	81,193	Kirin Holdings Co Lt	124,000	2,596,638
Idemitsu Kosan Co Lt	26,700	877,305	Kobayashi Pharmaceut	10,100	685,823
Ihi Corp	23,900	660,047	Kobe Steel Ltd	53,800	374,146
Iida Group Holdings	25,300	437,674	Koito Manufacturing	15,900	821,702
Inaba Denki Sangyo C	3,700	138,267	Komatsu Ltd	131,700	2,837,706
Inpex Corp	130,100	1,163,388	Komeda Holdings Co L	12,500	245,864
Isetan Mitsukoshi Ho	49,900	552,145	Konami Holdings Corp	15,000	654,195
Isuzu Motors Ltd	79,800	1,126,285	Konica Minolta Inc	73,000	660,038
Itochu Corp	299,300	5,089,043	Kose Corp	5,200	817,573
Iyo Bank Ltd/The	39,900	210,565	Kubota Corp	160,700	2,284,207
J Front Retailing Co	33,000	378,681	Kuraray Co Ltd	42,100	593,617
Japan Airlines Co Lt	16,700	592,107	Kurita Water Industr	14,100	341,978
Japan Airport Termin	7,600	263,574	Kyocera Corp	44,500	2,227,941
Japan Exchange Group	114,300	1,848,136	Kyowa Hakko Kirin Co	39,300	741,476
Japan Post Bank Co L	67,700	746,018	Kyushu Electric Powe	67,300	802,337
Japan Post Holdings	234,000	2,695,858	Kyushu Railway Co	20,600	697,526
Japan Prime Realty	147	558,711	Lawson Inc	6,300	398,505

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Line Corp	7,700	264,937	Nh Foods Ltd	11,500	431,846
Lion Corp	36,800	761,056	Nhk Spring Co Ltd	32,000	281,165
Lixil Group Corp	39,000	484,145	Nidec Corp	36,300	4,120,828
M3 Inc	62,400	837,764	Nikon Corp	83,700	1,245,030
Makita Corp	33,700	1,196,386	Nintendo Co Ltd	16,300	4,347,064
Marubeni Corp	298,000	2,097,395	Nippo Corp	15,000	288,201
Marui Group Co Ltd	33,900	658,751	Nippon Building Fund	187	1,176,047
Maruichi Steel Tube	6,700	210,988	Nippon Electric Glas	13,600	333,570
Mazda Motor Corp	89,200	921,553	Nippon Express Co Lt	12,600	700,543
Mcdonald'S Holdings	11,200	475,195	Nippon Paint Holding	27,000	924,076
Mebuki Financial Gro	149,760	397,213	Nippon Prologis Reit	243	513,398
Medipal Holdings Cor	26,600	570,719	Nippon Steel & Sumit	112,124	1,931,499
Meiji Holdings Co Lt	18,100	1,476,508	Nippon Telegraph & T	171,700	7,011,040
Minebea Mitsumi Inc	62,100	898,827	Nippon Yusen Kk	26,200	403,812
Misumi Group Inc	41,200	870,827	Nissan Chemical Corp	16,500	863,237
Mitsubishi Chemical	292,600	2,220,203	Nissan Motor Co Ltd	324,800	2,605,743
Mitsubishi Corp	259,700	7,148,469	Nisshin Seifun Group	34,195	706,559
Mitsubishi Electric	264,900	2,934,750	Nissin Foods Holding	9,500	596,591
Mitsubishi Estate Co	171,400	2,699,533	Nitori Holdings Co L	11,500	1,438,614
Mitsubishi Gas Chemi	47,400	715,007	Nitto Denko Corp	25,000	1,260,083
Mitsubishi Heavy Ind	42,800	1,542,852	Noevir Holdings Co L	4,600	199,991
Mitsubishi Materials	19,400	511,899	Nomura Holdings Inc	721,900	2,767,454
Mitsubishi Motors Co	101,600	557,474	Nomura Real Estate H	24,800	454,793
Mitsubishi Tanabe Ph	35,900	515,358	Nomura Real Estate M	495	651,488
Mitsubishi Ufj Finan	1,893,100	9,277,858	Nomura Research Inst	45,207	1,674,944
Mitsubishi Ufj Lease	79,200	380,426	Nsk Ltd	32,800	283,411
Mitsui & Co Ltd	301,600	4,641,587	Ntt Data Corp	105,300	1,152,671
Mitsui Chemicals Inc	30,900	699,309	Ntt Docomo Inc	363,200	8,176,679
Mitsui Fudosan Co Lt	128,200	2,856,355	Obayashi Corp	132,100	1,195,601
Mitsui Osk Lines Ltd	18,000	393,255	Obic Co Ltd	15,500	1,196,601
Mitsui Sugar Co Ltd	10,300	261,173	Odakyu Electric Rail	43,100	947,521
Mixi Inc	14,000	293,488	Oji Holdings Corp	136,000	699,121
Mizuho Financial Gro	4,293,300	6,656,251	Olympus Corp	43,400	1,329,117
Monotaro Co Ltd	18,600	459,766	Omron Corp	25,800	939,443
Ms&Ad Insurance Grou	68,700	1,959,906	Ono Pharmaceutical C	55,600	1,135,920
Murata Manufacturing	26,000	3,542,817	Oracle Corp Japan	17,800	1,134,048
Nabtesco Corp	16,600	362,366	Oriental Land Co Ltd	28,600	2,880,464
Nagoya Railroad Co L	29,200	770,487	Orix Corp	195,600	2,860,505
Nec Corp	42,000	1,247,961	Osaka Gas Co Ltd	46,600	852,447
Nexon Co Ltd	67,300	865,518	Otsuka Corp	15,600	429,404
Ngk Insulators Ltd	39,800	540,510	Otsuka Holdings Co L	58,100	2,378,757
Ngk Spark Plug Co Lt	25,400	507,005	Panasonic Corp	328,600	2,966,880

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Park24 Co Ltd	20,700	454,885	Sony Corp	205,700	9,972,371
Persol Holdings Co L	40,400	600,946	Sony Financial Holdi	28,300	529,811
Pigeon Corp	18,900	808,782	Stanley Electric Co	60,500	1,698,401
Pola Orbis Holdings	16,400	443,651	Subaru Corp	85,800	1,844,800
Rakuten Inc	119,700	801,892	Sumco Corp	33,900	378,195
Recruit Holdings Co	159,000	3,854,898	Sumitomo Chemical Co	327,000	1,585,600
Renesas Electronics	90,200	411,065	Sumitomo Corp	234,300	3,334,636
Resona Holdings Inc	299,000	1,440,291	Sumitomo Dainippon P	22,700	722,080
Ricoh Co Ltd	111,400	1,092,526	Sumitomo Electric In	130,700	1,737,465
Rinnai Corp	6,200	408,568	Sumitomo Heavy Indus	27,900	830,274
Rohm Co Ltd	12,300	789,245	Sumitomo Metal Minin	32,800	881,025
Ryohin Keikaku Co Lt	3,600	870,838	Sumitomo Mitsui Fina	242,700	8,063,089
Sakai Moving Service	4,000	216,561	Sumitomo Mitsui Trus	47,100	1,724,904
Sankyo Co Ltd	9,500	361,505	Sumitomo Realty & De	50,700	1,859,979
Santen Pharmaceutica	58,400	843,145	Sumitomo Rubber Indu	27,500	325,594
Sbi Holdings Inc/Jap	31,480	619,185	Sumitomo Seika Chemi	3,700	142,146
Secom Co Ltd	33,800	2,802,522	Sundrug Co Ltd	14,000	417,263
Sega Sammy Holdings	29,500	412,997	Suntory Beverage & F	18,400	829,313
Seibu Holdings Inc	30,700	535,008	Suzuken Co Ltd/Aichi	11,000	559,450
Seiko Epson Corp	41,400	582,992	Suzuki Motor Corp	74,000	3,749,406
Sekisui Chemical Co	51,800	769,576	Sysmex Corp	23,700	1,138,179
Sekisui House Ltd	95,000	1,401,427	T&D Holdings Inc	81,700	951,671
Seven & I Holdings C	110,900	4,833,651	Taiheiyu Cement Corp	19,700	608,695
Seven Bank Ltd	286,100	818,807	Taisei Corp	28,500	1,220,891
Sg Holdings Co Ltd	6,700	174,225	Taisho Pharmaceutica	5,800	582,035
Sharp Corp/Japan	28,500	285,740	Taiyo Nippon Sanso C	29,500	482,637
Shimadzu Corp	37,300	738,759	Takashimaya Co Ltd	19,500	248,827
Shimamura Co Ltd	3,700	282,268	Takeda Pharmaceutica	104,100	3,514,438
Shimano Inc	10,300	1,455,134	Tdk Corp	20,100	1,408,823
Shimizu Corp	63,900	520,682	Teijin Ltd	30,200	483,354
Shin-Etsu Chemical C	78,700	6,111,509	Terumo Corp	44,100	2,482,849
Shinsei Bank Ltd	53,700	639,711	Thk Co Ltd	16,300	305,602
Shionogi & Co Ltd	41,400	2,364,421	Tobu Railway Co Ltd	29,700	801,818
Shiseido Co Ltd	55,400	3,476,545	Tocalo Co Ltd	35,600	274,832
Shizuoka Bank Ltd/Th	124,000	971,973	Toho Co Ltd/Tokyo	18,300	663,847
Showa Denko Kk	16,200	481,356	Toho Gas Co Ltd	13,400	565,483
Showa Shell Sekiyu K	32,900	460,597	Tohoku Electric Powe	52,000	686,761
Smc Corp/Japan	12,700	3,846,522	Tokai Carbon Co Ltd	26,000	295,748
Softbank Corp	69,600	860,207	Tokio Marine Holding	96,100	4,582,740
Softbank Group Corp	124,400	8,278,218	Tokyo Century Corp	3,000	131,659
Sohgo Security Servi	12,300	573,996	Tokyo Electric Power	227,700	1,353,146
Sompo Holdings Inc	53,400	1,815,936	Tokyo Electron Ltd	23,400	2,661,734

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Tokyo Gas Co Ltd	53,000	1,345,108	New Zealand		
Tokyu Corp	71,000	1,159,659	A2 Milk Co Ltd	101,681	750,004
Tokyu Fudosan Holdin	86,200	424,263	Auckland Internation	151,214	726,000
Toppan Printing Co L	26,500	390,079	Fisher & Paykel Heal	74,849	647,451
Toray Industries Inc	207,700	1,460,138	Fletcher Building Lt	137,701	450,597
Toshiba Corp	97,600	2,753,243	Meridian Energy Ltd	230,595	525,727
Tosoh Corp	76,800	1,000,994	Ryman Healthcare Ltd	66,006	475,356
Toto Ltd	17,400	603,445	Spark New Zealand Lt	282,013	783,836
Toyo Ink Sc Holdings	6,400	142,507			4,358,971
Toyo Seikan Group Ho	25,400	582,014	Norway		
Toyo Suisan Kaisha L	15,300	534,102	Aker Bp Asa	16,306	410,515
Toyoda Gosei Co Ltd	8,600	170,487	Dnb Asa	133,275	2,125,530
Toyota Boshoku Corp	25,900	387,149	Equinor Asa	288,064	6,109,487
Toyota Industries Co	20,900	965,803	Gjensidige Forsikrin	33,677	525,040
Toyota Motor Corp	344,420	20,106,739	Mowi Asa	62,709	1,322,016
Toyota Tsusho Corp	31,400	925,845	Norsk Hydro Asa	183,384	830,180
Trend Micro Inc/Japa	31,300	1,697,444	Orkla Asa	111,676	877,246
Tsuruha Holdings Inc	5,500	471,722	Salmar Asa	12,630	623,978
Ube Industries Ltd	17,700	359,598	Schibsted Asa	15,531	469,922
Ulvac Inc	6,400	185,791	Telenor Asa	243,221	4,701,986
Unicharm Corp	102,400	3,319,846	Tgs Nopec Geophysica	25,119	604,540
Uss Co Ltd	59,100	995,459	Yara International A	29,936	1,151,578
Utd Urban Invest Crp	412	639,133			19,752,017
Wakita & Co Ltd	29,600	301,625	Singapore		
Welcia Holdings Co L	3,300	148,735	Ascendas	444,162	834,229
West Japan Railway C	23,800	1,681,608	Capitaland Commercia	436,081	559,899
Yahoo Japan Corp	407,800	1,014,715	Capitaland Ltd	430,600	979,354
Yakult Honsha Co Ltd	16,000	1,124,368	Capitaland Mall Trus	376,200	623,780
Yamada Denki Co Ltd	102,400	490,930	City Developments Lt	75,000	446,809
Yamaguchi Financial	28,000	268,988	Comfortdelgro Corp L	778,300	1,227,693
Yamaha Corp	25,700	1,095,088	Dbx Group Holdings L	289,700	5,035,211
Yamaha Motor Co Ltd	40,100	787,271	Genting Singapore Lt	982,000	702,458
Yamanashi Chuo Bank	4,400	56,506	Golden Agri-Resource	1,342,000	241,225
Yamato Holdings Co L	50,400	1,386,845	Jardine Cycle & Carr	8,988	233,108
Yamazaki Baking Co L	23,000	483,207	Keppel Corp Ltd	195,900	849,427
Yaskawa Electric Cor	33,500	822,272	Oversea-Chinese Bank	446,667	3,683,446
Yokogawa Electric Co	36,300	627,305	Sats Ltd	88,100	301,208
Yokohama Rubber Co L	20,500	384,906	Sembcorp Industries	180,000	335,437
Zeon Corp	43,000	393,884	Singapore Airlines L	52,100	360,075
Zozo Inc	28,900	528,400	Singapore Exchange L	398,200	2,088,870
		514,885,550	Singapore Press Hold	247,911	427,433
			Singapore Technologi	244,200	625,281

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Singapore Telecommun	2,786,900	5,970,468	Volvo Ab	221,215	2,888,121
Suntec Reit	360,200	467,758			61,299,241
United Overseas Bank	189,663	3,418,943			
Uol Group Ltd	161,484	728,633	Switzerland		
Venture Corp Ltd	36,500	373,569	Abb Ltd	299,615	5,680,469
Wilmar International	248,600	569,062	Adecco Group Ag	21,555	1,004,282
Yangzijiang Shipbuil	1,305,300	1,187,507	Baloise Holding Ag	7,081	971,860
Yanlord Land Group L	126,000	112,781	Barry Callebaut Ag	320	496,977
		32,383,663	Chocoladefabriken Li	177	2,181,878
Sweden			Cie Financiere Riche	82,992	5,302,128
Alfa Laval Ab	53,377	1,141,791	Clariant Ag	48,381	887,820
Assa Abloy Ab	246,566	4,384,368	Credit Suisse Group	413,616	4,529,302
Atlas Copco Ab	297,532	6,939,196	Dormakaba Holding Ag	1,426	857,799
Boliden Ab	36,272	783,139	Dufry Ag	6,355	600,302
Electrolux Ab	36,608	770,904	Ems-Chemie Holding A	1,391	658,672
Epiroc Ab	190,454	1,755,969	Flughafen Zurich Ag	9,136	1,505,059
Essity Ab	88,276	2,159,643	Geberit Ag	5,403	2,094,773
Hennes & Mauritz Ab	135,625	1,932,682	Givaudan Sa	1,335	3,080,874
Hexagon Ab	35,581	1,636,209	Julius Baer Group Lt	33,919	1,204,266
Husqvarna Ab	74,043	548,359	Kuehne + Nagel Inter	14,761	1,891,169
Ica Gruppen Ab	10,948	391,942	Lafargeholcim Ltd	69,997	2,874,294
Industrivarden Ab	20,024	404,168	Lonza Group Ag	11,589	2,991,886
Investor Ab	75,081	3,170,631	Nestle Sa	537,494	43,498,969
Kinnevik Ab	41,522	997,557	Novartis Ag	405,880	34,593,272
L E Lundbergforetage	9,870	289,670	Pargesa Holding Sa	4,337	310,383
Lundin Petroleum Ab	27,923	696,355	Partners Group Holdi	2,456	1,482,370
Millicom Internation	9,059	571,689	Roche Holding Ag	133,359	32,920,392
Nordea Bank Abp	433,916	3,652,083	Schindler Holding Ag	8,602	1,687,111
Oriflame Holding Ag	8,709	193,613	Sgs Sa	1,705	3,820,599
Sandvik Ab	219,495	3,125,617	Sika Ag	18,780	2,371,790
Securitas Ab	46,921	750,453	Sonova Holding Ag	12,167	1,981,550
Skandinaviska Enskil	231,236	2,241,458	Straumann Holding Ag	1,867	1,170,426
Skanska Ab	43,392	687,647	Swatch Group Ag/The	8,790	1,648,812
Skf Ab	218,265	3,302,589	Swiss Life Holding A	4,841	1,858,713
Svenska Handelsbanke	231,837	2,557,416	Swiss Prime Site Ag	11,268	908,710
Swedbank Ab	139,187	3,099,029	Swiss Re Ag	44,310	4,048,042
Swedish Match Ab	53,670	2,107,247	Swisscom Ag	3,668	1,746,933
Tele2 Ab	68,174	867,761	Temenos Ag	8,331	995,529
Telefonaktiebolaget	456,095	3,998,231	Ubs Group Ag	721,539	8,951,536
Telia Co Ab	527,169	2,489,617	Vifor Pharma Ag	6,590	714,285
Thule Group Ab	41,946	764,087	Zurich Insurance Gro	29,473	8,759,983
Volvo Ab	221,215	2,888,121			192,283,215

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
United Kingdom			Gvc Holdings Plc	77,262	663,222
3I Group Plc	141,779	1,396,526	Halma Plc	32,024	552,239
Acacia Mining Plc	96,619	225,558	Hammerson Plc	126,953	532,598
Admiral Group Plc	26,395	684,771	Hargreaves Lansdown	44,603	1,046,373
Anglo American Plc	225,255	5,011,875	Hsbc Holdings Plc	3,053,004	25,149,554
Antofagasta Plc	43,321	432,120	Ig Group Holdings Pl	49,022	355,876
Ashtead Group Plc	75,108	1,565,914	Imi Plc	54,422	654,304
Associated British F	59,212	1,540,675	Imperial Brands Plc	169,650	5,135,893
Astrazeneca Plc	190,848	14,253,269	Informa Plc	156,370	1,254,662
Auto Trader Group Pl	98,175	567,787	Intercontinental Hot	25,469	1,372,747
Aviva Plc	572,479	2,737,804	Intertek Group Plc	36,710	2,244,184
Babcock Internationa	36,290	226,149	Investec Plc	97,515	546,210
Bae Systems Plc	469,635	2,746,599	Itv Plc	486,769	774,006
Barclays Plc	3,504,359	6,717,041	J Sainsbury Plc	245,270	827,796
Barratt Developments	236,763	1,394,327	John Wood Group Plc	90,104	580,897
Berkeley Group Holdi	29,721	1,316,894	Johnson Matthey Plc	30,886	1,098,666
Bhp Group Plc	416,118	8,743,407	Kingfisher Plc	278,676	736,107
Bp Plc	3,025,964	19,113,251	Land Securities Grou	105,606	1,081,916
British American Tob	383,830	12,221,143	Legal & General Grou	1,798,165	5,290,228
British Land Co	153,320	1,041,171	Lloyds Banking Group	10,829,762	7,140,522
Bt Group Plc	1,212,629	3,676,453	London Stock Exchang	45,070	2,330,486
Bunzl Plc	42,529	1,279,375	Marks & Spencer Grou	244,534	769,564
Burberry Group Plc	97,117	2,139,805	Meggitt Plc	131,216	785,950
Carnival Plc	25,270	1,210,113	Melrose Industries P	654,884	1,366,607
Centamin Plc	127,615	176,833	Merlin Entertainment	109,165	441,428
Centrica Plc	807,572	1,387,478	Micro Focus Internat	48,515	853,920
Close Brothers Group	30,201	553,881	Mondi Plc	47,982	998,229
Coca-Cola Hbc Ag	24,156	752,206	National Grid Plc	491,604	4,784,707
Compass Group Plc	242,519	5,080,946	Next Plc	36,795	1,870,266
Convatec Group Plc	135,395	239,432	Nmc Health Plc	14,123	492,126
Croda International	21,416	1,277,853	Paddy Power Betfair	4,996	407,226
Dcc Plc	13,417	1,020,147	Pearson Plc	107,287	1,281,416
Diageo Plc	462,979	16,480,714	Persimmon Plc	68,166	1,675,552
Direct Line Insuranc	206,145	836,210	Playtech Plc	50,017	245,124
Easyjet Plc	26,983	379,739	Prudential Plc	400,106	7,144,239
Experian Plc	132,679	3,218,223	Randgold Resources L	12,134	1,011,300
Ferguson Plc	34,967	2,231,151	Reckitt Benckiser Gr	102,031	7,811,092
Fresnillo Plc	30,666	335,883	Relx Plc	221,667	4,563,622
G4S Plc	252,011	632,133	Rightmove Plc	57,920	318,857
Glaxosmithkline Plc	1,016,180	19,299,206	Rio Tinto Plc	233,194	11,076,458
Glencore Plc	1,703,429	6,317,545	Rolls-Royce Holdings	10,613,800	2,537,034
Greggs Plc	30,319	488,470	Royal Bank Of Scotla	1,331,387	3,666,004

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Royal Dutch Shell Pl	1,444,311	42,685,130	Advanced Micro Devic	135,224	2,494,883
Royal Mail Plc	139,265	482,618	Aercap Holdings Nv	21,141	836,972
Rsa Insurance Group	128,272	835,786	Aes Corp/Va	123,575	1,786,895
Rws Holdings Plc	27,344	166,813	Affiliated Managers	25,502	2,483,640
Sage Group Plc/The	403,571	3,088,039	Aflac Inc	186,586	8,500,858
Schroders Plc	20,578	640,265	Agilent Technologies	46,065	3,107,084
Segro Plc	150,874	1,131,013	Agnc Investment Corp	85,023	1,490,453
Severn Trent Plc	40,843	943,600	Air Products & Chemi	41,597	6,658,016
Shire Plc	139,617	8,001,727	Akamai Technologies	24,702	1,509,045
Smith & Nephew Plc	181,163	3,377,874	Albemarle Corp	15,689	1,209,151
Smiths Group Plc	190,148	3,298,388	Alexandria Real Est	17,396	2,004,715
Spectris Plc	48,266	1,400,937	Alexion Pharmaceutic	31,965	3,113,711
Sse Plc	157,459	2,166,832	Align Technology Inc	11,447	2,397,918
St James'S Place Plc	83,917	1,007,633	Alkermes Plc	21,717	640,652
Standard Chartered P	586,442	4,550,815	Alleghany Corp	2,451	1,524,571
Standard Life Aberde	313,729	1,025,084	Allegion Plc	35,763	2,849,953
Synthomer Plc	110,936	504,681	Allergan Plc	51,393	6,867,647
Taylor Wimpey Plc	415,752	721,446	Alliance Data System	6,949	1,042,836
Tesco Plc	1,516,699	3,672,099	Alliant Energy Corp	38,561	1,628,431
Tui Ag	49,871	713,599	Allison Transmission	47,378	2,079,894
Tullow Oil Plc	94,725	216,069	Allstate Corp/The	51,072	4,221,101
Unilever Plc	232,292	12,154,874	Ally Financial Inc	66,402	1,504,005
United Utilities Gro	102,454	959,589	Alnylam Pharmaceutic	12,579	917,009
Victrex Plc	33,063	956,717	Alphabet Inc	105,802	110,163,069
Vodafone Group Plc	4,041,262	7,869,686	Altria Group Inc	356,305	17,594,341
Weir Group Plc/The	35,529	587,341	Amazon.Com Inc	68,202	102,528,749
Whitbread Plc	23,650	1,379,224	Amc Networks Inc	14,800	812,076
Wm Morrison Supermar	358,360	973,288	Amdocs Ltd	47,665	2,791,262
Worldpay Inc	11,003	847,812	Amerco	1,164	379,988
WPP Plc	288,435	3,109,991	Ameren Corp	36,849	2,402,923
		373,888,257	American Airlines Gr	16,825	540,251
			American Electric Po	74,332	5,554,830
United States			American Equity Inve	5,188	144,901
3M Co	107,867	20,546,506	American Express Co	108,911	10,379,218
Abbott Laboratories	262,612	18,992,100	American Financial G	25,143	2,274,436
Abbvie Inc	298,502	27,515,914	American Internation	135,304	5,330,978
Abiomed Inc	6,045	1,965,713	American National In	2,058	261,860
Accenture Plc	101,415	14,299,515	American Tower-Reits	65,465	10,357,218
Activision Blizzard	110,442	5,146,597	American Water Works	25,706	2,333,334
Acuity Brands Inc	6,652	764,448	Ameriprise Financial	20,958	2,187,596
Adobe Inc	84,990	19,239,186	Amerisourcebergen Co	25,364	1,887,082
Advance Auto Parts I	11,347	1,786,358	Ametek Inc	55,069	3,728,171

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Amgen Inc	129,046	25,130,418	Becton Dickinson And	40,731	9,174,658
Amphenol Corp	54,931	4,448,312	Bed Bath & Beyond In	24,800	280,488
Anadarko Petroleum C	74,705	3,275,067	Beigene Ltd	5,176	726,038
Analog Devices Inc	59,104	5,075,852	Berkshire Hathaway I	203,980	41,687,393
Annaly Mortgage Mgmt	174,805	1,714,837	Best Buy Co Inc	37,676	1,994,944
Ansys Inc	19,515	2,789,474	Biogen Inc	39,764	11,961,011
Antero Resources Cor	36,147	339,059	Biomarin Pharmaceuti	26,989	2,300,003
Anthem Inc	38,939	10,226,160	Blackrock Inc	18,150	7,133,132
Ao Smith Corp	23,620	1,010,227	Boeing Co/The	82,513	26,599,716
Aon Plc	36,446	5,298,155	Bok Financial Corp	3,300	241,956
Apache Corp	65,146	1,709,431	Booking Holdings Inc	7,150	12,318,378
Apple Hospitality Re	18,900	269,325	Borgwarner Inc	51,892	1,802,209
Apple Inc	818,278	129,230,645	Boston Properties	22,172	2,495,015
Applied Materials In	177,773	5,823,843	Boston Scientific Co	210,353	7,429,668
Aptiv Plc	38,381	2,361,583	Brighthouse Financia	12,955	394,739
Aramark	33,451	968,406	Bristol-Myers Squibb	344,934	17,922,771
Arch Capital Group L	61,270	1,637,134	British American Tob	34,498	1,098,761
Archer-Daniels-Midla	80,157	3,283,231	Broadcom Inc	64,712	16,454,320
Arconic Inc	55,128	928,907	Broadridge Financial	25,857	2,489,512
Arista Networks Inc	7,362	1,550,879	Brookfield Property	30,575	492,258
Arrow Electronics In	11,963	824,729	Brown-Forman Corp	37,246	1,771,792
Arthur J Gallagher &	26,258	1,934,952	Buckle Inc/The	16,790	324,719
Assurant Inc	8,073	721,807	Bunge Ltd	21,805	1,165,041
Assured Guaranty Ltd	8,800	336,864	Burlington Stores In	10,412	1,692,783
At&T Inc	1,143,604	32,627,022	Cabot Oil & Gas Corp	70,632	1,578,625
Athene Holding Ltd	57,305	2,281,885	Cadence Design Syste	43,211	1,878,814
Atmos Energy Corp	15,701	1,455,797	Camden Property Tst	11,809	1,039,546
Autodesk Inc	33,648	4,331,844	Campbell Soup Co	24,253	799,621
Autoliv Inc	11,826	830,658	Capital One Financia	92,576	6,995,043
Automatic Data Proce	86,232	11,311,051	Capri Holdings Ltd	33,043	1,252,991
Autozone Inc	5,425	4,548,537	Carbo Ceramics Inc	26,400	91,608
Avalonbay Communitie	20,636	3,591,077	Cardinal Health Inc	44,838	1,999,326
Avery Dennison Corp	11,789	1,058,770	Carmax Inc	24,265	1,522,143
Axa Equitable Holdin	45,169	750,257	Carnival Corp	67,017	3,304,608
Axalta Coating Syste	29,975	702,015	Carter'S Inc	4,400	359,172
Baker Hughes A Ge Co	65,634	1,410,475	Caterpillar Inc	94,043	11,947,223
Ball Corp	45,428	2,088,325	Cbl & Associates Prp	46,800	89,388
Bank Of America Corp	1,671,355	41,215,614	Cboe Global Markets	17,113	1,673,480
Bank Of Hawaii Corp	4,000	269,240	Cbre Group Inc	48,503	1,941,575
Bank Of New York Mel	151,410	7,128,383	Cbs Corp	48,446	2,117,575
Baxter International	77,704	5,115,254	Cdk Global Inc	63,258	3,029,426
Bb&T Corp	128,431	5,563,631	Cdw Corp/De	21,065	1,707,318

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Celanese Corp	33,999	3,057,530	Conocophillips	170,863	10,653,308
Celgene Corp	125,721	8,066,259	Consolidated Edison	45,590	3,484,444
Centene Corp	31,648	3,649,964	Constellation Brands	24,703	3,972,489
Centerpoint Energy I	85,277	2,407,370	Continental Resource	15,246	612,584
Centurylink Inc	151,260	2,291,589	Cooper Cos Inc/The	7,639	1,944,049
Cerner Corp	71,526	3,750,108	Copart Inc	38,068	1,817,366
Cf Industries Holdin	31,401	1,365,944	Corning Inc	120,776	3,647,435
Ch Robinson Worldwid	19,151	1,610,408	Costar Group Inc	5,852	1,972,124
Charles Schwab Corp/	185,208	7,693,540	Costco Wholesale Cor	65,394	13,322,720
Charter Communicatio	23,832	6,792,597	Coty Inc	66,106	432,994
Check Point Software	33,156	3,403,463	Crown Castle Interna	62,021	6,737,961
Chemed Corp	1,600	452,944	Crown Holdings Inc	21,419	890,174
Chemours Co/The	36,948	1,042,303	Csx Corp	124,199	7,715,242
Cheniere Energy Inc	28,209	1,668,562	Cummins Inc	32,125	4,293,828
Chevron Corp	318,321	34,636,508	Curtiss-Wright Corp	4,200	428,904
Chico'S Fas Inc	25,500	143,055	Cvs Health Corp	212,289	13,909,175
Chipotle Mexican Gri	3,991	1,723,274	Dairy Farm Internati	67,300	607,719
Chubb Ltd	68,959	8,909,503	Danaher Corp	94,900	9,783,241
Church & Dwight Co I	37,838	2,488,605	Darden Restaurants I	19,105	1,907,252
Cigna Corp	72,934	13,857,460	Davita Inc	21,256	1,093,621
Cimarex Energy Co	12,935	797,313	Deere & Co	46,652	6,957,213
Cincinnati Financial	22,417	1,735,524	Dell Technologies In	18,652	904,062
Cintas Corp	12,832	2,155,904	Delphi Technologies	10,500	150,255
Cirrus Logic Inc	8,752	290,391	Delta Air Lines Inc	26,132	1,303,987
Cisco Systems Inc	891,726	38,700,908	Deluxe Corp	22,500	864,900
Cit Group Inc	14,244	544,833	Dentsply Sirona Inc	33,753	1,255,612
Citigroup Inc	434,442	22,608,362	Devon Energy Corp	72,385	1,631,558
Citizens Financial G	69,585	2,067,370	Dexcom Inc	12,664	1,517,147
Citrix Systems Inc	20,866	2,137,722	Diamond Offshore Dri	37,200	350,796
Clorox Co/The	29,196	4,499,688	Diamondback Energy I	25,117	2,329,602
Cme Group Inc	53,230	10,013,095	Digital Realty Trust	31,312	3,336,294
Cms Energy Corp	45,552	2,260,746	Discover Financial S	69,712	4,111,614
Cna Financial Corp	12,100	534,215	Discovery Inc	71,658	1,704,321
Coca-Cola Co/The	642,695	30,418,754	Dish Network Corp	32,655	815,069
Cognex Corp	23,868	922,737	Dollar General Corp	39,705	4,292,111
Cognizant Technology	136,989	8,697,432	Dollar Tree Inc	36,957	3,337,587
Colgate-Palmolive Co	172,286	10,254,463	Dominion Energy Inc	99,690	7,125,841
Comcast Corp	760,919	25,909,292	Domino'S Pizza Inc	7,028	1,741,398
Comerica Inc	39,771	2,731,075	Dover Corp	35,608	2,526,388
Commscope Holding Co	28,582	468,173	Dowdupont Inc	348,087	18,612,212
Conagra Brands Inc	69,992	1,494,329	Dr Horton Inc	55,982	1,939,776
Concho Resources Inc	31,301	3,217,117	Dte Energy Co	26,193	2,889,088

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Duke Energy Corp	106,599	9,197,362	Fidelity National In	49,889	5,113,124
Duke Realty Corp	55,301	1,431,743	Fifth Third Bancorp	181,891	4,279,895
Dxc Technology Co	41,579	2,210,755	First Data Corp	79,139	1,336,658
E*Trade Financial Co	37,999	1,667,776	First Republic Bank/	22,963	1,996,403
East West Bancorp In	19,239	836,897	Firstenergy Corp	76,032	2,853,481
Eastman Chemical Co	19,911	1,455,892	Fiserv Inc	90,401	6,647,186
Eaton Corp Plc	82,937	5,694,454	Fleetcor Technologie	22,147	4,112,476
Eaton Vance Corp	15,010	527,902	Flex Ltd	71,885	546,326
Ebay Inc	282,709	7,938,469	Flir Systems Inc	23,510	1,023,390
Ecolab Inc	37,844	5,576,313	Flowserve Corp	17,709	673,296
Edgewell Personal Ca	11,600	433,144	Fluor Corp	18,516	596,030
Edison International	48,674	2,761,763	Fmc Corp	17,965	1,328,332
Edwards Lifesciences	31,858	4,880,008	Foot Locker Inc	12,000	638,400
Electronic Arts Inc	44,279	3,493,613	Ford Motor Co	635,570	4,855,755
Eli Lilly & Co	181,650	21,020,538	Fortinet Inc	23,675	1,667,194
Emerson Electric Co	162,960	9,740,119	Fortive Corp	60,732	4,109,127
Entergy Corp	25,782	2,218,541	Fortune Brands Home	24,197	919,244
Eog Resources Inc	88,412	7,710,411	Franklin Resources I	116,831	3,465,207
Equifax Inc	23,693	2,206,529	Freeport-Mcmoran Inc	202,504	2,085,791
Equinix Inc	12,121	4,274,228	Gap Inc/The	54,455	1,402,216
Equity Residential	53,940	3,559,501	Garmin Ltd	73,009	4,622,930
Essent Group Ltd	9,300	317,781	Gartner Inc	12,127	1,549,831
Essex Pty Trust Inc	9,269	2,272,944	Generac Holdings Inc	16,100	800,170
Estee Lauder Cos Inc	33,261	4,326,258	General Dynamics Cor	46,832	7,361,522
Everest Re Group Ltd	8,968	1,952,513	General Electric Co	1,309,701	9,901,340
Evergy Inc	43,192	2,452,010	General Mills Inc	84,436	3,287,938
Eversource Energy	46,157	3,001,590	General Motors Co	185,832	6,214,222
Exelon Corp	145,061	6,540,800	Gentex Corp	56,328	1,138,389
Expedia Group Inc	18,685	2,106,547	Genuine Parts Co	21,706	2,083,125
Expeditors Internati	24,350	1,658,479	Gilead Sciences Inc	245,083	15,339,745
Extra Space Storage	18,790	1,699,743	Global Payments Inc	23,829	2,457,485
Exxon Mobil Corp	734,522	50,101,746	Godaddy Inc	27,519	1,804,421
F5 Networks Inc	8,508	1,378,551	Goldman Sachs Group	75,071	12,542,112
Facebook Inc	397,344	52,171,267	Goodyear Tire & Rubb	33,563	685,021
Factset Research Sys	4,300	860,516	Graco Inc	15,900	665,097
Fair Isaac Corp	3,800	710,372	Grubhub Inc	13,511	1,036,699
Fastenal Co	40,321	2,107,982	H&R Block Inc	87,085	2,209,346
Federal Realty Invs	10,508	1,240,364	Halliburton Co	129,298	3,434,155
Federated Investors	42,200	1,120,410	Hanesbrands Inc	48,962	613,004
Fedex Corp	38,393	6,190,871	Harley-Davidson Inc	21,591	736,469
Fgl Holdings	29,800	198,468	Harris Corp	17,653	2,376,800
Fidelity National Fi	41,286	1,297,206	Hartford Financial S	54,573	2,424,678

Fundu Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Hasbro Inc	43,017	3,495,131	Invitation Homes Inc	49,699	997,459
Hca Healthcare Inc	40,567	5,048,157	Ipg Photonics Corp	4,944	559,859
Hd Supply Holdings I	21,923	822,332	Iqvia Holdings Inc	25,075	2,913,214
Health Care Pptys	62,022	1,731,654	Iron Mtn Inc	36,635	1,186,974
Heico Corp	4,700	364,109	Ituran Location And	7,300	232,286
Helmerich & Payne In	13,428	643,604	Jack Henry & Associa	12,062	1,526,567
Henry Schein Inc	22,571	1,773,403	Jacobs Engineering G	16,397	958,569
Hershey Co/The	38,689	4,147,461	Jardine Matheson Hol	28,500	1,927,455
Hess Corp	42,060	1,702,589	Jardine Strategic Ho	30,200	1,108,642
Hewlett Packard Ente	278,789	3,680,015	Jazz Pharmaceuticals	9,456	1,171,220
Hilton Worldwide Hol	46,286	3,323,798	Jb Hunt Transport Se	11,901	1,107,269
Hollyfrontier Corp	28,637	1,463,637	Jm Smucker Co/The	15,275	1,427,907
Hologic Inc	42,758	1,756,499	Johnson & Johnson	479,282	61,856,135
Home Depot Inc/The	184,812	31,767,335	Johnson Controls Int	133,754	3,965,806
Honeywell Internatio	129,096	17,052,291	Jones Lang Lasalle I	5,664	716,836
Hongkong Land Holdin	147,900	931,770	Jpmorgan Chase & Co	607,504	59,365,291
Hormel Foods Corp	45,523	1,942,922	Juniper Networks Inc	56,197	1,512,261
Host Hotels & Resort	110,186	1,836,801	Kansas City Southern	14,526	1,386,652
Hp Inc	234,164	4,790,995	Kellogg Co	68,743	3,922,476
Hubbell Inc	19,000	1,887,080	Keycorp	253,236	3,740,296
Humana Inc	20,429	5,854,339	Keysight Technologie	24,996	1,551,252
Huntington Bancshare	169,636	2,020,365	Kimberly-Clark Corp	85,298	9,721,413
Huntington Ingalls I	6,672	1,270,015	Kimco Realty Corpora	69,668	1,020,636
Iac/Interactivecorp	11,883	2,175,302	Kinder Morgan Inc/De	285,795	4,392,669
Idex Corp	21,960	2,769,815	Kla-Tencor Corp	34,330	3,075,625
Idexx Laboratories I	14,547	2,705,306	Kohl'S Corp	30,167	2,000,977
Ihs Markit Ltd	60,689	2,913,072	Kraft Heinz Co/The	92,851	3,994,450
Illinois Tool Works	74,770	9,470,368	Kroger Co/The	127,935	3,516,933
Illumina Inc	22,193	6,657,900	L Brands Inc	32,671	838,011
Incyte Corp	26,922	1,711,701	L3 Technologies Inc	11,766	2,043,284
Ingersoll-Rand Plc	37,916	3,457,560	Laboratory Corp Of A	14,493	1,831,480
Ingredion Inc	17,577	1,606,538	Lam Research Corp	30,664	4,175,517
Intel Corp	861,167	40,431,791	Lamb Weston Holdings	31,417	2,311,035
Intercontinental Exc	83,681	6,302,016	Las Vegas Sands Corp	65,531	3,410,889
International Busine	158,878	18,050,130	Lear Corp	21,024	2,582,798
International Flavor	31,479	4,225,741	Leggett & Platt Inc	48,966	1,754,941
International Paper	59,145	2,386,501	Leidos Holdings Inc	24,321	1,281,960
International Seaway	17,400	293,190	Lennar Corp	50,765	1,987,450
Interpublic Group Of	53,744	1,108,739	Lennox International	5,009	1,095,568
Intuit Inc	44,328	8,724,194	Leucadia National Co	50,360	873,746
Intuitive Surgical I	17,306	8,289,401	Liberty Broadband Co	15,912	1,145,982
Invesco Ltd	146,582	2,453,783	Liberty Global Plc	107,400	2,233,285

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Liberty Media Corp-L	74,428	2,518,918	Microsoft Corp	1,241,922	126,253,791
Liberty Ppty Tst	24,283	1,016,972	Mid-America Apartmnt	15,261	1,460,020
Lincoln National Cor	76,302	3,913,530	Middleby Corp/The	8,183	840,558
Linde Plc	61,283	9,565,663	Mks Instruments Inc	6,300	407,232
Live Nation Entertai	25,491	1,255,177	Mohawk Industries In	8,634	1,009,315
Lkq Corp	47,793	1,133,650	Molson Coors Brewing	25,548	1,434,776
Lockheed Martin Corp	41,213	10,791,212	Mondelez Internation	219,562	8,786,871
Loews Corp	41,564	1,891,162	Monster Beverage Cor	59,768	2,940,586
Louisiana-Pacific Co	26,600	590,786	Moody'S Corp	25,815	3,615,133
Lowe'S Cos Inc	145,292	13,416,263	Morgan Stanley	250,956	9,952,915
Lululemon Athletica	16,265	1,979,125	Mosaic Co/The	51,185	1,494,602
Lyondellbasell Indus	62,757	5,219,500	Motorola Solutions I	22,644	2,604,060
M&T Bank Corp	19,415	2,778,869	Msc Industrial Direc	20,200	1,553,582
Macerich Co	14,034	607,392	Msci Inc	12,894	1,900,962
Macy'S Inc	58,305	1,735,740	Mylan Nv	125,336	3,435,460
Manpowergroup Inc	8,371	542,441	Nasdaq Inc	15,530	1,266,316
Marathon Oil Corp	119,592	1,713,753	National Oilwell Var	53,382	1,370,850
Marathon Petroleum C	131,092	7,734,428	National Retail Prop	21,226	1,029,673
Markel Corp	2,141	2,215,935	National Western Lif	600	179,754
Marriott Internation	44,555	4,836,445	Nektar Therapeutics	21,851	718,024
Marsh & McLennan Cos	76,553	6,102,805	Netapp Inc	40,047	2,390,806
Martin Marietta Mate	9,577	1,645,999	Netflix Inc	65,563	17,545,970
Marvell Technology G	111,974	1,811,739	Newell Brands Inc	71,098	1,321,001
Masco Corp	43,715	1,278,227	Newmont Mining Corp	79,798	2,764,203
Mastercard Inc	156,588	29,538,760	News Corp	57,949	657,142
Mattel Inc	56,854	567,403	Nextera Energy Inc	70,166	12,196,956
Maxim Integrated Pro	90,182	4,585,755	Nielsen Holdings Plc	51,020	1,190,297
Mccormick & Co Inc/M	18,103	2,520,662	Nike Inc	227,254	16,844,066
Mcdonald'S Corp	125,379	22,262,295	Nisource Inc	50,096	1,270,435
Mckesson Corp	38,424	4,244,699	Ngermany Corp Plc	83,200	217,152
Mednax Inc	9,000	296,910	Ngermany Energy Inc	68,424	1,283,634
Medtronic Plc	235,766	21,447,633	Nordstrom Inc	21,058	981,092
Melco Resorts & Ente	34,219	603,281	Norfolk Southern Cor	56,740	8,484,332
Mercadolibre Inc	6,433	1,883,582	Northern Trust Corp	32,581	2,723,120
Merck & Co Inc	472,568	36,132,549	Northrop Grumman Cor	24,270	5,942,995
MetLife Inc	125,808	5,165,676	Norwegian Cruise Lin	30,719	1,301,564
Mettler-Toledo Inter	3,737	2,112,040	Nrg Energy Inc	43,467	1,720,859
Mgm Resorts Internat	85,168	2,065,324	Nucor Corp	45,680	2,366,224
Michaels Cos Inc/The	16,900	228,657	Nvidia Corp	91,292	12,186,569
Micro Focus Internat	17,582	302,586	Nvr Inc	438	1,066,442
Microchip Technology	32,688	2,352,882	Nxp Semiconductors N	53,751	3,938,336
Micron Technology In	221,430	7,023,760	Occidental Petroleum	117,173	7,192,079

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Oge Energy Corp	34,422	1,348,654	Pvh Corp	11,587	1,077,012
Old Dominion Freight	10,264	1,267,399	Qorvo Inc	17,969	1,091,078
Omnicom Group Inc	53,850	3,944,513	Qualcomm Inc	281,965	16,046,628
On Semiconductor Cor	77,320	1,276,553	Quest Diagnostics In	59,036	4,916,518
Oneok Inc	65,353	3,524,487	Qurate Retail Inc	60,281	1,176,082
Oracle Corp	562,013	25,374,887	Ralph Lauren Corp	6,737	697,010
O'Reilly Automotive	12,032	4,142,858	Raymond James Financ	19,517	1,452,260
Overseas Shipholding	48,200	80,012	Raytheon Co	56,732	8,697,583
Owens Corning	13,692	602,037	Reality Income Corp	43,641	2,751,565
Paccar Inc	51,262	2,929,623	Red Hat Inc	26,064	4,575,014
Packaging Corp Of Am	36,812	3,071,961	Regency Centres Corp	25,529	1,497,786
Palo Alto Networks I	12,985	2,445,595	Regeneron Pharmaceut	12,253	4,576,986
Park Hotels & Resort	12,300	319,185	Regions Financial Co	169,629	2,267,940
Parker-Hannifin Corp	19,598	2,922,258	Reinsurance Group Of	8,834	1,238,792
Parsley Energy Inc	51,188	816,960	Renaissancere Holdin	9,624	1,286,633
Paychex Inc	106,459	6,938,998	Renewable Energy Gro	22,900	588,530
Paypal Holdings Inc	168,799	14,204,436	Republic Services In	32,965	2,376,777
Pentair Plc	19,673	743,246	Resmed Inc	33,646	3,831,606
People'S United Fina	58,090	837,658	Robert Half Internat	17,818	1,019,368
Pepsico Inc	257,823	28,476,550	Rockwell Automation	25,167	3,787,130
Perrigo Co Plc	18,931	733,387	Rollins Inc	17,551	633,065
Pfizer Inc	1,074,826	46,905,407	Roper Technologies I	15,728	4,189,939
Pg&E Corp	84,779	2,012,653	Ross Stores Inc	67,192	5,590,374
Philip Morris Intern	281,367	18,784,061	Royal Caribbean Crui	23,887	2,335,432
Phillips 66	67,662	5,829,081	S&P Global Inc	36,807	6,254,982
Pinnacle West Capita	14,900	1,269,182	Sabre Corp	39,923	863,534
Pioneer Natural Reso	24,342	3,201,460	Salesforce.Com Inc	108,656	14,881,526
Pitney Bowes Inc	32,243	190,556	Sally Beauty Holding	26,190	446,278
Plains Gp Holdings L	20,578	413,618	Sba Communications C	17,414	2,819,675
Pnc Financial Servic	96,907	11,325,521	Scana Corp	19,317	922,966
Polaris Industries I	8,186	627,784	Schlumberger Ltd	215,939	7,806,195
Ppg Industries Inc	35,317	3,610,457	Scorpio Tankers Inc	59,800	104,650
Ppl Corp	105,550	2,989,176	Seagate Technology P	57,650	2,225,867
Principal Financial	99,542	4,399,756	Sealed Air Corp	25,393	884,692
Procter & Gamble Co/	447,301	41,124,854	Seattle Genetics Inc	14,583	825,835
Progressive Corp/The	88,104	5,315,314	Sei Investments Co	20,722	957,149
Prologis Inc	93,875	5,513,279	Sempra Energy	42,949	4,646,652
Prudential Financial	60,854	4,962,644	Sensata Technologies	24,002	1,076,010
Ptc Inc	18,109	1,501,236	Servicenow Inc	27,503	4,892,784
Public Service Enter	77,966	4,057,351	Sherwin-Williams Co/	12,385	4,872,135
Public Storage Inc	22,927	4,639,966	Signature Bank/New Y	7,194	739,543
Pultegroup Inc	49,032	1,273,851	Signet Jewelers Ltd	7,600	241,452
			Simon Property Group	46,022	7,731,696
			Sinclair Broadcast G	10,600	279,098
			Sirius Xm Holdings I	238,567	1,359,832
			Skyworks Solutions I	25,565	1,713,111

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
SI Green Realty Corp	14,852	1,174,645	Toll Brothers Inc	8,700	286,404
Snap-On Inc	16,279	2,364,362	Torchmark Corp	16,378	1,220,652
Sonoco Products Co	17,619	935,745	Toro Co/The	15,700	876,688
Southern Co/The	153,839	6,755,070	Total System Service	54,551	4,434,451
Southwest Airlines C	19,800	920,502	Tractor Supply Co	17,669	1,474,125
Spirit Aerosystems H	18,159	1,307,811	Transdigm Group Inc	6,980	2,372,572
Splunk Inc	20,593	2,162,265	Transocean Ltd	64,900	450,406
Sprint Corp	121,688	705,790	Transunion	33,224	1,887,123
Square Inc	44,885	2,515,804	Travelers Cos Inc/Th	39,366	4,713,291
Ss&C Technologies Ho	29,837	1,345,649	Trimble Inc	38,126	1,254,727
Stanley Black & Deck	22,992	2,753,292	Tripadvisor Inc	19,180	1,034,761
Starbucks Corp	200,513	12,917,047	Tupperware Brands Co	18,238	575,227
State Street Corp	79,550	5,017,219	Twenty-First Century	220,464	10,587,895
Steel Dynamics Inc	32,406	973,476	Twitter Inc	97,598	2,803,991
Stryker Corp	62,370	9,776,498	Tyson Foods Inc	44,209	2,361,203
Suntrust Banks Inc	66,442	3,351,999	Udr Inc	42,102	1,668,081
Svb Financial Group	7,612	1,444,529	Ugi Corp	25,304	1,349,462
Swift Transportation	23,452	587,707	Ulta Beauty Inc	8,461	2,071,591
Symantec Corp	91,392	1,726,395	Under Armour Inc	60,477	1,022,810
Synchrony Financial	142,469	3,340,898	Union Pacific Corp	110,745	15,303,852
Synopsys Inc	20,847	1,757,402	Unit Corp	8,300	118,441
Sysco Corp	71,336	4,470,627	United Continental H	12,258	1,025,995
T Rowe Price Group I	47,486	4,384,857	United Parcel Servic	103,912	10,133,498
Take-Two Interactive	15,191	1,564,673	United Rentals Inc	11,830	1,212,930
Tapestry Inc	38,232	1,289,565	United Technologies	123,567	13,153,707
Targa Resources Corp	32,407	1,167,300	United Therapeutics	11,950	1,301,355
Target Corp	73,457	4,854,773	Unitedhealth Group I	160,553	40,004,991
Td Ameritrade Holdin	42,889	2,099,417	Universal Health Ser	12,165	1,417,952
Te Connectivity Ltd	105,471	7,979,936	Universal Insurance	7,115	269,730
Technipfmc Plc	53,402	1,045,611	Unum Group	74,037	2,175,207
Teleflex Inc	6,255	1,615,416	Us Bancorp	252,708	11,551,283
Tenneco Inc	8,300	227,254	Usana Health Science	4,600	541,604
Tesla Inc	18,804	6,259,476	Vail Resorts Inc	7,011	1,478,059
Teva Pharmaceutical	74,241	1,144,796	Valero Energy Corp	78,806	5,908,874
Texas Instruments In	158,209	14,950,751	Varian Medical Syste	29,781	3,374,485
Textron Inc	37,650	1,731,147	Veeva Systems Inc	15,769	1,408,645
Thermo Fisher Scient	62,221	13,920,704	Ventas Inc	56,886	3,333,520
Third Point Reinsura	38,000	366,320	Vereit Inc	145,901	1,043,192
Thor Industries Inc	10,400	540,904	Verisign Inc	16,682	2,474,274
Tiffany & Co	25,550	2,056,520	Verisk Analytics Inc	31,291	3,411,658
Tjx Cos Inc/The	202,141	9,043,788	Verizon Communicatio	708,923	39,848,562
T-Mobile Us Inc	51,510	3,278,096	Vertex Pharmaceutica	37,111	6,149,664

Fundo Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
Vf Corp	48,500	3,459,020	Xylem Inc/Ny	30,189	2,014,210
Viacom Inc	87,476	2,247,258	Yum! Brands Inc	46,234	4,250,292
Visa Inc	310,193	40,936,170	Zayo Group Holdings	23,211	529,675
Vistra Energy Corp	41,916	959,038	Zillow Group Inc	19,565	617,863
Vmware Inc	19,051	2,611,321	Zimmer Biomet Holdin	29,117	3,019,724
Vornado Realty Trst	24,077	1,493,496	Zions Bancorporation	33,424	1,361,360
Voya Financial Inc	24,813	995,994	Zoetis Inc	73,430	6,280,468
Vulcan Materials Co	19,383	1,914,071			3,771,002,613
Wabco Holdings Inc	7,236	776,495			
Wabtec Corp	11,289	792,714	Total equity securities		6,118,649,255
Walgreens Boots Alli	132,880	9,083,677			
Walmart Inc	219,802	20,472,358			
Walt Disney Co/The	266,740	29,250,708			
Waste Connections In	38,047	2,824,609			
Waste Management Inc	63,159	5,620,519			
Waters Corp	16,714	3,152,929			
Watsco Inc	2,600	361,660			
Wayfair Inc	9,154	824,501			
Wec Energy Group Inc	47,516	3,290,008			
Wellcare Health Plan	7,686	1,814,588			
Wells Fargo & Co	845,116	38,951,396			
Welltower Inc	55,020	3,817,838			
Western Digital Corp	77,690	2,872,976			
Western Union Co/The	66,106	1,127,768			
Westlake Chemical Co	8,494	561,963			
Westrock Co	35,631	1,345,070			
Weyerhaeuser Co	112,730	2,462,023			
Whirlpool Corp	10,541	1,126,200			
Whiting Petroleum Co	15,100	342,619			
Williams Cos Inc/The	188,331	4,150,815			
Willis Towers Watson	19,592	2,973,870			
Wix.Com Ltd	8,235	744,115			
Workday Inc	22,308	3,560,803			
Worldpay Us Inc	33,166	2,533,219			
Wp Carey Inc	27,638	1,805,314			
Wr Berkley Corp	12,433	918,053			
Ww Grainger Inc	7,577	2,139,442			
Wynn Resorts Ltd	13,340	1,319,459			
Xcel Energy Inc	75,942	3,740,903			
Xerox Corp	37,886	748,249			
Xilinx Inc	54,813	4,672,808			
Xpo Logistics Inc	17,464	996,147			

Fundus Petrolífero de Timor-Leste
Notas às demonstrações financeiras
Para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2018

23. Lista de aplicações financeiras avaliados através dos resultados (continuação)

(c) Derivados

Títulos	Quantidade	Valor Justo	Títulos	Quantidade	Valor Justo
United States equity futures			Sell DKK:Buy USD 11/01/19	- 73,809,000	- 11,315,690
MSCI Eafe Equity Ind	321	- 1,111,463	Sell EUR:Buy AUD 31/01/19	- 2,293,533	- 2,628,611
S&P500 Emini Fut Equ	32	- 241,520	Sell EUR:Buy CAD 31/01/19	- 1,177,540	- 1,349,574
		- 1,352,983	Sell EUR:Buy CHF 31/01/19	- 1,148,158	- 1,315,900
Buy AUD:Sell EUR 31/01/19	3,730,735	2,628,133	Sell EUR:Buy DKK 31/01/19	- 248,699	- 285,034
Buy AUD:Sell USD 02/01/19	1,402,114	987,088	Sell EUR:Buy GBP 31/01/19	- 12,515,516	- 14,343,990
Buy AUD:Sell USD 11/01/19	7,859,000	5,533,847	Sell EUR:Buy JPY 31/01/19	- 2,064,569	- 2,366,196
Buy CAD:Sell EUR 31/01/19	1,841,344	1,349,249	Sell EUR:Buy NOK 31/01/19	- 1,022,573	- 1,171,968
Buy CAD:Sell USD 11/01/19	29,160,000	21,355,078	Sell EUR:Buy NZD 31/01/19	- 1,548,614	- 1,774,862
Buy CHF:Sell EUR 31/01/19	1,297,927	1,320,364	Sell EUR:Buy USD 02/01/19	- 45,568	- 52,091
Buy CHF:Sell USD 11/01/19	860,000	873,144	Sell EUR:Buy USD 11/01/19	- 21,557,000	- 24,661,598
Buy DKK:Sell EUR 31/01/19	1,855,535	285,025	Sell GBP:Buy EUR 31/01/19	- 815,648	- 1,040,393
Buy DKK:Sell USD 02/01/19	27,371,301	4,192,941	Sell GBP:Buy USD 11/01/19	- 22,952,000	- 29,244,880
Buy DKK:Sell USD 11/01/19	75,619,000	11,593,182	Sell HKD:Buy EUR 31/01/19	- 1,282,438	- 163,945
Buy EUR:Sell AUD 31/01/19	9,413,955	10,789,302	Sell JPY:Buy EUR 31/01/19	- 129,029,451	- 1,178,837
Buy EUR:Sell CAD 31/01/19	26,770,550	30,681,636	Sell JPY:Buy USD 11/01/19	- 597,027,000	- 5,445,983
Buy EUR:Sell DKK 31/01/19	2,949,982	3,380,965	Sell NOK:Buy USD 11/01/19	- 32,379,000	- 3,740,853
Buy EUR:Sell GBP 31/01/19	907,887	1,040,526	Sell NZD:Buy USD 11/01/19	- 3,754,000	- 2,517,715
Buy EUR:Sell HKD 31/01/19	143,484	164,447	Sell SEK:Buy EUR 31/01/19	- 6,387,899	- 722,304
Buy EUR:Sell JPY 31/01/19	1,028,317	1,178,551	Sell SEK:Buy USD 11/01/19	- 5,341,000	- 602,891
Buy EUR:Sell SEK 31/01/19	626,634	718,183	Sell SGD:Buy EUR 31/01/19	- 24,554,096	- 18,026,624
Buy EUR:Sell SGD 31/01/19	15,676,738	17,967,056	Sell SGD:Buy USD 11/01/19	- 1,564,000	- 1,147,691
Buy EUR:Sell USD 02/01/19	457,201	522,649	Sell USD:Buy AUD 02/01/19	- 988,336	- 988,336
Buy EUR:Sell USD 11/01/19	22,335,000	25,551,644	Sell USD:Buy AUD 11/01/19	- 5,632,709	- 5,632,709
Buy GBP:Sell EUR 31/01/19	11,260,798	14,363,609	Sell USD:Buy CAD 11/01/19	- 21,873,700	- 21,873,700
Buy GBP:Sell USD 11/01/19	1,306,000	1,664,073	Sell USD:Buy CHF 11/01/19	- 864,339	- 864,339
Buy HKD:Sell USD 11/01/19	9,134,000	1,166,941	Sell USD:Buy DKK 02/01/19	- 4,193,904	- 4,193,904
Buy JPY:Sell EUR 31/01/19	260,952,878	2,384,114	Sell USD:Buy DKK 11/01/19	- 11,544,530	- 11,544,530
Buy JPY:Sell USD 11/01/19	2,154,854,000	19,656,226	Sell USD:Buy EUR 02/01/19	- 523,087	- 523,087
Buy NOK:Sell EUR 31/01/19	10,155,871	1,174,502	Sell USD:Buy EUR 11/01/19	- 25,479,952	- 25,479,952
Buy NOK:Sell USD 02/01/19	24,059,371	2,778,492	Sell USD:Buy GBP 11/01/19	- 1,659,588	- 1,659,588
Buy NOK:Sell USD 11/01/19	36,674,000	4,237,069	Sell USD:Buy HKD 11/01/19	- 1,168,767	- 1,168,767
Buy NZD:Sell EUR 31/01/19	2,624,170	1,760,629	Sell USD:Buy JPY 11/01/19	- 19,099,919	- 19,099,919
Buy NZD:Sell USD 03/01/19	1,013,250	679,435	Sell USD:Buy NOK 02/01/19	- 2,763,371	- 2,763,371
Buy NZD:Sell USD 11/01/19	1,220,000	818,224	Sell USD:Buy NOK 11/01/19	- 4,282,118	- 4,282,118
Buy SEK:Sell USD 11/01/19	29,953,000	3,381,090	Sell USD:Buy NZD 03/01/19	- 680,023	- 680,023
Buy SGD:Sell USD 11/01/19	4,884,000	3,583,965	Sell USD:Buy NZD 11/01/19	- 838,572	- 838,572
Buy USD:Sell AUD 02/01/19	72,486	72,486	Sell USD:Buy SEK 11/01/19	- 3,305,040	- 3,305,040
Buy USD:Sell AUD 03/01/19	55,268	55,268	Sell USD:Buy SGD 11/01/19	- 3,561,137	- 3,561,137
Buy USD:Sell AUD 11/01/19	15,549,248	15,549,248			- 297,573,701
Buy USD:Sell CAD 02/01/19	22,225	22,225			
Buy USD:Sell CAD 11/01/19	3,061,192	3,061,192	Total derivados		(560,772)
Buy USD:Sell CHF 11/01/19	1,193,807	1,193,807			
Buy USD:Sell DKK 11/01/19	11,273,066	11,273,066			
Buy USD:Sell EUR 02/01/19	52,181	52,181			
Buy USD:Sell EUR 11/01/19	24,606,258	24,606,258			
Buy USD:Sell GBP 11/01/19	29,285,789	29,285,789			
Buy USD:Sell JPY 11/01/19	5,388,666	5,388,666			
Buy USD:Sell NOK 11/01/19	3,749,941	3,749,941			
Buy USD:Sell NZD 11/01/19	2,564,495	2,564,495			
Buy USD:Sell SEK 11/01/19	588,530	588,530			
Buy USD:Sell SGD 11/01/19	1,141,381	1,141,381			
		298,365,912			
Sell AUD:Buy EUR 31/01/19	- 15,218,826	- 10,720,970			
Sell AUD:Buy USD 02/01/19	- 102,899	- 72,441			
Sell AUD:Buy USD 03/01/19	- 78,264	- 55,098			
Sell AUD:Buy USD 11/01/19	- 21,563,000	- 15,183,400			
Sell CAD:Buy EUR 31/01/19	- 41,480,753	- 30,395,110			
Sell CAD:Buy USD 02/01/19	- 30,359	- 22,228			
Sell CAD:Buy USD 11/01/19	- 4,068,000	- 2,979,165			
Sell CHF:Buy USD 11/01/19	- 1,187,000	- 1,205,142			
Sell DKK:Buy EUR 31/01/19	- 22,026,333	- 3,383,425			

Anexo III

A Declaração sobre Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2018



REF. N.º: 114/DGT/4/2019

30 de abril de 2019

Declaração do Tesouro sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal de 2018

A presente Declaração sobre as Políticas Contabilísticas do Fundo Petrolífero é feita segundo as provisões da alínea d) do N.º 1 do Artigo 24.º da Lei N.º 12/2011 – Lei do Fundo Petrolífero. Pode ser guardada para os registos do Fundo Petrolífero.

Tal como previsto no Artigo 21.º da Lei do Fundo Petrolífero, as Declarações Financeiras do Fundo Petrolífero para o Ano Fiscal que terminou a 31 de dezembro de 2018 foram preparadas segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as quais englobam normas e interpretações aprovadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e pelo Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC) em vigor à data do balanço do Fundo Petrolífero.

Durante o Ano Fiscal de 2018 as IFRS novas e revistas aplicadas que não tiveram efeitos materiais nas demonstrações financeiras incluíram:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros, introduzindo novos requisitos para

- i) A classificação e mensuração de ativos financeiros e de passivos financeiros
- ii) A imparidade de ativos financeiros
- iii) A contabilidade de cobertura

Dado que as provisões transitórias da IFRS 9 permitem a uma entidade não reexpressar valores comparativos, não foram efetuadas quaisquer alterações aos valores comparativos.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações – O Fundo Petrolífero adotou emendas consequenciais à IFRS 7, as quais foram aplicadas às divulgações para 2018 e ao período comparativo.

IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes – A IFRS 15 é válida relativamente ao Fundo Petrolífero desde 1 de janeiro de 2018. A IFRS 15 utiliza os termos ‘ativo resultante do contrato’ e ‘passivo resultante do contrato’ para descrever aquilo a que por norma se poderia chamar ‘receita acumulada’ e ‘receita diferida’. O Fundo Petrolífero não está envolvido em atividades que se enquadrem na alçada da IFRS15, pelo que não houve qualquer alteração na mensuração ou reporte destas classes de receitas.

A Nota 21 das Notas às Demonstrações Financeiras contém detalhes adicionais sobre a aplicação da nova IFRS às políticas contabilísticas do Fundo Petrolífero.

As normas contabilísticas adotadas anteriormente continuaram a ser aplicadas.

[assinatura e carimbo]

Rui Ferreira Magno
Diretor-Geral do Tesouro

Anexo IV

**A Comparação entre os Rendimentos Obtidos
do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero
Durante o Ano Fiscal de 2018 com os
Rendimentos dos Três Anos Fiscais Anteriores**

A comparação entre os Rendimentos Obtidos do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero Durante o Ano Fiscal de 2018 Comparados com os Rendimentos dos Três Anos Fiscais Anteriores

(Em conformidade com a alínea e do No.º 1 do Artigo 24.º da Lei No.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011 de 28 de setembro)

As Demonstrações Financeiras Auditadas contêm detalhes sobre os rendimentos do investimento de ativos do Fundo Petrolífero.

Ano Fiscal de 2018	Ano Fiscal de 2017	Ano Fiscal de 2016	Ano Fiscal de 2015
(459.920.721) dólares	1.612.087.594 dólares	647.681.894 dólares	(21.411.640) dólares

Anexo V

A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com os Retornos Reais após Ajustamento à Inflação

A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com os Retornos Reais após Ajustamento à Inflação

(Em conformidade com a alínea f do No.º 1 do Artigo 24.º da Lei No.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011 de 28 de setembro)

Retornos Nominais e Retornos Reais do Fundo Petrolífero:

Retornos	2018	2017
Retornos Nominais	-2,63%	10,36%
Inflação ⁴	1,91%	2,11%
Retornos Reais	-4,45%	8,08%

O retorno nominal do Fundo Petrolífero em 2018 foi -2.63%. O retorno real do Fundo para o mesmo ano foi -4.45%, após o ajuste relativo à taxa de inflação nos Estados Unidos da América (EUA) de 1,91%.

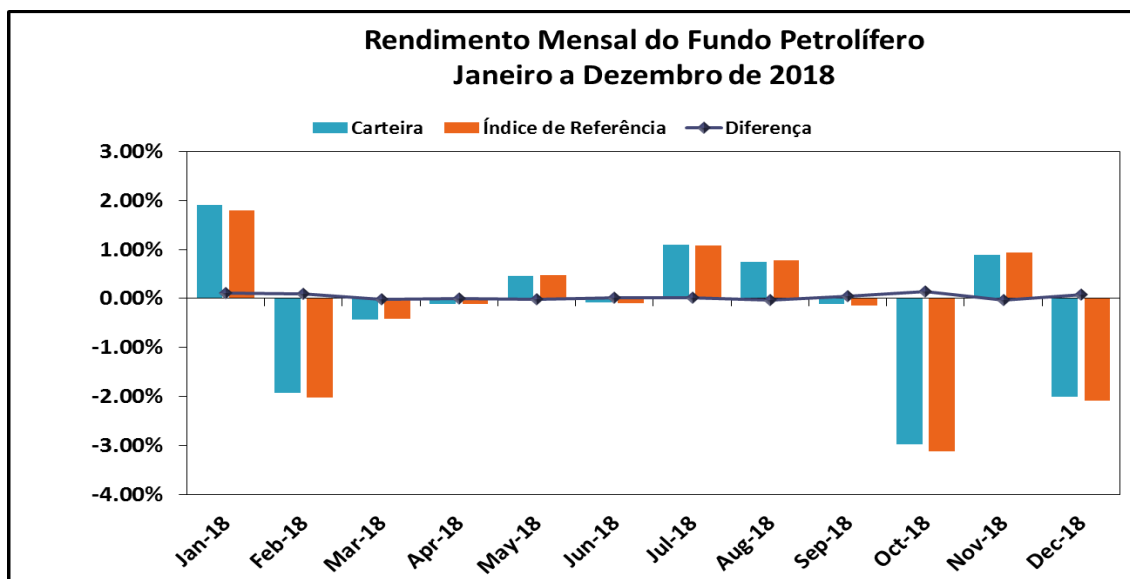
⁴ Para calcular o retorno real da carteira utilizou-se o IPC dos EUA. Fonte: Departamento de Trabalho dos EUA – Gabinete de Estatísticas Laborais (www.bls.gov)

Anexo VI

A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com o Índice de Referência de Desempenho

A Comparação entre os Retornos Nominais do Investimento de Ativos do Fundo Petrolífero com o Índice de Desempenho Utilizados como Padrão de Referência

(Em conformidade com a alínea g do No.º 1 do Artigo 24.º da Lei No.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011 de 28 de setembro)



**Retorno Mensal do Fundo Petrolífero
Janeiro a Dezembro de 2018**

Período	Carteira	Índice de Referência	Diferença
Janeiro-18	1.91%	1.80%	0.11%
Fevereiro-18	-1.92%	-2.02%	0.10%
Março-18	-0.43%	-0.42%	-0.01%
Abril-18	-0.11%	-0.11%	0.00%
Maio-18	0.46%	0.47%	-0.01%
Junho-18	-0.08%	-0.09%	0.01%
Julho-18	1.09%	1.08%	0.01%
Agosto-18	0.74%	0.78%	-0.04%
Setembro-18	-0.11%	-0.15%	0.04%
Outubro-18	-2.98%	-3.12%	0.14%
Novembro-18	0.89%	0.93%	-0.04%
Dezembro-18	-2.00%	-2.08%	0.08%

Anexo VII

A Comparação entre o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal de 2018 com a soma das Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o mesmo Ano

A Comparação entre o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal de 2018 com a Soma das Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o Mesmo Ano

(Em conformidade com a alínea h do No.º 1 do Artigo 24.º da Lei N.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011 de 28 de setembro)

No ano financeiro de 2018 o Governo levantou a partir do Fundo Petrolífero um total de 982.5 milhões de dólares. Este montante excedeu o RSE de 432.1 milhões em 550.4 milhões.

A Demonstração de Alterações de Capital e as Notas às Demonstrações Financeiras contêm mais detalhes sobre estes assuntos.

Anexo VIII

A Declaração do Tesouro sobre Empréstimos pelo Governo de Timor-Leste durante o Ano Fiscal de 2018



Ofício N.º 112/GDT/4/2019

30 de abril de 2019

Declaração do Tesouro sobre Empréstimos pelo Governo de Timor-Leste durante o Ano Fiscal de 2018

A presente declaração é feita de acordo com o requisito previsto na alínea i) do número 1 do Artigo 24.º da Lei N.º 12/2011 - Lei do Fundo Petrolífero, nomeadamente declarar se o Governo de Timor-Leste contraiu quaisquer empréstimos utilizando o Fundo como garantia, tal como detalhado no número 2 do Artigo 20.º.

Embora os empréstimos soberanos negociados e contraídos ocasionalmente por Timor-Leste junto de agências de cooperação internacionais e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e a agência de Cooperação Internacional do Japão envolvam todos os ativos de Timor-Leste no que diz respeito ao pagamento de juros e à amortização do principal, estes empréstimos soberanos não contêm quaisquer requisitos específicos a nível de garantia que onerem o Fundo Petrolífero sob os seus termos e condições.

Um novo empréstimo foi negociado com o Banco Asiático de Desenvolvimento durante o ano financeiro de 2018, por US \$25 milhões. O valor do empréstimo negociado até 31 de dezembro de 2018 com taxa de câmbio em vigor naquela data foi de US \$375 milhões. Este montante também inclui o Direitos de Saque Especiais (DSE) e passivos denominados em Ienes/Yen, que podem variar de acordo com as taxas de câmbio.

[assinatura e carimbo]

Rui Ferreira Magno

Diretor Geral do Tesouro

Anexo IX

A Lista das Pessoas Titulares de Cargos Relevantes para o Operação e o Desempenho do Fundo Petrolífero

A Lista das pessoas Titulares de Cargos Relevantes para a Operação e o Desempenho do Fundo Petrolífero

(Em conformidade com a alínea j do No.º 1 do Artigo 24.º da Lei No.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011 de 28 de setembro)

De seguida apresenta-se a lista das pessoas com posições relevantes para o funcionamento e desempenho do Fundo Petrolífero:

- (i) Vice-Ministra e Ministra das Finanças Interina
Sra. Sara Lobo Brites
- (ii) O Diretor-Geral do Tesouro
Sr. Rui Ferreira Magno
- (iii) Os membros do Comité de Assessoria para o Investimento (CAI)

Nome	Posição
Sr. Olgário de Castro	Presidente do CAI
Sr. Torres Trovik	Membro do CAI
Sr. Gualdino da Silva	Membro do CAI
Prof. Michael Drew	Membro do CAI
Sr. Abraão Fernandes de Vasconcelos (substituto: Sr. Venancio Alves Maria)	Governador do Banco Central de Timor-Leste
Sr. Rui Ferreira Magno (substituto: Sr. Ernesto da Conceição Silva)	Director-Geral do Tesouro

- (iv) O Gestor Operacional
 - Banco Central de Timor-Leste (BCTL) – dia 12 de outubro de 2005.
- (v) Os Gestores Externos para o Investimentos do Fundo Petrolífero
 - Bank for International Settlements (BIS) – desde dia 3 de junho de 2009
 - Schroder Investment Management Limited – desde dia 8 de outubro de 2010
 - State Street Global Advisor (SSGA) – desde dia 14 de setembro de 2011 e com a implementação do mandato a ter início em janeiro de 2012.
 - BlackRock Investment Management Australia Limited – desde abril de 2012 e com a implementação a ter início em fevereiro de 2013.
 - AllianceBernstein – desde julho de 2014
 - Wellington Management – desde dezembro 2014

- (vi) O Custodiante
 - J P Morgan Chase Bank N.A.
- (vii) O Auditor Independente
 - Deloitte Touche Tohmatsu
- (viii) O Governador do Banco Central de Timor-Leste, O Gestor Operacional
 - Sr. Abraão Fernandes de Vasconcelos
- (ix) O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) foi constituído formalmente no dia 6 de novembro de 2006. Para o Ano Fiscal de 2018, os membros do CCFP foram:

Nome	Em representação de	Posição
Pe. Julio Crispim X. Belo	Organizações Religiosas	Coordenador
Sra. Izilda Imanuela da Luz P. Soares	Parlamento Nacional	Vice-Coodenador (Desde 4 dezembro 2017)
Sra. Zelia Fernandes	Sociedade Civil	Secretária
Sr. Julio Fernandes	Setor Privado	Membro
Sr. Juvinal Dias	Sociedade Civil	Membro

Membros do Comité de Assessoria para o Investimento



Olgário de Castro é o Presidente do Comité de Assessoria para o Investimento. Trabalha no Fundo Petrolífero há mais de 10 anos. É cidadão timorense e contabilista certificado, sendo parceiro do gabinete de contabilidade De Castro Sullivan Lai em Darwin, Austrália. É especialista nas áreas de contabilidade e auditoria tributárias, financeiras e administrativas.

Dr. Torres Trovik trabalha desde há muito no CAI. Foi um dos arquitetos da criação do Fundo Petrolífero em 2005. É cidadão norueguês e um profissional de investimento com experiência internacional a nível de mercados financeiros, fundos de riqueza soberana e fundos de pensões. Atualmente é Assessor Principal e Developer na KLP, em Oslo. É também membro do Comité de Assessoria do Fórum Internacional dos Fundos de Riqueza Soberana (IFSWF).

Gualdino da Silva trabalha com o Fundo Petrolífero há 6 anos. É formado em engenharia geológica pela RMIT e preside atualmente à Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais.

Prof. Dr. Michael Drew entrou para o Fundo Petrolífero em abril de 2017. É Professor de Finanças na Universidade de Griffith e economista financeiro consultor especializado nas áreas de investimento, governação e desenho de planos de pensões. É também membro especialista do Comité de Investimento da QSuper.

Venâncio M. Alves é Diretor Executivo do Fundo Petrolífero no Banco Central, tendo sido nomeado recentemente Governador Adjunto do Banco Central. É cidadão timorense e tem mais de 13 anos de experiência na gestão dos investimentos do Fundo Petrolífero. É membro sem direito de voto e o substituto nomeado do Governador do Banco Central.

Ernesto D.C. Silva entrou recentemente para o Fundo Petrolífero. É funcionário público e Diretor de Contabilidade e Regulação Financeira do Ministério das Finanças. É membro sem direito de voto e o substituto nomeado do Diretor-Geral do Tesouro.

Anexo X

**A Comparação entre o Total das Transferências
a partir do Fundo Petrolífero com o Total das
Transferências Aprovadas pelo Parlamento
Nacional para o Ano Fiscal de 2018**

A Comparação entre o Total das Transferências a Partir do Fundo Petrolífero com o Total das Transferências Aprovadas pelo Parlamento Nacional para o Ano Fiscal de 2018

(Em conformidade com o número 2 do Artigo 7.º da Lei No.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei No.º 12/2011, de 28 de setembro)

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei No.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, na redação que lhe foi dada pela Lei No.º 12/2011, de 28 de setembro, o montante total das transferências do Fundo Petrolífero para cada Ano Fiscal não excederá o montante da dotação aprovada pelo Parlamento Nacional para esse Ano Fiscal.

De acordo com o artigo 5.º da Lei No.º 13/2016, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2018, referia que o total das transferências do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado de 2018 não deveria exceder o montante de 982.5 milhões de dólares.

O Governo Levantou o total de 982.5 milhões de dólares do Fundo Petrolífero em 2018 para financiar o Orçamento Geral do Estado.

Deste modo, durante o Ano Fiscal de 2018, o total das transferências do Fundo Petrolífero estiveram de acordo com o artigo 7.2 da referida Lei do Fundo Petrolífero.

Anexo XI

**O Artigo 35 do Relatório da Deloitte Touche
sobre as Receitas Petrolíferas Recebidas no Ano
Fiscal de 2018**

Relatório de Compilação para o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste relativamente à Demonstração de Receitas do Fundo Petrolífero para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Compilámos a lista seguinte de pagamentos efetuados por cada Pagador ao Fundo Petrolífero (Receitas do Fundo Petrolífero) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base nas informações prestadas pelos gestores operacionais do Fundo Petrolífero (“a gestão”).

Elaborámos a presente compilação segundo a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados 4410 (Revista), *Trabalhos de Compilação*.

Os nossos procedimentos utilizam os nossos conhecimentos contabilísticos para recolher, classificar e resumir as informações financeiras fornecidas pela gestão de modo a compilar a demonstração das Receitas do Fundo Petrolífero. Os nossos procedimentos não incluem procedimentos de verificação ou validação. Cumprimos os requisitos éticos relevantes, incluindo princípios de integridade, objetividade, competência profissional e diligência.

A Autoridade Nacional do Petróleo e a Direção Nacional das Receitas Petrolíferas são responsáveis por monitorizar a realização de todos os pagamentos durante o exercício ao abrigo da Lei do Fundo Petrolífero (Lei N.º 9/2005, conforme emendada pela Lei N.º 12/2011), sendo a gestão responsável pelas informações contidas na lista em anexo.

Um trabalho de compilação não visa dar garantia de fiabilidade, pelo que não somos obrigados a verificar a exatidão ou o detalhe das informações que nos foram facultadas pela gestão com vista à compilação da lista de montantes agregados de pagamentos efetuados por cada Pagador como Receitas do Fundo Petrolífero. Deste modo, não auditámos nem revimos a lista anexa, pelo que não expressamos qualquer opinião de garantia de fiabilidade.

A Demonstração de Receitas do Fundo Petrolífero foi compilada exclusivamente para benefício do Ministério das Finanças, conforme previsto na Lei do Fundo Petrolífero. Não aceitamos responsabilidade perante qualquer outra pessoa pelos conteúdos da Demonstração de Receitas do Fundo Petrolífero.

Deloitte Touche Tohmatsu

[assinatura]

Clive Garland
Diretor
Revisores oficiais de contas
Darwin, 30 de abril de 2019

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE
DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS DO FUNDO PETROLÍFERO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receitas Artigo 6.1(a):

PAGADOR	US\$
Amec Engineering Pty Ltd	154.954,32
Australia International Perto-Cons	8.623,85
Babcock Offshore Services	322.101,10
Brunel Energy Pty Ltd	91.741,14
Calidus Process Solutions Pty Ltd	382.317,63
Caltech Unipessoal Lda	644.045,15
Cameron Services Inter Pty Ltd	111.773,41
Cape Australia Onshore	329.779,57
Caterpillar of Australia Pty Ltd	10.523,56
CHC Helicopter Pty Ltd	63.089,02
Clough Amec Pty Ltd	2.223.832,07
Compas Group (Australia) Pty Ltd	612.318,78
Competentia Pty Ltd	39.629,00
ConocoPhillips (03-02) Pty Ltd	154.262.758,92
Dekra Organisational Reliability Limited	1.731,31
DRW Safety Solution Limited	465,72
ENI Australia Limited	32.588.331,86
Fircroft Australia Pty Ltd	40.694,57
Furmanite Australia Pty Ltd	2.440,23
GAP MHS Aviation Lda	82.414,54
Hertel Modern Pty Ltd	25.721,71
Haliburton Australia Pty Ltd	202.965,43
Inpex Timor Sea	13.283.078,68
Japan Energy EP JPDA	4.683,17
Kakivik Asset Management LLC	227.828,10
Konnekto Unipessoal Lda	33.963,39
KT Maritime Services (Bayun-Undan)	186.365,75
Llyod Helicopter Pty Ltd	32.556,08
MHS Aviation Lda	694,38
MMA Offshore Vessel Operations Pty	796.702,21
Neptune Marine Services Ltd	73.103,29
Noble International Finance Company	1.183.078,36
Rigforce Pty Ltd	711.330,73
Santos Lda	25.779.013,00
Seafox Asia Pacifit Pty Ltd	449.047,26
SGS Australia Pty Ltd	124.084,35
Sodexo Timor Unipessoal Lda	198.796,09
Solar Turbines International	23.176,00
Speirs Safeguard Lda	840,59
Timor Gap EP	292.530,75
Timor Resort P/Y Unipessoal	11.572,17
Timor Resources Pty Ltd	196.372,00
Tokyo Timor Sea Resources	23.534.091,00

Total Marine Services	60.689,23
Weatherford Australia Pty Ltd	86.628,81
Wood Group Australia Pty Ltd	15.540,59
Woodside Energy Ltd	25.389,80

Total receitas artigo 6.1(a) por Fundo Petrolífero e Direção Nacional do Petróleo e Minerais para o exercício	260.033.409
--	--------------------

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE
DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS DO FUNDO PETROLÍFERO (continuação)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receitas artigo 6.1(b):

	US\$
Receitas artigo 6.1(b) pelas Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM)	233.992.343
A deduzir:	
Montante pago ao Fundo Petrolífero em janeiro de 2019	(1.944.903)
A acrescentar:	
Montante pago ao Fundo Petrolífero em janeiro 2018	11.935.763

Total receitas artigo 6.1(b) pelo Fundo Petrolífero para o exercício	243.983.203
---	--------------------

Receitas artigo 6.1(e):

Governo da Austrália	5.944.000
Outro	120.198

Total receitas artigo 6.1(e) pelo Fundo Petrolífero para o exercício	6.064.198
---	------------------

Sumário das receitas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo Fundo Petrolífero:

Receitas artigo 6.1(a)	260.033.409
Receitas artigo 6.1(b)	243.983.203
Receitas artigo 6.1(e)	6.064.198

Total receitas Artigo 6.1 pelo Fundo Petrolífero para o exercício	510.080.810
--	--------------------

Anexo XII

Os Pareceres Emitidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero durante o Ano Fiscal de 2018

Comité de Assessoria para o Investimento

Data: 7 de fevereiro de 2018

Para

S. Exa. Dr. Rui. A Gomes

Ministro das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Assunto: Mobilização de recursos e capacidade do Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero

Exmo. Sr. Ministro,

Obrigado por ter aceitado reunir-se com o Sr. Torres Trovik e com o Professor Michael Drew na sexta-feira, dia 1 de dezembro. Infelizmente não me foi possível deslocar-me a Díli por motivo de doença.

Tal como o Sr. Torres e o Professor Michael explicaram durante a reunião, o CAI está a procurar estruturar formalmente as nossas reuniões e *workshops* em 2018, assim como aumentar os recursos à disposição do Secretariado do Comité. Porém, antes de avançar o CAI solicita esclarecimentos ao Ministério do Plano e das Finanças (MPF) relativamente à capacidade jurídica do CAI.

Recapitulando a legislação governativa, o Artigo 16.º da Lei do Fundo Petrolífero cria o Comité de Assessoria para o Investimento e especifica as responsabilidades do Comité. Estas incluem provisões específicas, nomeadamente preparação de índices de referência de investimento, aconselhamento sobre instruções a gestores do fundo, recomendações sobre a nomeação ou exoneração de gestores e aconselhamento sobre a necessidade de alterações à política de investimento ou à gestão do Fundo Petrolífero. Há também a responsabilidade global de aconselhar o Ministro em todas as matérias relacionadas com a estratégia de investimento ou com a gestão do Fundo Petrolífero (N.º 2 do Artigo 11.º e N.º 2 do Artigo 16.º).

O CAI tem o seu próprio orçamento anual. Este é incluído como parte da submissão do Conselho de Administração do BCTL ao Primeiro-Ministro e ao MF, juntamente com as estimativas do BCTL relativamente aos custos operacionais para o ano. O orçamento do CAI para 2017 foi de 750.000 dólares, dos quais foram gastos 285.899. O N.º 4 do Artigo 16.º da Lei do Fundo Petrolífero estabelece que o Comité de Assessoria para o Investimento adotará o seu regulamento interno de funcionamento. A Regulação 10.3 determina que “o Conselho terá poder para propor, rever e ratificar despesas dentro do orçamento alocado para a condução das suas atividades”.

O N.º 3 do Artigo 17.º da Lei estabelece que o Gestor Operacional prestará “qualquer apoio de que o Comité necessite para a realização das suas funções.” A prática atual consiste em ter o BCTL a efetuar pagamentos conforme instruído pelo Presidente do Comité de Assessoria para o Investimento, acompanhados pelas faturas de apoio. Com frequência isto inclui pagamentos referentes a alojamento e deslocações, necessários para as reuniões e *workshops* do Comité.

Discutimos também se o Comité tem poder para assinar os seus próprios contratos. Ser capaz de aprovisionar os seus próprios serviços é importante para o Comité aquando da prestação de pareceres independentes a V. Exa.

Pedimos assim esclarecimentos junto do MPF sobre a capacidade do Comité de Assessoria para o Investimento para aprovisionar os seus próprios serviços e assinar contratos. No caso de uma resposta positiva o CAI incluiria políticas de aprovisionamento nas suas Regulações Operacionais e seria capaz de aprovisionar serviços de forma independente. Isto incluiria ocasiões em que é necessária pesquisa externa para ajudar o Comité a formular os seus pareceres sobre investimentos. É prática comum entre investidores internacionais, incluindo fundos de riqueza soberana muito maiores e avançados, suplementar recursos internos e procurar opiniões de peritos externos. No caso do nosso Fundo, pode ser útil recorrer-se a pesquisa externa aquando da avaliação de uma nova classe de ativos ou aquando da procura de um parecer independente sobre a estrutura ou alocação de ativos do Fundo.

O Comité está igualmente a procurar formalizar o seu apoio secretarial e a considerar a nomeação de pessoal a tempo inteiro para o Secretariado do CAI, incluindo uma nova posição como Chefe do Secretariado. Temos conhecimento de que esta é a abordagem adotada pelo secretariado do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero. O CAI vê benefícios em ter alguns elementos a trabalhar diretamente para o Comité na administração de reuniões e na coordenação de pesquisas a nível de políticas de investimento. De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Ministério continuará a ter pelo menos um representante no Secretariado. Sugerimos que esta medida seja também aplicada ao BCTL, como gestor operacional, para lá do representante sem poder de voto no Comité.

O Comité acredita que isto é consistente com a Lei do Fundo Petrolífero. O N.º 3 do Artigo 17.º estabelece que “O Gestor Operacional assegurará o secretariado para o Comité de Assessoria para o Investimento e todo o apoio que o comité necessite para o exercício das suas funções, com o Ministro a indicar o representante do Ministério nesse órgão”. O CAI compreende que o artigo está escrito de maneira a ser lido como uma instrução para facilitar as tarefas administrativas e a financiar o orçamento do CAI da mesma forma que financia a sua taxa administrativa, ou seja, diretamente a partir do Fundo Petrolífero. A alteração proposta não precisa obrigar a uma alteração no Artigo 4.º do atual acordo de gestão – que faz uma especificação mais detalhada do N.º 3 do Artigo 17.º na Lei. O Artigo 5.º das Regulações Operacionais do CAI, intitulado "Organização do Secretariado", será alterado para refletir o modo revisto de operação.

Para ser claro, o CAI está satisfeito com o apoio prestado pelo atual Secretariado, que é dotado de recursos conjuntamente pelo BCTL e pela UAFP. Tal como referido, sugerimos continuar com a atual presença de elementos do BCTL e do Ministério no Secretariado e nas reuniões deste. Todavia, ter alguns membros do Secretariado a trabalhar a tempo inteiro como funcionários do Comité permitiria aumentar a eficiência e melhorar as linhas de reporte. De modo semelhante, ter capacidade para aprovisionar diretamente pesquisa externa tornaria o Comité mais efetivo. O Comité irá desenvolver uma política de aprovisionamento que garanta que as nomeações seguem a melhor prática.

Por último, o Comité pede esclarecimentos sobre a sua capacidade para facilitar capacitação. Gostaríamos de ajudar a coordenar o desenvolvimento dos nossos funcionários timorenses a trabalhar em instituições do Fundo Petrolífero. O CAI está obrigado a ter em conta a capacidade nos seus pareceres emitidos sob a alínea b) do N.º 3 do Artigo 16.º, que fala sobre ter em conta “os condicionalismos sob os quais operam o Gestor Operacional e as outras agências relevantes em Timor-Leste”.

O Comité vê também benefícios em adotar uma abordagem transversal ao Fundo para o desenvolvimento do pessoal. Imaginamos que isto incluirá ter alguns membros do Comité a prestar 1 ou 2 dias de formação em datas que coincidam com as suas deslocações para participar em reuniões e *workshops* em Díli. Serão compensados à tarifa diária de um membro do Comité, que é de 1.000 dólares, conforme especificado na sua carta de nomeação assinada pelo Primeiro-Ministro.

Recomendamos também que os elementos do Fundo Petrolífero obtenham qualificações profissionais enquanto trabalham em Díli. Seria eficiente para este programa ser conduzido conjuntamente com o BCTL e a UAFP, com apoio prestado pelos assessores de cada instituição e pelos membros do Comité, sempre que possível. As taxas de matrícula e os custos da realização de exames seriam cobertos pelo CAI. Enquanto isso gostaríamos de introduzir um programa de Mestrado em Finanças para recompensar os nossos funcionários com melhor desempenho. Acreditamos que o programa do Comité pode ser conduzido em conjunto com programas de capacitação levados a cabo pelo BCTL e pelo Ministério. A capacitação incluirá também a continuação dos estudos para membros do Comité e do seu Secretariado, tal como é requerido pela melhor prática internacional.

Em resumo, gostaríamos de ter a orientação do MPF relativamente às seguintes questões importantes:

- Se o CAI tem poder para assinar diretamente contratos. Caso o CAI não possua capacidade jurídica, gostaríamos de saber se o BCTL ou o MPF podem executar contratos segundo as instruções do CAI.
- Se o CAI pode nomear pessoal a tempo inteiro no Secretariado, financiado pelo Comité e a reportar a este. Isto está relacionado com o ponto anterior sobre capacidade contratual, e gostaríamos também de saber se está de acordo com o N.º 3 do Artigo 17.º da Lei. O Secretariado do CAI será então composto por estes elementos a tempo inteiro, bem como pelos representantes do BCTL e do Ministério do Plano e das Finanças. Caso isto seja aprovado, V. Exa. poderá desejar considerar a possibilidade de colocar os elementos a tempo inteiro no MPF, de modo a dar ao Executivo pronto acesso aos representantes do Comité.

- Se o CAI pode gastar parte do seu orçamento com capacitação de pessoal do Fundo Petrolífero e para continuar os estudos de elementos do Comitê e do Secretariado. Isto inclui compensar membros do Comitê pela prestação de formação.

Assim que houver esclarecimentos sobre os nossos poderes jurídicos, o CAI poderá estabelecer formalmente o nosso plano e orçamento para 2018. Iremos também refletir os esclarecimentos nas nossas regulações operacionais. O Ministério poderá ainda revisitar o seu Acordo de Gestão Operacional com o BCTL, a fim de garantir que continua atualizado e que reflete estas matérias de forma clara.

O CAI está igualmente a preparar o seu calendário de reuniões e *workshops* para 2018, que partilharemos com V. Exa. no início do novo ano. Até lá, estamos à V. disposição para quaisquer questões que tiver por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Olgário de Castro
Presidente do Conselho de Assessoria para o Investimento

Comité de Assessoria para o Investimento

Data: 11 de maio de 2018

Para

S. Exa. Dr. Rui. A Gomes

Ministro das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Assunto: Membro adicional para o CAI

Exmo. Sr. Ministro,

O Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero vem a operar desde há algum tempo com 4 membros com poder de voto e 2 membros por inerência do cargo sem direito a voto. Os membros votantes são eu próprio, Torres Trovik, o Dr. Michael Drew e Gualdino da Silva. Os membros não votantes são Venâncio Maria Alves, na qualidade de representante do BCTL, e Ernesto da Conceição da Silva, na qualidade de representante do Tesouro.

O N.º 1 do Artigo 17.º da Lei do Fundo Petrolífero (Lei N.º 9/2005, de 3 de agosto, conforme emendada pela Lei N.º 12/2011, de 28 de setembro) estabelece que “o Comité de Assessoria para o Investimento será composto por 5 ou mais membros, nomeados pelo Primeiro-Ministro com base no parecer do Ministro, sendo que pelo menos 3 desses membros terão experiência considerável na área da gestão de investimentos”. Segundo o N.º 2 do Artigo 17.º da Lei do Fundo Petrolífero, “o Diretor do Tesouro e um representante do Gestor Operacional terão direito a participar nas reuniões do Comité de Assessoria para o Investimento, sem direito a voto.”

As provisões na Lei do Fundo Petrolífero são interpretadas como requerendo 5 membros votantes para lá dos 2 membros não votantes. As Regulações Operacionais do CAI especificam que uma vaga numa destas posições não invalida a composição do CAI, embora o Artigo 8.º destas Regulações estabeleça que são necessários 3 membros votantes para formar quórum numa reunião.

Recomendamos assim que se inicie o processo de seleção de um novo membro para o Comité. Chamamos a atenção para o facto de que o Comité possui atualmente 3 membros com vasta experiência a nível da gestão de investimentos.

A Lei do Fundo Petrolífero e as Regulações Operacionais do CAI não especificam o processo de seleção de novos membros. Aquando da última nomeação o Comité entrevistou possíveis candidatos e apresentou a sua recomendação à antiga Ministra. A Ministra concordou que o envolvimento do Comité era especialmente importante aquando da avaliação de membros com conhecimentos especializados na área dos investimentos; isto ajuda a garantir que o novo membro se enquadra bem nas crenças do CAI sobre investimento e que permite a continuidade da política de investimento do Fundo. O Comité recomendou assim a nomeação do Dr. Michael Drew, que foi aceite pela antiga Ministra e implementada pelo Primeiro-Ministro. As 2 nomeações antes desta foram propostas pela Ministra das Finanças, sem a necessidade de consultar formalmente o CAI.

A nomeação de um membro votante adicional para o Comité não só é exigida por lei, como será muito apreciada. O Comité permanece à disposição de V. Exa. para qualquer assistência que possa ser necessária.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Olgário de Castro

Presidente do Conselho de Assessoria para o Investimento

Para

S. Exa. Dr. Rui. A Gomes

Ministro das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Assunto: Emenda ao Mandato de Caixa

Exmo. Sr. Ministro,

As nossas conclusões na última análise do Comité de Assessoria para o Investimento à alocação de ativos do Fundo Petrolífero estão expostas na carta em apenso, intitulada “Análise da Alocação de Ativos”. Esta carta faz referência à emenda do Mandato de Caixa do Fundo Petrolífero, que aqui explicamos.

O Mandato de Caixa foi introduzido em 2017 com o intuito de facilitar os levantamentos a partir do Fundo pelo menos ao longo do período de projeção do Livro Orçamental. O mandato financia os levantamentos esperados, líquidos em relação a entradas de caixa, ao longo dos próximos 12 meses. Os parâmetros, tal como explicado no parecer do CAI à antiga Ministra, emitido a 20 de abril de 2107, exigiam que os levantamentos líquidos fossem calculados para os quatro trimestres seguintes e colmatados como parte do reequilíbrio trimestral do BCTL relativamente aos investimentos do Fundo. A alocação de caixa é tratada separadamente em relação ao resto do Fundo, ao qual se aplica a distribuição de 40% em ações e 60% em títulos.

O Comité vê benefícios em manter a reserva de liquidez prestada pelo mandato de Caixa. A alocação indica também que se prevê que o saldo do Fundo continue a descer. Todavia, algumas questões operacionais relacionadas com a contabilidade de caixa nos retornos da referência do Fundo Petrolífero levam-nos agora a recomendar a colocação da alocação de caixa nos 5% da alocação estratégica de ativos. Isto está em linha com as estimativas de levantamentos líquidos com base nas projeções do ano transato. A alocação será colmatada, tal como exigido pelo habitual reequilíbrio trimestral do BCTL. O Comité recomenda que a alocação seja financiada a partir do mandato de Títulos do Tesouro dos EUA de 3 a 5 anos, que representa atualmente 40% do Fundo Petrolífero irá assim descer para 35%. Chamamos a atenção para o facto de que a implementação resultará num ligeiro aumento das ações comparativamente com a carteira atual, uma vez que os pesos da atual alocação estratégica de ativos se aplicam ao saldo do Fundo, excluindo caixa.

Seguem em apenso novos parâmetros para análise de V. Exa. Recomendamos igualmente que a referência para o mandato de caixa seja emendada para Títulos do Tesouro dos EUA a 3 meses, visto que estes são mais representativos dos investimentos pretendidos do que a LIBOR do dólar americano. Em face da dimensão da alocação de caixa, encorajamos o BCTL a avaliar a adequação dos diversos instrumentos de investimento permitidos para o mandato, alertando para a importância vital de ter liquidez.

Caso V. Exa. concorde com a recomendação de emendar os parâmetros do mandato de caixa, queira por favor instruir o BCTL em conformidade. O Anexo 1 do Acordo de Gestão entre o MPF e o BCTL terá igualmente de ser emendado para incluir a alteração ao mandato de caixa.

Por favor não hesite em contactar o Comité caso deseje obter qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Olgário de Castro

Presidente do Conselho de Assessoria para o Investimento

Mandato de Gestão de Caixa

Classe de ativos / estilo de gestão	Gestão de caixa
Alocação	(5 ± 2,5)% do valor do Fundo, medido no final de cada mês.
Referência	Títulos do Tesouro dos EUA a 3 meses
Instrumentos elegíveis	Depósitos ou instrumentos de dívida denominados em dólares americanos com uma maturidade inferior a um ano e uma notação mínima de grau de investimento. Isto inclui títulos do Tesouro dos EUA, obrigações do Tesouro dos EUA, títulos e valores mobiliários emitidos por supranacionais, acordos de recompra e depósitos em bancos com notação de emissor a curto prazo pela S&P de A-1 ou superior.
Objetivo do mandato	O objetivo do investimento é financiar levantamentos à medida que sejam necessários. A liquidez é a primeira consideração. Os retornos são a segunda.
Gestor aprovado	Banco Central de Timor-Leste

Comité de Assessoria para o Investimento

Data: 11 de maio de 2018

Para

S. Exa. Dr. Rui. A Gomes

Ministro das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Assunto: Revisão da Alocação de Ativos

Exmo. Sr. Ministro,

Obrigado por ter aceitado reunir-se com o Comité de Assessoria para o Investimento na sexta-feira, dia 16 de março, para discutir o *workshop* do Comité conduzido entre os dias 14 e 16 de março.

O Comité avalia agora a alocação de ativos do Fundo a cada ano. É necessário fazer análises periódicas à política de investimento para levar em conta quaisquer novas informações relevantes para projeções de despesa governamental e receitas petrolíferas futuras, as quais determinarão o horizonte temporal do Fundo. Tal como destacámos ao Ministério das Finanças na nossa carta de 23 de setembro de 2016, o Fundo Petrolífero esgotar-se-á em 15 a 30 anos caso a tendência da despesa governamental se mantenha e não surjam novas fontes de receitas provenientes do petróleo e do gás.

A análise deste ano concluiu que os retornos dos investimentos do Fundo a longo prazo serão provavelmente inferiores ao anteriormente previsto. Isto apresenta desafios ao quadro do RSE, o qual manterá o poder de compra do Fundo caso os levantamentos governamentais sejam limitados ao retorno esperado dos investimentos. O retorno real esperado situa-se agora nos 2%, enquanto os levantamentos concretos têm ficado mais próximos dos 5% do Fundo. Tal como previsto no Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Governo argumentou junto do Parlamento que os levantamentos acima do RSE servem os interesses de Timor-Leste, uma vez que promovem o desenvolvimento económico. Caso seja esperado que esta situação se mantenha, o Governo e o Ministério do Plano e das Finanças (MPF) podem escolher avaliar quadros alternativos para dar mais transparência à distribuição equilibrada dos benefícios provenientes do uso das receitas petrolíferas entre gerações atuais e gerações vindouras. A existência de projeções claras sobre despesas governamentais e levantamentos a partir do Fundo Petrolífero será também útil para gerir os investimentos do Fundo.

A nossa análise concluiu que manter a alocação de ações em 40% do Fundo continua a ser apropriado com base nas informações disponíveis. A alocação em ações tem sido o motor dos retornos do Fundo, sendo esperado que os títulos continuem a ter retornos baixos nos próximos anos. Na nossa próxima análise o Comité assumirá uma perspetiva de riqueza nacional, levando em conta potenciais novas receitas provenientes do petróleo e gás, passivos governamentais e outros veículos de poupança. De seguida apresentam-se mais detalhes.

Retornos dos investimentos abaixo do esperado

O *workshop* de março analisou o estudo do Secretariado do CAI que desenvolveu pressupostos de mercados de capital para determinar o retorno esperado do Fundo. Foi mostrado que os retornos ao longo dos próximos 10 anos deverão ser muito inferiores ao que tinha sido previsto no modelo anterior, o qual assumia condições de mercado “normais”. A razão disto é sobretudo porque os baixos rendimentos condicionam as expectativas de retorno dos títulos. Os retornos das ações podem também ser mais baixos, sendo esperado que o crescimento económico se situe abaixo da sua média a longo prazo. O cenário de taxa baixa foi referido no parecer do CAI sobre alocação estratégica de ativos em setembro de 2016.

O resultado é um retorno da carteira abaixo do esperado. Com a distribuição de 40% da alocação em ações e 60% em títulos, o retorno esperado do Fundo Petrolífero é de cerca de 2% ao ano em termos reais, enquanto o modelo anterior

projetava um retorno real igual ou superior a 3%. Com base nestes pressupostos sobre o retorno, para se visar um retorno real de 3% seria necessário ter uma percentagem consideravelmente maior da carteira investida em ações (digamos 70% ou mais).

Implicação de baixos retornos e levantamentos para a sustentabilidade do Fundo Petrolífero

A regra do RSE preserva o poder de compra do Fundo mantendo os levantamentos governamentais iguais ao retorno real esperado dos investimentos. O Apenso 1 à Lei do Fundo Petrolífero especifica 3% da Riqueza Petrolífera como o nível sustentável de levantamentos, consistente com expectativas anteriores de retornos dos investimentos. A quebra no retorno esperado do Fundo a longo prazo significa que o levantamento anual sustentável desceu para 2% da Riqueza Petrolífera.

O outro desafio para a sustentabilidade prende-se com o facto de que os levantamentos concretos têm consistentemente ultrapassado o RSE, representando cerca de 5% da Riqueza Petrolífera a cada ano desde 2009. A regra de despesa foi na prática anulada pela decisão governamental de que é do interesse a longo prazo de Timor-Leste concentrar despesas de capital nos primeiros anos para promover o desenvolvimento económico. Isto coincidiu com a subida das despesas correntes a níveis elevados relativamente ao RSE.

Ainda que o equilíbrio apropriado entre poupar em prol das gerações vindouras e levantar dinheiro do Fundo para financiar despesas públicas seja uma questão para a política fiscal do governo e para o processo parlamentar, o Comité está obrigado pelo N.º 3 do Artigo 16.º da Lei do Fundo Petrolífero a levar em conta o objetivo global do Fundo Petrolífero, que é o de utilizar as receitas petrolíferas em benefício tanto das gerações atuais como das gerações vindouras. Os atuais pressupostos em termos de retornos esperados revistos e de projeções de despesa significam que o Fundo não é sustentável para as gerações vindouras. É possível que o horizonte do Fundo seja alargado caso venham a ser encontrados novos fluxos de receitas petrolíferas. Até lá, porém, se não houver uma mudança na política fiscal a previsão é de que o saldo do Fundo continuará a descer.

Poderá ser apropriado para o governo e para o Ministério das Finanças rever o quadro do RSE à luz de um quadro de política fiscal que gere o equilíbrio desejado entre a despesa governamental, de modo a investir no desenvolvimento económico, e a poupança do Fundo Petrolífero. Um quadro fiscal mais realista e feito à medida, que tenha uma probabilidade maior de ser seguido na prática, poderá melhorar a transparência em termos dos benefícios para as gerações atuais e vindouras. Isto pode ser facilitado através de várias formas diferentes, como por exemplo uma nova regra fiscal ou a reestruturação do Fundo para apoiar poupanças em prol das gerações vindouras. O equilíbrio adequado terá de ser determinado pelos representantes eleitos de Timor-Leste. O CAI está à disposição para prestar assistência em todos os aspetos relacionados com o Fundo Petrolífero. Chamamos a atenção para o facto de que a gestão dos investimentos do Fundo em mercados financeiros beneficiaria muito da existência de projeções mais claras sobre a despesa governamental e os levantamentos.

Manutenção da alocação de 40% em ações

A atual estratégia de investimento, com destaque para a alocação de 40% em ações, foi escolhida originalmente para atingir o objetivo de 3% de retorno real a longo prazo, compensando assim os levantamentos do RSE. O Comité acredita que a atual alocação de 40% continua a ser apropriada, pese embora a mudança nos retornos esperados e a probabilidade de haver levantamentos acima do RSE. Esta análise anual a essa recomendação foi estabelecida como medida para levar em conta potenciais novos desenvolvimentos a nível da despesa fiscal e da riqueza nacional. A análise do presente ano determinou que para obter um retorno real de 3% seria necessário aumentar de forma muito acentuada a percentagem da carteira em ações, e que o risco adicional que isso implica não parece apropriado para Timor-Leste, pelo menos para esta fase e com base nas informações disponíveis.

O CAI encoraja o MPF e o BCTL a continuarem a educar os intervenientes para a necessidade das ações para se obter um retorno adequado. Esta é uma estratégia a longo prazo, pelo que é essencial que os principais intervenientes se comprometam a manter esta alocação durante períodos de stress dos mercados. A alocação em ações tem sido o motor

dos retornos do Fundo. Desde a sua introdução em 2010, as ações têm gerado retornos de 10,7% ao ano, ao passo que os títulos em carteira geram retornos anuais de 1,3%. O retorno real correspondente das ações é assim de 8,9% ao ano, enquanto os títulos têm ficado abaixo da inflação e gerado assim um retorno real anual de -0,4%. Prevê-se que a longo prazo os títulos gerem retornos baixos, sendo que a carteira de títulos tem vindo recentemente a incorrer em perdas de valor de mercado devido ao aumento das taxas de juro.

O Comité recomenda uma alteração menor à alocação de ativos do Fundo, nomeadamente a incorporação de uma percentagem de 5% de caixa na alocação estratégica de ativos do Fundo Petrolífero, a ser financiada a partir da carteira de títulos, com a finalidade de garantir liquidez para financiar levantamentos esperados e de dar resposta a questões operacionais. A carta que segue em anexo contém detalhes sobre isto.

Consideração da riqueza nacional na próxima análise

Para definir a política para o Fundo Petrolífero, incluindo o nível de risco dos seus investimentos, é necessária uma perspetiva sobre a riqueza nacional. Esta perspetiva levará em conta outras fontes de poupanças e de passivos governamentais, ao invés de olhar para a riqueza do Fundo Petrolífero como um fenómeno isolado. Ao analisar a alocação de ativos do Fundo no presente ano, o Comité procurará maior clareza no que diz respeito a levantamentos governamentais; fluxos esperados a partir de novos campos petrolíferos; receitas provenientes do setor de extração mineira; o Fundo de Pensões; e também outros passivos públicos, como empréstimos governamentais, e outras obrigações consideráveis, como pagamentos aos combatentes da libertação nacional. Para este trabalho essencial o Comité irá precisar da assistência do MPF e de outros Ministérios relevantes.

Por favor não hesite em contactar o Comité caso deseje obter qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Olgário de Castro
Presidente do Conselho de Assessoria para o Investimento

Comité de Assessoria para o Investimento

Data: 14 de Agosto de 2018

Para

S. Exa. Sara Lobo Brites

Vice-Ministra das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Assunto: Implementação do Mandato de Fatores de Ações

Exma. Sra. Vice-Ministra,

O CAI aconselhou anteriormente a Ministra das Finanças a seguir uma abordagem de fatores na alocação do Fundo a ações (carta do CAI de 27 de janeiro de 2016). Isto permitirá melhorar o desempenho em termos de retorno ajustado aos riscos após custos relativos ao investimento apenas num índice ponderado de capitalização de mercados.

O CAI trabalhou com o seu Secretariado para especificar os parâmetros do mandato aconselhado. Foi acordado visar cinco fatores bem estudados – Valor, Dimensão, Ímpeto, Qualidade e Baixo Risco – os quais o Comité considera serem recompensados de forma sistemática. A intenção do mandato é conseguir uma exposição consistente aos fatores visados, de um modo eficiente e efetivo.

Desde então o BCTL levou a cabo o exercício de seleção de gestores, partilhando a sua análise com o Comité através do Secretariado. O processo de seleção de gestores e de construção de carteira revelou-se muito mais complexo do que os processos anteriores de seleção de gestores. A combinação de gestores é dificultada pelo potencial de as suas exposições a fatores se anularem entre si, ao mesmo tempo que é necessário controlar riscos residuais não recompensados, como por exemplo exposições a indústrias e a países. O CAI prestou orientação ao BCTL através de um processo iterativo alargado, com o intuito de garantir que a combinação recomendada de gestores é consistente com os objetivos do mandato.

Este processo destacou a necessidade de dar pequenos passos de modo a permitir que as políticas, sistemas e procedimentos se desenvolvam, o que permitirá por sua vez identificar, monitorizar e gerir os riscos associados com a implementação da estratégia de investimento. O CAI irá assim aconselhar o Ministro a introduzir uma alocação de 10% em fatores de ações no Fundo, ao invés dos 16% previstos anteriormente. O CAI recomenda que esta alocação seja revisitada numa análise posterior da alocação estratégica de ativos, dado que por essa altura haverá mais experiência e a monitorização estará mais desenvolvida. Isto vai de encontro ao nosso parecer anterior, recomendando uma implementação faseada de fatores de ações.

Com base na análise do BCTL, o CAI considera que o mandato existente atribuído à Schrodgers, que é atualmente de 5% do Fundo, pode ser considerado suficientemente qualificado para ser incluído no novo mandato de fatores de ações.

Dos gestores de fatores recomendados pelo BCTL, o CAI concorda que a estratégia de 3 fatores da SSGA é a escolha preferida quando se considera o total das propriedades da carteira esperadas a priori, isto é, a exposição agregada a fatores no total da carteira e os custos. O CAI concorda com uma alocação de 5% do Fundo para a estratégia da SSA para concluir o mandato de fatores nesta fase. Isto confirma o nosso parecer provisório de julho de 2017. O novo mandato de fatores da SSGA deverá ser financiado a partir do mandato passivo de capitalização de mercados da SSGA.

A análise prestada pelo BCTL é suficiente para o Comité confirmar que a combinação da Schrodgers e da SSGA parece consistente com a concretização dos objetivos do mandato. O BCTL criou um quadro interno para avaliar o mandato de fatores, o qual mostra que a exposição a fatores agregados é desejável e que as exposições residuais não estão a dominar os retornos diferenciais.

A combinação da Schrodgers e da SSGA dará exposição a um subconjunto de fatores – nomeadamente Valor, Qualidade, Baixa Volatilidade e, ainda que menos, Dimensão – que é mais fácil de implementar em termos operacionais do que visar todos os 5 fatores. O anexo ajusta os parâmetros do mandato para refletir esta situação e altera o peso do mandato para 10% do Fundo.

Tal como aconteceu com a seleção de gestores, os fatores de equidade requerem um aumento significativo nas responsabilidades de reporte e monitorização comparativamente com os atuais gestores de índices passivos. O BCTL fica obrigado a conduzir análises periódicas ao desempenho para a monitorizar se a gestão operacional está de acordo com a estratégia pretendida. Os parâmetros do mandato contêm os requisitos de reporte trimestral, incluindo exposições a fatores a nível de gestor e a nível agregado.

Caso o Ministro esteja de acordo, o BCTL poderá ser instruído para avançar com a implementação da estratégia de fatores da SSGA. Assim que o novo mandato seja assinado com a SSGA, o Acordo de Gestão Operacional entre o Ministério das Finanças e o BCTL terá de ser emendado para refletir a alocação ao mandato de fatores de ações e a alocação passiva de capitalização de mercados terá de ser reduzida em conformidade.

A introdução de fatores de ações melhora a carteira de investimentos do Fundo e desenvolve a capacidade interna. A necessidade de ter todas as partes a entender a complexidade do investimento em fatores veio alargar a duração do projeto. Isto continuará a ser um desafio à medida que o nível de complexidade dos nossos investimentos vai aumentando. O Comité procurará posteriormente clarificar o organigrama do Fundo Petrolífero e a divisão de responsabilidades entre as instituições. Isto é necessário para facilitar futuras melhorias à estratégia de investimento do Fundo e para possibilitar uma implementação eficaz. O Comité está pronto para trabalhar com o Ministro e com o BCTL no desenvolvimento das políticas e dos sistemas apropriados para a implementação da estratégia, conforme previsto no N.º 3 do Artigo 14.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Por favor não hesite em contactar o Comité caso deseje obter qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

[assinatura]

Olgário de Castro
Presidente do Conselho de Assessoria para o Investimento

Anexo 1

Parâmetros finais do mandato de fatores por ações

O objetivo do mandato é obter exposição a uma combinação dos seguintes fatores recompensados de forma sistemática: Valor, Qualidade (o que inclui Rentabilidade), Baixa Volatilidade e Dimensão. Devem-se limitar as exposições residuais do mandato a setores e a países relativas à referência.

Universo de investimento

Ações cotadas em mercados desenvolvidos

Referência

MSCI World Index, Dividendos Líquidos Reinvestidos. Ticker NDDUWI. Isto aplica-se a cada gestor e também à referência agregada do mandato.

Denominação base

Dólares americanos, sem cobertura.

Dimensão da alocação

Uma alocação total igual a 10 por cento do Fundo (+/-2%).

Erro de rastreamento indicativo

É esperado que o erro de rastreamento a priori para o mandato agregado de fatores de ações seja inferior a 300 pontos base.

Reporte

Na qualidade de gestor operacional, o BCTL fornecerá ao Ministério das Finanças e ao Comité de Assessoria para o Investimento relatórios trimestrais mostrando o desempenho dos gestores e o mandato agregado relativos à referência. Os relatórios trimestrais incluirão as exposições a fatores de cada gestor e o mandato agregado, usando ferramentas acordadas de análise de estilo. Devem igualmente ser reportadas exposições residuais e não referentes a fatores, tais como exposições relativas a setores e a países.

Anexo XIII

A Implementação dos Princípios de Santiago

FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE
IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS GERALMENTE ACEITES
“PRINCÍPIOS DE SANTIAGO”

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido através da aprovação da Lei N.º 9/2005, Lei do Fundo Petrolífero, posteriormente emendada pela Lei N.º 12/2011.

O preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero estabelece que o objetivo de ter um Fundo Petrolífero é contribuir para a gestão sensata das receitas petrolíferas, bem benefício das gerações atuais e futuras. O Fundo Petrolífero é igualmente uma ferramenta fiscal que contribui para uma política fiscal sólida, dando a consideração e o peso devidos aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses.

A Lei do Fundo Petrolífero define parâmetros-chave para a operação e funcionamento do Fundo Petrolífero. A Lei rege a cobrança e gestão de receitas associadas com a riqueza petrolífera, delinea o quadro para a regulação de transferências para o Orçamento do Estado e prevê a responsabilização e a fiscalização governamentais em relação a estas atividades.

O Fundo Petrolífero é reconhecido internacionalmente pelos seus elevados padrões de governação, responsabilização, transparência e divulgação de informações. Isto ajudou a granjear apoio público à gestão prudente das receitas petrolíferas e reduziu o risco de má governação.

As entidades relevantes envolvidas na gestão do Fundo Petrolífero são independentes, porém são responsáveis entre si no processo decisório. O Parlamento define o objetivo do fundo, as orientações gerais em termos de alocação de ativos e os limites de risco. O Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero, incluindo a definição da política e das orientações de investimento e o exercício da fiscalização. A gestão operacional é delegada no Banco Central. A Lei requer que estas entidades forneçam e publiquem relatórios sobre as operações e as atividades do Fundo Petrolífero.

O Fundo Petrolífero, enquanto membro activo do Fórum Internacional de Fundos de Riqueza Soberana (IFSWF), conduziu a sua sétima autoavaliação anual à adesão do Fundo Petrolífero aos Princípios de Santiago, com vista a garantir que o Fundo Petrolífero continua a ser um exemplo de melhor prática internacional no que diz respeito à gestão de fundos.

A tabela seguinte mostra de que forma o Fundo Petrolífero de Timor-Leste cumpre os Princípios de Santiago.

Princípio	Implementação
I. Quadro jurídico, objetivos e coordenação com políticas macroeconómicas	
<p>1. O quadro jurídico para o FRS deve ser sólido e apoiar o seu funcionamento efetivo e a sua concretização do(s) objetivo(s) definido(s).</p> <p>1.1. O quadro jurídico para o FRS deve garantir a solidez legal do FRS e das suas transações.</p> <p>1.2. Os principais aspetos da estrutura legal e da base do FRS, bem como o relacionamento legal entre o FRS e outros órgãos de Estado, devem ser divulgados ao público.</p>	<p>O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido para cumprir o requisito constitucional que obriga ao estabelecimento de reservas financeiras obrigatórias resultantes da exploração dos recursos naturais.</p> <p>O quadro jurídico para o Fundo Petrolífero está detalhado na Lei N.º 9/2005 de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, conforme emendada pela Lei N.º 12/2011, de 28 de Setembro.</p> <p>O Fundo é formado como conta do Ministério das Finanças no Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e não como entidade jurídica distinta.</p> <p>Especificamente, a Lei do Fundo Petrolífero -</p> <ul style="list-style-type: none"> • providencia mecanismos que ajudam Timor-Leste a gerir as suas receitas petrolíferas de forma sustentável, • detalha os parâmetros para operar e gerir o Fundo Petrolífero, • define as orientações de alocação de ativos e os limites de risco, • rege a cobrança e a gestão das receitas, • regula transferências para o Orçamento do Estado, • define papéis e responsabilidades claros para as entidades envolvidas na gestão do Fundo Petrolífero, e • prevê a responsabilização e fiscalização governamentais relativamente a estas atividades. <p>O Acordo de Gestão Operacional assinado entre o Ministério das Finanças e o Gestor Operacional (BCTL) a 12 de Outubro de 2005, com as suas emendas subsequentes, define mais detalhadamente as principais funções e competências do Ministério das Finanças relativamente à responsabilidade pela gestão global do Fundo, bem como do BCTL relativamente à gestão operacional.</p> <p>O quadro jurídico e outra documentação de apoio sobre o Fundo Petrolífero estão disponíveis ao público nos portais eletrónicos do Ministério das Finanças e do BCTL.</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/budget-treasury-documents/?lang=en</p>

Princípio	Implementação
	<p>https://www.bancocentral.tl/en/go/law-of-the-national-parliament1</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/about-petroleum-fund</p>
<p>2. A finalidade política do FRS deve ser definida de modo claro e divulgada ao público.</p>	<p>O preâmbulo da Lei do Fundo Petrolífero afirma que a finalidade de estabelecer o Fundo Petrolífero, o qual acumula receitas provenientes da exploração dos recursos naturais, é contribuir para uma gestão prudente dos recursos petrolíferos em benefício das gerações atuais e futuras.</p> <p>O Fundo é igualmente uma ferramenta que contribui para uma boa política fiscal que dá a consideração e o peso devidos aos interesses a longo prazo dos cidadãos timorenses.</p> <p>Através da publicação do Relatório Anual do Fundo Petrolífero e de consultas públicas regulares, o Ministério das Finanças continua a destacar e a lembrar os intervenientes dos objetivos que levaram ao estabelecimento do Fundo Petrolífero.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero descreve também a forma como o Fundo Petrolífero contribui para a concretização destes objetivos.</p>
<p>3. Nas situações em que atividades do FRS tenham implicações diretas significativas em termos de macroeconomia doméstica, essas atividades devem ser coordenadas de perto com as autoridades domésticas, fiscais e monetárias, de modo a garantir consistência com as políticas macroeconómicas gerais.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero não permite que o Fundo invista em Timor-Leste. O Fundo Petrolífero tem apenas implicações macroeconómicas domésticas consideráveis resultantes das transferências efetuadas para o Orçamento do Estado com vista a financiar o défice orçamental do governo.</p> <p>O Fundo Petrolífero está integrado no Orçamento do Estado enquanto ferramenta de gestão fiscal.</p> <p>O montante transferido do Fundo para o Orçamento do Estado é orientado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), que é a quantidade de dinheiro que pode ser transferida a partir do Fundo sem esgotar o valor da riqueza petrolífera a longo prazo, garantindo assim a sustentabilidade do Fundo.</p> <p>O Ministério das Finanças coordena as atividades de ministérios operacionais, outras entidades e departamentos relevantes no seio do Ministério durante a preparação, discussão e execução do orçamento do governo.</p>

Princípio	Implementação
	<p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/budget-treasury-documents/?lang=en</p>
<p>4. Deve haver políticas, regras, procedimentos e combinações claros e divulgados ao público relativamente à abordagem geral do FRS a operações de financiamento, levantamento e despesa.</p> <p>4.1. A fonte de financiamento do FRS deve ser divulgada ao público.</p> <p>4.2. A abordagem geral a levantamentos a partir do FRS e a gastos em nome do governo deve ser divulgada ao público.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define com clareza o que constitui receitas do Fundo Petrolífero e estabelece os mecanismos para lidar com estas receitas, bem com os requisitos referentes a levantamentos.</p> <p>Os Relatórios Anuais do Fundo Petrolífero e o Orçamento Geral do Estado do Ministério das Finanças, bem como os relatórios trimestrais e mensais do Fundo Petrolífero emitidos pelo BCTL, divulgam ao público informações detalhadas sobre receitas e transferências para o governo. Estes relatórios foram auditados por auditoria externa de empresa internacional de contabilidade.</p> <p>Todos os anos é publicada uma lista completa de todas as entidades que efetuam pagamentos para o Fundo Petrolífero. Timor-Leste foi aceite como país cumpridor da ITIE (Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas) a 1 de Julho de 2010.</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/budget-treasury-documents/?lang=en</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/petroleum-fund/?lang=en</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p>http://www.eiti.tl/</p>
<p>5. Os dados estatísticos relevantes relativos ao FRS devem ser reportados atempadamente ao titular, ou conforme necessário, para inclusão onde apropriado em conjuntos de dados macroeconómicos.</p>	<p>A transparência é um princípio fundamental da Lei do Fundo Petrolífero. A Lei estabelece que todas as entidades envolvidas na gestão do Fundo estão obrigadas a fornecer e publicar os relatórios referentes às atividades do Fundo.</p> <p>O Ministério das Finanças prepara o Relatório Anual do Fundo Petrolífero, as demonstrações financeiras do Fundo Petrolífero e a demonstração do orçamento geral do estado para o Parlamento Nacional.</p> <p>A cada trimestre o BCTL envia relatórios à Ministra sobre o desempenho trimestral do Fundo. Por iniciativa própria, o BCTL publica também relatórios sobre o desempenho mensal do Fundo.</p>

Princípio	Implementação
	<p>A Lei requer que um auditor acreditado internacionalmente emita e publique um relatório anual de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.</p> <p>Todas estas informações estão disponíveis ao público nos portais eletrônicos do Ministério das Finanças e do BCTL.</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/petroleum-fund/?lang=en</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/budget-treasury-documents/?lang=en</p>
<p>II. Quadro Institucional e Estrutura de Governação</p>	
<p>6. O quadro de governação para o FRS deve ser sólido e deve estabelecer uma divisão clara e efetiva de papéis e responsabilidades, de forma a facilitar a responsabilização e a independência operacional na gestão do FRS para seguir os seus objetivos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define com clareza os papéis e responsabilidades de todas as entidades envolvidas na gestão do Fundo. Não existe uma instituição ou indivíduo que seja o único responsável por tomar e implementar decisões sobre investimento, uma vez que as instituições e indivíduos são responsáveis uns perante os outros relativamente aos seus papéis no processo decisório.</p> <p>O Parlamento estabeleceu a Lei do Fundo Petrolífero. A lei define limites para a alocação de ativos e para a tolerância de risco.</p> <p>O Ministério das Finanças define a política de investimento e monitoriza o desempenho do Fundo. O Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) aconselha a Ministra sobre políticas de investimento e define os índices de referência de investimento para o Fundo. O BCTL, na qualidade de Gestor Operacional, é responsável pelas operações do Fundo, incluindo a implementação dos mandatos de investimento definidos pela Ministra das Finanças. O BCTL nomeia os gestores externos e monitoriza os seus desempenhos.</p>
<p>7. O titular deve estabelecer os objetivos do FRS, nomear os membros do(s) seu(s) órgão(s) de governação de acordo com procedimentos definidos de forma clara, e fiscalizar as operações do FRS.</p>	<p>O Parlamento, como representante do povo, estabelece os objetivos do Fundo na Lei do Fundo Petrolífero. O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP) é um órgão estatutário nomeado para aconselhar o Parlamento sobre matérias relativas ao Fundo Petrolífero.</p> <p>O Ministério das Finanças, responsável pela gestão global do Fundo, estabelece a política de investimento e as orientações de investimento, incluindo limites</p>

Princípio	Implementação
	<p>detalhados de risco, e exerce a fiscalização. O Primeiro-Ministro nomeia membros do CAI mediante o parecer do MF.</p> <p>A gestão operacional é delegada no Banco Central. O Gestor Operacional nomeia os gestores externos, de acordo com procedimentos de concurso internacional, a fim de gerir parte do Fundo, desde que a Ministra considere que os gestores cumprem determinados requisitos previstos na Lei.</p>
<p>8. O(s) órgão(s) de governação deve(m) agir de acordo com os melhores interesses do FRS e possuir um mandato claro e autoridade e competência adequadas para cumprir as suas funções.</p>	<p>Tal como discutido a respeito do Princípio 7, a Ministra das Finanças é responsável perante o Parlamento, pelo que está obrigada a apresentar relatórios relevantes. Na condução das suas funções a Ministra das Finanças deve procurar o parecer do CAI. A Lei determina que pelo menos três membros do CAI devem possuir conhecimentos e experiência consideráveis em termos de investimento financeiro.</p> <p>A composição, papel e autoridade do CCFP visam salvaguardar a boa gestão do Fundo Petrolífero.</p>
<p>9. A gestão operacional do FRS deve implementar as estratégias do FRS de forma independente e de acordo com responsabilidades definidas de modo claro.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define claramente os papéis e responsabilidades do Gestor Operacional. Na qualidade de instituição independente nomeada pelo Parlamento, o BCTL possui autonomia estatutária jurídica, operacional, administrativa e financeira em relação a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o governo, de modo a poder cumprir as suas responsabilidades de gestão operacional de forma independente.</p>
<p>10. O quadro de responsabilização referente às operações do FRS deve estar definido de modo claro na legislação relevante, no mapa, noutros documentos constitutivos ou no acordo de gestão.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero e o Acordo de Gestão definem provisões contabilísticas de forma detalhada. A Lei do Fundo Petrolífero delega a responsabilidade operacional no Gestor Operacional, o qual poderá delegar determinados mandatos operacionais em gestores externos, precisando para tal do consentimento da Ministra.</p> <p>A Ministra das Finanças reporta anualmente ao Parlamento sobre o desempenho do Fundo, estando obrigada a publicar no Relatório Anual todos os pareceres recebidos do CAI, sem edições.</p> <p>O Gestor Operacional reporta trimestralmente à Ministra sobre o desempenho do Fundo. Estes relatórios são publicados e disponibilizados no portal eletrónico do Banco Central.</p>

Princípio	Implementação
<p>11. Devem ser preparados um relatório anual e demonstrações financeiras acompanhantes a respeito das operações e desempenho do FRS de forma atempada e de acordo com padrões contabilísticos internacionais ou nacionais reconhecidos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero obriga o governo a preparar e enviar ao Parlamento um relatório anual sobre a operação e desempenho do Fundo durante o ano fiscal, incluindo demonstrações financeiras preparadas segundo Padrões Internacionais de Reporte Financeiro e auditadas por um auditor reconhecido a nível internacional, ao mesmo tempo que as demonstrações financeiras anuais referentes a esse ano.</p> <p>O Diretor do Tesouro do Ministério das Finanças é responsável por manter as contas e registos do Fundo Petrolífero e por preparar demonstrações financeiras de acordo com os Padrões Internacionais de Reporte Financeiro.</p>
<p>12. As operações e demonstrações financeiras do FRS devem ser auditadas todos os anos de acordo com padrões contabilísticos internacionais ou nacionais reconhecidos.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que as contas, registos e outros documentos relacionados com o Fundo Petrolífero sejam auditados a cada seis meses pelos órgãos responsáveis pelas auditorias internas a cada uma das entidades envolvidas.</p> <p>A Lei requer ainda que as demonstrações financeiras anuais sejam auditadas por uma firma de contabilidade reconhecida a nível internacional. As demonstrações financeiras auditadas são enviadas ao Parlamento juntamente com o Relatório Anual do Fundo Petrolífero.</p>
<p>13. Devem ser definidos de forma clara padrões profissionais e éticos, sendo comunicados aos membros do(s) órgão(s) de governação, à administração e aos funcionários do FRS.</p>	<p>Os padrões profissionais e éticos para o pessoal do Ministério das Finanças são definidos pela Lei N.º 8/2004, Lei da Função Pública, conforme emendada pela Lei N.º 5/2009. Todos os elementos do Gestor Operacional estão vinculados ao Código de Ética do BCTL.</p> <p>A Lei do Fundo Petrolífero requer igualmente que os membros do CAI, aquando da sua nomeação e sempre que apropriado, assinem uma declaração escrita em como a sua posição não entra em conflito com quaisquer outros interesses que detenham. A Ministra das Finanças poderá solicitar a membros do CAI, conforme necessário, que apresentem uma declaração indicando os bens que possuem, de forma a evitar possíveis conflitos de interesses. O CAI estabeleceu o seu próprio Código de Conduta.</p> <p>http://cfp.gov.tl/pt/</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/investment-advisory-board3</p>

Princípio	Implementação
	<p>https://www.bancocentral.tl/en/go/rules</p> <p>http://www.bancocentral.tl/en/cconduct.asp</p>
<p>14. O tratamento com terceiros para efeitos da gestão operacional do FRS deve ser baseado em razões económicas e financeiras e seguir regras e procedimentos claros.</p>	<p>O Gestor Operacional é responsável pela seleção e nomeação dos gestores externos, sujeito à aprovação da Ministra das Finanças. A lei requer que a Ministra deva ficar convencida de que cada gestor externo possui as ações e garantias suficientes, um bom registo de desempenho operacional e financeiro, e referências empresariais e reputação do mais alto nível.</p> <p>Os requisitos baseiam-se em padrões profissionais e comerciais, ao passo que a responsabilidade do gestor externo consiste em maximizar os retornos do Fundo Petrolífero, levando em conta o risco apropriado, conforme definido na Lei e no mandato de investimento.</p> <p>Os gestores externos e outros prestadores de serviços precisam ser escolhidos e contratados segundo procedimentos de concurso rigorosos, justos e transparentes, e de acordo com as provisões relevantes das leis de Timor-Leste.</p>
<p>15. As operações e atividades de FRS em países anfitriões devem ser conduzidas de acordo com todos os requisitos reguladores e de divulgação aplicáveis dos países onde operem.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que a gestão do Fundo Petrolífero seja conduzida em conformidade com todos os requisitos reguladores e de divulgação aplicáveis dos países em que os investimentos tenham lugar.</p>
<p>16. O quadro e objetivos de governação, bem como a forma em que a gestão do FRS é operacionalmente independente do titular, devem ser divulgados ao público.</p>	<p>O quadro de governação e os objetivos do Ministério das Finanças e do Gestor Operacional, bem como do CAI e do CCFP, estão estabelecidos na Lei do Fundo Petrolífero e no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. O quadro define com clareza os papéis, a independência e as provisões de responsabilização entre as entidades.</p> <p>http://www.mof.gov.tl/category/documents-and-forms/petroleum-fund-documents/petroleum-fund-legal-framework/?lang=en</p> <p>https://www.mof.gov.tl/budget-spending/petroleum-fund/?lang=en</p>

Princípio	Implementação
<p>17. As informações financeiras relevantes referentes ao FRS devem ser divulgadas ao público a fim de demonstrar a sua orientação económica e financeira, de modo a contribuir para a estabilidade dos mercados financeiros internacionais e a aumentar a confiança nos países recetores.</p>	<p>O Relatório Anual do Fundo Petrolífero e as demonstrações financeiras auditadas são preparados pelo Ministério das Finanças e enviados ao Parlamento. Os relatórios são também distribuídos junto dos principais intervenientes e disponibilizados ao público no portal eletrónico do Ministério das Finanças.</p> <p>Para lá disto, o Gestor Operacional emite atualizações trimestrais e mensais à Ministra das Finanças sobre o desempenho dos investimentos, sendo estas atualizações disponibilizadas ao público em geral no portal eletrónico do BCTL.</p> <p>O Ministério das Finanças, por iniciativa própria e/ou quando solicitado, conduz sessões informativas com o público em geral, incluindo funcionários públicos, ONGs e alunos, de modo a pôr o público a par sobre as atividades, operação e desempenho do Fundo.</p> <p>http://www.mof.gov.tl/category/documents-and-forms/petroleum-fund-documents/petroleum-fund-annual-reports/?lang=en</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p> <p>http://www.mof.gov.tl/category/documents-and-forms/petroleum-fund-documents/petroleum-fund-seminars-presentations/?lang=en</p>
<p>III. Quadro de Investimento e Gestão de Risco</p>	
<p>18. A política de investimento do FRS deve ser clara e consistente com os seus objetivos definidos, a sua tolerância de risco e a sua estratégia de investimento, conforme definidos pelo titular do(s) órgão(s) de governação, e ser baseada em princípios sólidos de gestão de carteiras.</p> <p>18.1. A política de investimento deve orientar as exposições de risco financeiro do FRS e o uso possível de garantias.</p> <p>18.2. A política de investimento deve abordar a medida em que são usados gestores de investimento internos e / ou externos, a gama das suas atividades e autoridade, e o processo através do qual são selecionados e através do qual o seu desempenho é monitorizado.</p> <p>18.3. Deve ser divulgada ao público uma descrição da</p>	<p>O Ministério das Finanças, agindo em nome do governo, define a política de investimento levando em conta os pareceres do CAI e refletindo a preferência do povo timorense em termos de risco. A política de investimento é divulgada ao público. A Lei do Fundo Petrolífero define as orientações latas de alocação de ativos como sejam o perfil de risco, o universo de investimento, os princípios de investimento e outras questões relacionadas com a política global de investimento.</p> <p>Os pareceres do CAI assentam nas Crenças e Princípios de Investimento divulgadas ao público por esta entidade.</p> <p>A seleção de gestores externos de investimento baseia-se em critérios profissionais e comerciais. Os gestores externos recebem e são medidos por mandatos definidos</p>

Princípio	Implementação
política de investimento do FRS.	<p>de forma clara, nos quais o objetivo é conseguir o retorno mais elevado possível, ajustado ao risco.</p> <p>A política de investimento está resumida no mandato de investimento, o qual é apenso ao Acordo de Gestão e discutido de forma detalhada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero. Estes documentos estão disponíveis ao público.</p>
<p>19. As decisões de investimento do FRS devem visar maximizar os retornos financeiros ajustados ao risco de uma forma consistente com a sua política de investimento e serem baseados em razões económicas e financeiras.</p> <p>19.1. Caso as decisões de investimento estejam sujeitas a considerações que não económicas e financeiras, estas considerações devem ser definidas de forma clara na política de investimento e serem divulgadas ao público.</p> <p>19.2. A gestão dos ativos de um FRS deve ser consistente com o que é geralmente aceite como princípios sólidos de gestão de ativos.</p>	<p>A obrigação do governo em procurar maximizar os retornos financeiros, ajustados ao risco, está estabelecida na Lei do Fundo Petrolífero e deve ter em conta o requisito fundamental de gestão prudente do Fundo.</p> <p>O roteiro rumo a este objetivo é definido de forma mais detalhada no acordo de gestão operacional e no mandato de investimento externo sob a legislação. Até à data, todos os mandatos de investimento foram desenvolvidos com base em aspetos económicos e financeiros.</p>
<p>20. O FRS não deve procurar tirar vantagem de informações privilegiadas ou de influências impróprias por parte do governo em geral aquando da concorrência com entidades privadas.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero não permite que o Fundo seja investido em Timor-Leste e determina que a implementação do mandato de investimento por parte do Gestor Operacional (BCTL) é independente da definição da política de investimento por parte da Ministra das Finanças. O Fundo não tem acesso a quaisquer informações privilegiadas nem está sujeito a influências indevidas por parte do governo em geral.</p>
<p>21. Os FRSs encaram os direitos de pertença dos intervenientes como um elemento fundamental do valor dos seus investimentos de ações. Se um FRS escolher exercer os seus direitos de pertença deve fazê-lo de uma forma que seja consistente com a sua política de investimento e que proteja o valor financeiro dos seus investimentos. O FRS deve divulgar publicamente a sua abordagem geral ao voto de cauções de ações cotadas, incluindo os principais fatores que orientam o seu exercício de direitos de pertença.</p>	<p>Ainda não foi estabelecida uma política distinta sobre direitos de pertença dos intervenientes.</p> <p>A prática atual diz que o Fundo exerce os seus direitos de pertença dos intervenientes com base nas orientações de voto da ISS quando tal seja apropriado para proteger os interesses financeiros das aplicações do Fundo. Isto é feito através de gestores externos de acordo com as instruções do Gestor Operacional.</p>
<p>22. O FRS deve ter um quadro que identifique, avalie e faça a gestão dos riscos das suas operações.</p> <p>22.1. O quadro de gestão de risco deve incluir informações fiáveis e sistemas de reporte atempado que permitam a monitorização e a gestão adequada de riscos relevantes dentro de parâmetros e níveis</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que a Ministra e o Gestor Operacional desenvolvam e mantenham políticas, sistemas e procedimentos que assegurem que os riscos associados com a implementação da estratégia de investimento são identificados, monitorizados e geridos.</p>

Princípio	Implementação
<p>aceitáveis, mecanismos de controlo e incentivos, códigos de conduta, planeamento de continuidade empresarial e uma função independente de auditoria.</p> <p>22.2. A abordagem geral ao quadro de gestão de risco do FRS deve ser divulgada publicamente.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero define as orientações amplas do Fundo em termos de alocação de ativos, implicando a preferência no que diz respeito a risco, o universo de investimento e os princípios de investimento.</p> <p>No Acordo de Gestão Operacional a Ministra das Finanças define, em linha com o Mandato Global, a estratégia geral de investimento para o Fundo em termos de índices de referência e instrumentos elegíveis, incluindo condicionalismos e aplicações aplicáveis. No Sub-Mandato, a Ministra das Finanças especifica a forma como o investimento será implementado, a estrutura da carteira de investimento, incluindo o estilo de gestão e a tolerância ao risco, e os índices de referência.</p> <p>O Ministério das Finanças monitoriza o desempenho do Fundo, incluindo a sua exposição ao risco, através de uma análise trimestral de desempenho e risco e de auditorias realizadas por uma firma contabilística reconhecida a nível internacional.</p> <p>O Gestor Operacional reporta trimestralmente à Ministra das Finanças, ao passo que esta reporta anualmente ao Parlamento. Isto visa garantir que o Fundo opera dentro dos limites de risco toleráveis.</p>
<p>23. Os activos e o desempenho de investimento (absoluto e relativo a índices de referência, se os houver) do FRS devem ser medidos e reportados ao titular de acordo com princípios ou padrões definidos de forma clara.</p>	<p>A Lei do Fundo Petrolífero requer que o Gestor Operacional (BCTL) reporte trimestralmente à Ministra das Finanças sobre o desempenho e atividades do Fundo Petrolífero relativamente ao índice de referência. O reporte de desempenho é preparado por um terceiro que assegura que os relatórios estão em conformidade com o Padrões Globais de Desempenho dos Investimentos (GIPS).</p> <p>Este relatório é disponibilizado ao público no prazo de 40 dias após o final de cada trimestre.</p> <p>https://www.bancocentral.tl/en/go/publications-key-report-petroleum-fund-report</p>
<p>24. Deve ser iniciado um processo de análise regular da implementação dos Princípios e Práticas Geralmente Aceites (GAPP) pelo ou em nome do FRS.</p>	<p>O Fundo realizou a sua primeira análise em 2010. A sétima análise, com base no presente documento, será publicada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2017. O Fundo pretende rever anualmente a sua implementação dos GAPP.</p>



UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PETROLÍFERO - MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Piso 10, Torre Ministério das Finanças, Aitarak-Laran, Díli, Timor-Leste
Tel: +670 74002006
Website: www.mof.gov.tl



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Unidade de Administração do Fundo Petrolífero
Piso 10, Torre MdF, Aitarak-Laran, Díli, Timor-Leste

